

25

PEOPLE | 03/01/2013

'Italy and Spain: Parallel Destinies?' An Analysis by a Multicultural Observer

STEFANO GATTO, A EUROPEAN UNION DIPLOMAT WITH TWO CULTURAL IDENTITIES, HAS RECENTLY PUBLISHED AN E-BOOK, TAPPING INTO HIS UNIQUE BACKGROUND

Italia e Spagna: Destini paralleli? This is the title of the e-book that was recently published by the Italian-Spanish economist who leads the European Union delegation in El Salvador. *The unbearable lightness of being Latino in a globalized world* is written on the cover of the essay, which uses the privileged point of view of an Italian with close ties to Spain to analyze analogies and differences between the crises in Italy and Spain.

Stefano Gatto was born in Turin in 1962. He graduated from Bocconi in Political Economy with a focus on International Economics, with Professor Carlo Secchi. "My career started in Madrid, in the private sector," says Stefano. "I went to Spain with the PIM Bocconi program in the late '80s. The program predates the Erasmus program and it allowed me to study at the ESADE Business School for one semester. My true aspiration was a diplomatic career, though" remembers Stefano. In 1991, after completing a Master program in

© Università Bocconi - Via Sarfatti, 25 Milano - PI 03628350153



**Stefano Gatto leads the UE delegation
in El Salvador**

International Relations, he won a competitive exam for the European Commission and moved to Brussels, where he worked on foreign affairs for the EU, in the role of Economic Advisor of the European Commission in Brazil (1998-2002) and India (2002-2006). "My main objective during those years was to bring Europe's attention to the challenges and opportunities present in the countries that would later be called emerging countries," explains Stefano. In 2006 he became head of the EU election observation missions, overseeing elections in countries such as Venezuela, Angola, the Ivory Coast and Afghanistan. Since 2009 he has been EU delegation head in El Salvador, where "the most important issues are cooperation and security, urgent matters in a region that is the most violent in the world," says Stefano.

Stefano defines himself as completely bicultural: "I not only feel both Italian and Spanish, but I also completely identify with Europe and I have strong ties to Latin America, where I've spent an important part of my life," he explains. He

published an e-book only a few weeks ago which analyzes the economic crises in Spain and Italy synoptically "because in recent times there have been too many simplifications regarding the topic," he says. "I believe that I have a unique point of observation not only on how the two situations meet, but also on the differences that are important to note. Spain," he continues, "did a better job of taking advantage of its European placement and related funds than Italy, but it made the mistake of becoming only a services economy. Italy's strength, which is less exposed to international financial circumstances, is the existence of a production base for recovery," he says. "But that will only be possible when the political system, which is currently completely inept, can finally be reformed."

What are his hopes for Italy's future? "The Monti government was very important because it renewed Italy's credibility around the world, but the reforms to make our country competitive once again need to continue." Would he move back home? "I would like to come back, in a role that would allow me to contribute to the internationalization of Italian society, because I believe there is unrealistic behavior rejecting globalization," he says. "However, I don't think it's a likely prospect, at least for the near future: this summer I will be going to a new destination, but I won't find out where until late spring."

In a book that compares Italy and Spain, an afterward on soccer had to be included: "Italian and Spanish people will never agree when discussing soccer," he says, "because they see it from different perspectives. Italians are more focused on the result, without thinking too much about aesthetics, while the Spanish focus on phrasing, even at the expense of results," says Stefano, a Juventus fan at home and an FC Barcelona fan in Spain. "Watching Barça play is always a pleasure," he says, "even the (few) times

they lose."

Laura Fumagalli

ENTREVISTA/ STEFANO GATTO

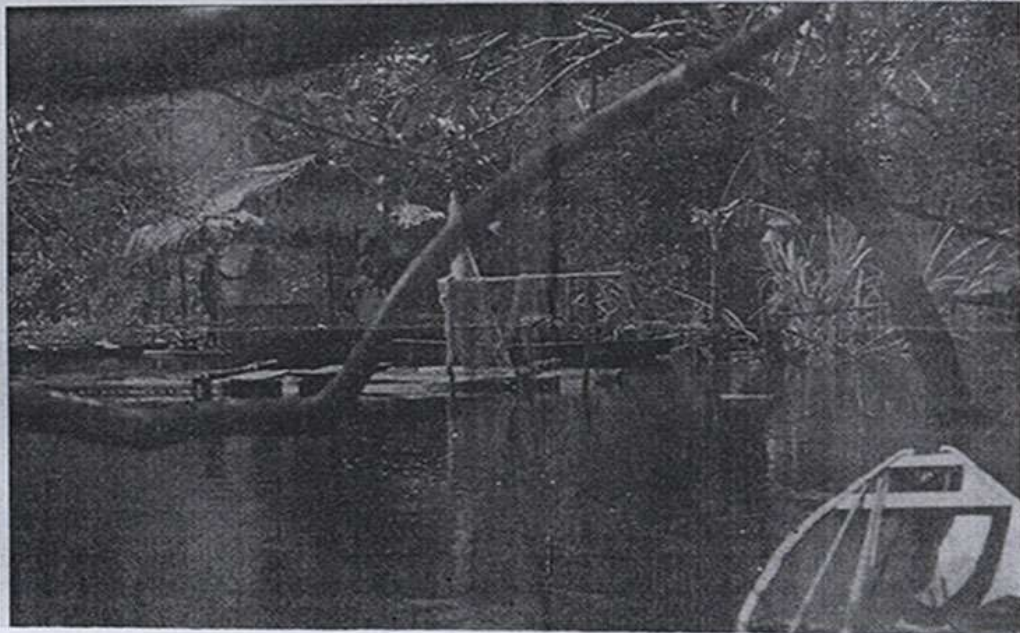
O desafio da Amazônia

A Europa acompanha com interesse particular o que acontece na Amazônia, região que constitui, com o Rio de Janeiro, a imagem do Brasil lá fora. "Há uma consciência muito grande ao tema amazônico porque é de interesse da humanidade, é a última grande reserva do mundo e sabemos que o Brasil sozinho não pode fazer tudo", diz o conselheiro da Comunidade Européia, Stefano Gatto. Para ele a atividade madeireira e a reforma agrária

têm se constituído nos maiores desafios ao meio ambiente na Amazônia. As reservas extrativistas são vistas com entusiasmo por estarem desacelerando o êxodo rural e incentivando o retorno do homem à floresta ao aumentar a renda familiar em até cinco vezes. O ecoturismo é uma forma de desenvolvimento sustentável, mas os custos limitam a clientela. A seguir trechos da entrevista exclusiva concedida a ACRÍTICA:

A CRÍTICA - Na sua opinião, quais são os maiores problemas ambientais da Amazônia?

STEFANO GATT - São a questão madeireira e a reforma agrária, pelo fato de não haver compatibilidade muito clara entre a política pública de reforma agrária e o respeito ao meio ambiente. Creio que ainda é possível desmatar, mas dentro da lógica econômica e de respeito à natureza, ou seja, de forma seletiva. Até agora tem sido muito fácil distribuir terras na Amazônia, mas o problema é que as pessoas que são levadas até lá não têm a cultura da floresta, primeiro recebem o lote, como não há infraestrutura, o que lhes resta é destruir a floresta. O Governo brasileiro e a comunidade internacional acordaram em contratar consultores independentes para realizar estudos e dar sugestões para melhorar o programa. Uma das sugestões foi envolver mais o Ministério da Reforma Agrária, o Incra, concretamente, nas gestões do meio ambiente. Está claro que na Amazônia os desmatamentos mais acentuados são localizados ao longo das estradas, é preciso encontrar uma forma que seja mais ponderada.



EM/Arno/Divulgação/MCT

onde as populações começaram a trabalhar sementes que conheciam, mas não sabiam como aproveitar, agora aumentaram sua renda em quatro a cinco vezes. Estão trabalhando em coisas que nem pensavam antes. Há também a borracha, um produto tradicional que com a contribuição da assistência técnica, dos estudos e com o sistema de co-participação se pode melhorar o produto.

AC - Nesta primeira fase o PFG-7 está orçado em US\$ 250 milhões, o que há para o futuro?

SG - Os US\$ 250 milhões estão praticamente desembolsados, os programas foram avançando. Não há ainda nenhuma decisão sobre o futuro, cada país vai contribuir na medida em que encontrar um programa de seu interesse. O PFG-7 vai acabar lá pelo ano 2001, é prematuro dizer agora, mas já se fala na segunda fase. Com certeza a comunidade internacional continuará apoiando o programa no futuro, pode ser que não seja o PFG-7, pode ser que ganhe outro nome, mas a idéia da colaboração com o desenvolvimento sustentável da Amazônia não tem volta.

AC - O senhor acha que a questão do meio ambiente pode ser resolvida apenas injetando recursos financeiros?

SG - Não, claro que não. O PPG-7 concedeu recursos ridículos comparados com as necessidades. A idéia não é só enviar dinheiro, mas desenvolver atividades num esquema de co-participação para que a própria população se sinta proprietária do programa. A intenção é que os recursos atuais sejam para financiar atividades economicamente rentáveis. Estamos trabalhando não tanto no PPG-7, mas com atividades educativas, para facilitar financiamento de atividades produtivas, cuja viabilidade seja demonstrada pelo programa. O dinheiro não é o ponto fundamental, é claro que neste momento com a situação orçamentária, o Brasil não tem capacidade de mobilizar milhões para a Amazônia.

AC - O ecoturismo seria uma saída?
SG - O ecoturismo tem um grande potencial, mas não há como considerar um grande eixo de

POTENCIAL VERDE

Mata clogada de Mamirauá, um dos muitos cenários que a reserva ostenta. Recursos de UE vão ajudar a manter pesquisas

desenvolvimento, porque é complicado gerir, não podemos esperar milagre do ecoturismo. Recentemente, num encontro com prefeitos de Mato Grosso, fiquei sabendo de um projeto de ecoturismo no Norte do Estado, eles estavam muito animados com as maravilhas que tinham. Porém para chegar lá, por estrada, a viagem demora 24 horas e de avião custa R\$ 800, duas vezes mais que o voo Brasília/Rio de Janeiro, ou seja, o número de pessoas a ter acesso é limitado.

AC - E a participação dos Amazônias no PPG-7 tem sido boa?

SG - Não participei da missão de avaliação, a verdade é que não tenho idéia completa. No Amazonas temos ação no campo da ciência e tecnologia, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e temos também

fora do PPG-7, a exemplo da Reserva de Mamirauá, financiada pela Comissão Europeia e Inglaterra. Vamos dar uma contribuição substancial.

AC - Quanto será repassado?

SG - São 10 milhões de euros, o que corresponde a US\$ 11 milhões para a criação do fundo que vai permitir a auto-sustentabilidade da reserva. O dinheiro estará disponível no ano que vem.

AC - A Comissão Europeia tem interesse em financiar outros programas do tipo de Mamirauá?

SG - A idéia da Comissão Europeia é aumentar a contribuição na questão do meio ambiente. Vamos fortalecer nossa capacidade de dar segmento aos projetos criando novos postos com mais pessoal. No passado fizemos contribuição importante,

mas não tivemos capacidade de dar segmento aos projetos, então ficava difícil avaliar. Na Europa quando se fala no Brasil há duas imagens muito conhecidas, uma é o Rio de Janeiro e a outra a Amazônia. Na Europa há muita atenção à Amazônia, com certeza a Comissão vai decidir nessa linha. Tudo o que se referir ao desenvolvimento sustentável será apoiado com recursos cada vez mais expressivos.

AC - Esse apoio tem a ver com marketing, porque melhora a imagem da Europa?

SG - Não. O apoio é porque há uma consciência muito grande na Europa ao tema amazônico, é um interesse da humanidade, porque sabemos que o Brasil sozinho não pode fazer tudo. Agora mesmo o País passa por dificuldades financeiras. Como é

um tema de interesse da comunidade internacional ela deve colocar recursos e conhecimento à disposição.

AC - Há pessoas que vêm nisso um passo para a internacionalização da Amazônia...

SG - O problema é que durante muito tempo o Brasil não teve uma política sustentável para a Amazônia, então todos temos que nos unir porque essa é a última grande reserva do mundo, há que preservá-la, levando em conta o interesse dos seus habitantes. Desmatar por desmatar não é compatível com a natureza. Os primeiros anos do programa têm mostrado que há potencial para explorar os recursos naturais. Pode ser que não dê para explorar a castanha em toda a Amazônia, ou a borracha, mas há muito a ser feito. Eu vi projetos no Acre

AC - Qual a avaliação que o senhor faz do PPG-7 nesses quase cinco anos?

SG - A avaliação em geral é positiva, mas o programa é complexo devido, basicamente, a dois fatores. O primeiro é que trata-se de uma experiência piloto de desenvolvimento sustentável da Amazônia, isso envolve uma série de fatores federais, estaduais e das comunidades e muitas vezes são interesses contrapostos. Além disso é um tema muito novo para o Brasil. O segundo fator é ainda mais complicado, porque o programa inclui muitos doadores, que são os países do G-7. Para dar um idéia de valores, dos US\$ 25 milhões comprometidos, 95% são de origem europeia e 5% dos Estados Unidos e Japão. Há também o Banco Mundial como administrador. Pela primeira vez tantos países se unem e isso é complicado. Em resumo, a temática amazônica envolve uma série de questões difíceis com as populações indígenas, o tema ambiental, a contraposição entre o modelo brasileiro e a exploração de recursos renováveis.

Relações externas Blocos sinalizam que não haverá avanços na reunião marcada para abril

Mercosul e UE vão a encontro, mas sem perspectiva de namoro

Daniel Rittner
De Brasília

A menos de um mês da sétima rodada de negociações para a criação de um área de livre comércio, Mercosul e União Europeia (UE) dão sinais concretos de que muito dificilmente vão apresentar novas propostas de acesso aos seus mercados e melhorar as ofertas apresentadas por ambos lados no ano passado. Os dois blocos se acusam mutuamente de excessiva timidez nas propostas de eliminação gradual das tarifas de importação, mas não devem mudá-las em nada na próxima reunião, entre os dias 8 e 12 de abril, em Buenos Aires.

Apesar de deixarem o aperfeiçoamento das ofertas provavelmente para o segundo semestre, quando o Brasil estará presidindo o Mercosul e as eleições presidenciais na França já terão ocorrido, a UE e o bloco sul-americano prometem grandes avanços em outros temas. Outras duas vertentes do processo de associação birregional, o diálogo político e a parte de cooperação técnica, deverão ser concluídos e poderão ser apresentados na cúpula de presidentes UE-Mercosul prevista para maio, em Madri.

Os negociadores estão próximos de fechar um pacote de facilitação de negócios que trará resultados práticos no dia-a-dia dos empresários de comércio exterior. O entendimento está baseado, inclusive, em sugestões formuladas pelo Foro Empresarial Mercosul-UE, que no Brasil é coordenado pelo presidente da Sadia, Luiz Fernando Furlan. A expectativa é que haja simplificação dos procedimentos aduaneiros para exportar e impor-

Timidez nas discussões

Diferenças entre as propostas dos blocos econômicos

Proposta europeia

Apresentada em julho do ano passado, a proposta da UE para o acordo de livre comércio é dividida em produtos industriais, agrícolas e de pesca. Prevê a eliminação de tarifas para 90% do comércio existente entre os dois blocos em um período de até dez anos.

Proposta do Mercosul

Apresentada em outubro do ano passado, propõe a liberalização de 40% do fluxo de exportações da UE para o Mercosul. As tarifas caem em imediatamente, em oito ou dez anos, dependendo do produto. O bloco se compromete a eliminar as alíquotas de 100% do comércio, mas não define datas para isso.

Problemas apontados pela UE

A UE diz que reconhece as dificuldades atravessadas pelo Mercosul e seus impactos na formulação da proposta, mas argumenta que uma oferta abrangendo 40% de seus produtos é excessivamente limitada.

Problemas apontados pelo Mercosul

O bloco argumenta que produtos agrícolas "sensíveis" estão fora do cronograma. São justamente os bens em que o Mercosul tem mais competitividade, como açúcar, tabaco, carne bovina, laticínios, cereais e algumas frutas e legumes processados. O bloco também reclama que a UE não mexe em tarifas "ad valorem".

US\$ 14,865 bilhões

é quanto o Brasil exportou para a UE em 2001, o equivalente a 25,5% das suas vendas externas

US\$ 14,822 bilhões

é quanto o Brasil importou da UE em 2001, o que corresponde a 26,7% das compras no exterior

Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

tar, troca de informações na área fitossanitária e iniciativas conjuntas em comércio eletrônico.

"Nesse ponto, a idéia é acatar as propostas do setor privado", afirma o conselheiro econômico da delegação europeia em Brasília, Stefano Gatto. Segundo o documento preparado pelos empresários, o pacote para facilitar negócios prevê a harmonização dos procedimentos alfandegários entre os sócios do Mercosul e adoção de sistemas aduaneiros eletrônicos, que podem ser acessados pela internet.

Os empresários frisam que têm conseguido agilizar cada vez mais

as operações logísticas e financeiras de comércio exterior entre os dois blocos, mas "é muito frequente que as mercadorias cheguem antes que os documentos necessários para o despacho de aduana". A intenção do pacote, que também deverá ser anunciado na cúpula de maio, é dar mais rapidez aos processos e reduzir custos das companhias. Há boas chances de que as medidas comecem a ser implementadas no curto prazo, sem a necessidade de esperar a conclusão do acordo de livre comércio.

No entanto, quando se encontrarem em Madri para avaliar as negociações feitas até agora e pos-

sivelmente colocar um prazo para terminá-las, os presidentes não terão novidades sobre o que cada bloco oferece na parte de acesso a seus mercados.

Insatisfeitos com a primeira proposta colocada à mesa por cada um dos lados, Mercosul e UE vão ficar aguardando um ao outro por um movimento de melhoria das ofertas, o que na prática representa três coisas: aumentar a quantidade de produtos que terão suas tarifas de importação progressivamente diminuídas, acelerar o cronograma de liberalização comercial previsto e diminuir as listas de bens classificados como "sensíveis".

Há um reconhecimento mútuo, porém, de que os dois blocos têm suas dificuldades próprias para melhorar as propostas e existe bastante clareza de que isso em nada atrapalhará a perspectiva das negociações. A UE sabe que o agravamento da crise argentina impede o país de discutir com seus empresários esforços para queda dos impostos de importação que os protegem.

No entanto, Stefano Gatto esclarece que o comissário de comércio europeu, Pascal Lamy, voltou a Bruxelas de sua visita ao Brasil e à Argentina convicto de que governo, sociedades civil e empresarial de ambos países querem uma associação estratégica com a UE — que vá além do livre-comércio. Os europeus acreditam que a segunda metade do ano propiciará avanços nas propostas tarifárias, pois a presidência brasileira do Mercosul facilitará a coordenação das atividades.

Os negociadores brasileiros também vêem um clima favorável a novas ofertas no segundo semestre. Será dado um impulso político às negociações em Madri, a UE terá perspectivas mais claras sobre o que vai acontecer na área agrícola durante a Rodada do Milênio da OMC, e a França (país mais resistente à redução dos subsídios à agricultura) elege seu novo presidente em abril.

Enquanto isso, predomina o clima de intensificar as negociações, mas sem pressa no calendário, como deixou claro Lamy há três semanas. Na parte de cooperação técnica, por exemplo, a UE se prepara para liberar recursos de 8 milhões de euros para assistência técnica às negociações comerciais e aos esforços de coordenação macroeconômica no Mercosul, entre outros.

Recurso à OMC contra barreiras dos

Pastore prevê superávit

Perspectiva de novos acordos



O balanço do Encontro Empresarial Al-Invest **TEI 2002 – Tecnologias da Informação** mostra o acerto desta iniciativa, coordenada pelo IEL Nacional, entidade do Sistema CNI. Na primeira semana de junho, quase 200 representantes de empresas e organizações brasileiras, de outros Países da América Latina e da Europa estiveram reunidos no Encontro para discutir acordos de cooperação e negócios na área

de Tecnologias Emergentes para a Indústria, hoje fundamental para a competitividade do setor industrial.

Em um mundo globalizado e competitivo como o que vivemos, é necessário manter parcerias que assegurem o intercâmbio tecnológico e comercial, por sua vez, fundamental para o desenvolvimento socioeconômico das Nações, especialmente aquelas que procuram alcançar os patamares do primeiro mundo. Por isso, o significado do Encontro Empresarial, parte da agenda de 2002 do Programa Al-Invest, da Comunidade Européia.

Criado em 1993 pela Comunidade Européia, o Programa tem sido um instrumento eficiente para estimular e promover o intercâmbio, a cooperação e negócios entre pequenas e médias empresas e organizações da América Latina e da Europa. É com satisfação que vemos a sua rede no Brasil ser integrada por Eurocentros de Federações das Indústrias nos estados e também pelo Eurocentro IEL Brasil, vinculado ao IEL Nacional.

Como resultado das ações do Programa Al-Invest nos últimos anos, empresas européias e latino-americanas vêm firmando acordos significativos para a transferência de tecnologia, contratos de representação, distribuição, formação de joint ventures, cessão de licença, franquia, assistência técnica e contratos para exportação e importação de bens.

O Sistema CNI agradece aos empresários e dirigentes empresariais latino-americanos e europeus que atenderam ao chamado e vieram a Brasília participar do Encontro Empresarial. O número de participantes e de Rodas de Negócios realizadas mostram que importantes canais de comunicação foram abertos entre empresas da América Latina, especialmente as brasileiras, e da Europa. Esperamos que resultem efetivamente em novos acordos de cooperação, intercâmbio e mais negócios.

É importante também ressaltar que, para organizar o Encontro, o IEL Nacional contou com o apoio e a colaboração de Eurocentros brasileiros, latino-americanos e dos Centros de Cooperação Empresarial, da Europa, além de outras organizações parceiras, todos convencidos da necessidade de manter um maior relacionamento entre as empresas latino-americanas e européias.

Fernando Bezerra
PRESIDENTE DA CNI

Empresários lati

Um retrato da área de Tecnologias da Informação e Comunicação no mundo, detalhes da política tecnológica brasileira e a perspectiva de cooperação com a Europa marcaram o primeiro dia do **TEI 2002**, dia 3 de junho, com um seminário e uma conferência internacional. Na abertura, o Superintendente do IEL Nacional, Carlos Sérgio Asinelli, disse que o êxito do Encontro já estava assegurado pelo número de participantes e Países presentes. Destacou a importância de sua realização em Brasília, que vai se transformando na "capital digital brasileira", pelo grande número de empresas do setor de Tecnologia da Informação já existentes e que estão se instalando na cidade.

Representando na abertura do Encontro o Presidente da CNI, senador Fernando Bezerra, o diretor da Confederação e Presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal, Antônio Fábio Ribeiro, disse que a capital da República é um território pequeno, com poucas matérias-primas e, por isso mesmo, fez uma opção de transformar as Tecnologias da Informação e a Biotecnologia em vetores do seu desenvolvimento.

O Governo local, inclusive, criou um pólo de desenvolvimento tecnológico com este objetivo, lembrou Antônio Fábio, informando que o setor de Tecnologias da Informação emprega atualmente no Distrito Federal cerca de 21 mil pessoas e tem um faturamento anual da ordem de US\$ 1,6 bilhão, sem contar as grandes companhias telefônicas com sede na capital.

O Secretário da Delegação da Comissão Européia no Brasil, Stefano Gatto, fez um balanço das atividades do Programa Al-Invest, criado em 1993 para estimular a cooperação e o intercâmbio entre pequenas e médias empresas da América

o-americanos e europeus discutem intercâmbio



Antônio Fábio Ribeiro e Carlos Sérgio Asinelli (ao centro) abriram o Encontro Empresarial

Internet no mundo, das quais 25,3 milhões na América Latina e 13,6 milhões no Brasil.

O comércio eletrônico mundial, da ordem de US\$ 2,3 trilhões em 2002, pode passar para US\$ 12,8 trilhões em 2006, enquanto no ano passado o faturamento em software, hardware e serviços empregados em logística eletrônica alcançou US\$ 277 bilhões. A propriedade intelectual é outro campo fundamental na

economia da informação, diz Lorenzo Fernandes. Nos Estados Unidos, que geram cerca de 25%, em valor, da produção intelectual do mundo, desde o final dos anos 80 este setor cresce o dobro do de serviços e perto de quatro vezes do manufatureiro. Na Comunidade Européia, estima-se entre 5% e 7% do Produto Bruto o mercado para bens e serviços de direito de autor, o que inclui materiais impressos, filmes, fonogramas, programas de computador e transmissões via satélite ou cabo, entre outros.

Oscar Lorenzo Fernandes destaca também a liderança que a indústria de software brasileira tem em vários campos, incluindo serviços e operações governamentais e do setor privado, a exemplo das declarações do imposto de renda e a automação bancária. Ele reconhece, porém, que é ainda pequeno o alcance social dos avanços tecnológicos, no sentido de beneficiar uma grande parcela da população, especialmente a de menor renda e nível de escolaridade e das regiões mais pobres.

Latina e da Europa, para promover não apenas o comércio e aumentar as exportações, mas também com o objetivo de "estretar a cooperação em seu sentido mais amplo, transformando-a em relações estáveis e duradouras".

Uma das características do Programa Al-Invest (América Latina Investimentos) é a regionalização de sua rede, formada pelos Centros de Cooperação Empresarial (Coopecos), na Europa e Eurocentros de Cooperação Empresarial na América Latina. É por meio dessa rede que se busca a aproximação entre as empresas, dentro de uma estratégia que incluem encontros regionais sobre temas específicos, a exemplo do realizado em Brasília, e que envolvem representantes da América Latina e da Europa, explicou Stefano Gatto. Em relação ao Brasil ele lembra que, no ano passado, o Programa incentivou a criação de novos Eurocentros, sobretudo, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A estratégia deu certo, pois os Eurocentros passaram de sete para 15,

atualmente.

Stefano Gatto disse também que, passada o que chama das duas fases iniciais do Programa, está sendo discutida a sua terceira, para implementação possivelmente a partir de 2004. O propósito da Comissão Européia é se retirar gradualmente do Programa, que passará a ser gerido pelo setor privado, por meio de sua rede de Eurocentros e Coopecos. A Comissão ajudou a estruturar e consolidar o Programa, inclusive com subsídios, em suas fases iniciais, mas entende que já é possível descentralizar e delegar sua gestão para o setor privado, informou Gatto.

Os novos temas que estão sendo trazidos para a economia pela Internet, E-commerce e pelo impacto das Tecnologias da Informação foi o foco da palestra do embaixador Oscar Soto Lorenzo Fernandez, da Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na abertura do Encontro. Ele citou estatísticas que apontam cerca de 784 milhões de pessoas conectadas à



[[Página inicial](#)] [[AgroNotícias](#)] [[Pesquisar](#)] [[Compra & Venda](#)] [[Opinião](#)] [[Dossiers](#)] [[Info](#)] [[Adicionar URL](#)] [[Novidades](#)] [[Mapa](#)

AgroNotícias

- 14-05-2002

[[Agroportal](#)] [[Nac](#)

Temas comerciais serão eixo de reunião da Comissão Mista UE - Brasil



Brasília, 13 Mai

A 8ª Comissão Mista União Europeia - Brasil terá sobre a mesa de negociações dias 27 e 28 de Maio, em Brasília, entre outros temas de interesse discussões sobre um acordo fitossanitário, priorizado pelos brasileiros.

Os brasileiros reclamam das barreiras fitossanitárias que impedem um acesso ao mercado europeu. Estas barreiras afectam a exportação de açúcar, carne suína fresca, carne bovina e de frango, palmito, sementes e pirê de banana.

Outro acordo que deverá ser assinado é sobre vinhos e bebidas alcoólicas. Os europeus evitar problemas no comércio destes produtos, deixar claro as denominações e garantir haverá restrições na importação de vinhos pelo Brasil.

Além disso, a Comissão Mista vai tratar da cooperação entre União Europeia e Brasil. As prioridades até 2006 estão sendo definidas. A UE tem disponíveis 63 milhões de euros (63 milhões) para desenvolver projectos com o Brasil no período de 2002-2006. A cooperação dar-se nos campos económico, social e ambiental.

Tanto Stefano Gatto como Augusto Pestana acreditam que as partes possam chegar a uma definição comum de projectos que permita a assinatura de um protocolo de entendimento.

"É necessário, no entanto, que sejam definidas modalidades técnico-administrativas de cooperação porque ainda não há um quadro jurídico nesta área, e os problemas têm que ser analisados caso a caso", explicou o primeiro-secretário da delegação da UE.

Já na área política, Brasil e União Europeia vão analisar, entre outros temas, o papel do Mercosul com a crise argentina e a expansão da UE.

Apontadores relacionados:

Artigos

- [AgroNotícias \(09/05/2002\) - UE resiste a fixar prazo para terminar negociação com Mercosul](#)
- [AgroNotícias \(09/05/2002\) - Vinhos portugueses marcam presença em dois eventos do sector em São Paulo](#)
- [AgroNotícias \(05/05/2002\) - UE: Regras mais transparentes para a rotulagem do vinho](#)
- [AgroNotícias \(01/05/2002\) - Brasil: Produtores de frango ameaçam recorrer à OMC para vender na Europa](#)
- [AgroNotícias \(18/04/2002\) - Brasil: Rio Grande do Sul reinicia exportações de carne suína para a Rússia](#)

Sítios

- [The EU & Mercosur](#)
- [Mercosul Organismo](#)
- [Mercosul.com - Business and Information Community](#)

Fonte: Lusa

[[Écran anterior](#)

ESPAÇO INTEGRADO

CNI / SESI / IEL

Qualidade de vida

Alguns minutos de exercício físico no próprio local de trabalho, antes de iniciar a atividade diária, podem significar uma jornada mais produtiva



Sessões diárias de oito a doze minutos de exercícios físicos no local de trabalho podem elevar a produtividade, reduzir o índice de faltas, além de diminuir os casos de lombalgia e lesões por esforços repetitivos.

A Xerox do Brasil aumentou sua produtividade em 39%, a Cecrisa registrou uma queda de 70% no absenteísmo e a Metalgrin reduziu o índice de acidentes a zero. Esses resultados foram obtidos um ou dois anos após a adesão das empresas ao programa SESI Ginástica na Empresa (SGE). Este ano, o programa vai receber do SESI Nacional um investimento adicional de R\$ 7,5 milhões para beneficiar 500 mil trabalhadores em todo o país.

Até o ano passado, cerca de 200 mil funcionários de mil empresas brasileiras interrompiam todos os dias as atividades para fazer alguns minutos de ginástica. A meta para 2002 é ampliar esse número em 300 mil pessoas.

"Contamos com novas adesões entre as empresas e também com a ampliação do número de participantes nas indústrias que já aderiram ao programa", explica a gerente nacional do SGE, Mercedes Passeri.

Departamentos Regionais como os do Rio Grande do Sul e Minas Gerais desenvolviam o programa desde os anos 90.

Um levantamento realizado em 1998 mostrou que a ginástica no local de trabalho era a mais procurada entre as atividades de lazer e esportes promovidas pelo SESI nos estados. O SESI Nacional decidiu, então, normatizar tal prática, disseminando-a pelo país e assumindo sua coordenação nacional. Estava criado o programa Ginástica na Empresa, desde o ano passado SESI Ginástica na Empresa.

Tecnologias da informação com toda a potência

Encontro Empresarial revelou o potencial de intercâmbio entre pequenas e médias empresas da Europa e da América Latina

O setor de Tecnologias da Informação no Brasil tem um crescimento médio anual da ordem de 7%, o que o coloca como o sétimo produtor mundial. Num mercado com faturamento potencial da ordem de US\$ 30 bilhões, as empresas já investem de 4% a 4,5% do faturamento neste setor. Essas foram algumas das informações apresentadas no Encontro Empresarial TEI 2002 - Tecnologias da Informação, que se realizou, entre os dias 2 e 7 de junho, em Brasília. O evento, organizado pelo Eurocentro IEL Brasil, vinculado ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL Nacional), reuniu cerca de 200 empresários brasileiros, latino-americanos e europeus, representantes do governo brasileiro e de outras entidades, que falaram sobre temas como comércio eletrônico, cooperação entre a União Européia e a América Latina e a Sociedade da Informação. Um seminário e uma conferência internacional abordaram a realidade latino-americana e européia na área de Tecnologias da Informação. Foram realizadas também Rodas de Negócios, onde empresários discutiram diretamente acordos de cooperação e possíveis contratos. O Encontro, que fez parte da agenda do Programa AI-Invest, da Comissão Européia, foi aberto por Antônio Fábio Ribeiro, diretor da CNI, representando o presidente da entidade, senador Fernando Bezerra. Ribeiro destacou o significado do Encontro se realizar em Brasília, em função da vocação da capital federal para o desenvolvimento de Tecnologias da Informação e de Biotecnologia. Ao fazer uma apresentação do Programa AI-Invest, o Secretário da Delegação da Comissão, Stefano Gatto, disse que a iniciativa superou amplamente as expectativas, pois, mais do que simplesmente ampliar o comércio, conseguiu estreitar o relacionamento e a cooperação entre as comunidades empresariais de pequeno e médio portes da América Latina e da Europa.

Sumário

Página 2 PALAVRA DO PRESIDENTE / LINHA DIRETA / MOREIRA FERREIRA ASSUME A PRESIDÊNCIA DA CNI

Página 3 AÇÃO INTERNACIONAL / INTERCOOP

Página 4 ESPAÇO INTEGRADO

- [RN Afrique](#)
- [RN Media Desk](#)
- [RN Music](#)
- [RN Training Centre](#)
- [RNTV](#)

Atualidade: [Arquivo](#)

União Européia e Mercosul

Eny Sacchi, 22 February 2002

A União Européia acredita que a crise na Argentina não irá minar o processo de integração com o Mercosul. Esta afirmação foi feita pelo conselheiro económico da Comissão Européia, Stefano Gatto, que também destacou a confiança dos líderes europeus em uma solução para os problemas enfrentados na Argentina.

Interesse

Isto não quer dizer que a situação não seja preocupante, ressaltou Stefano Gatto, mas, para ele, este momento argentino não interferirá nas negociações entre os dois blocos, já que é do interesse de muitos países europeus. Muitos deles, como a Espanha, mantêm uma forte presença na Argentina há tempos. Stefano Gatto foi taxativo ao afirmar que nada pode abalar a confiança da União Européia no Mercosul e em seus membros: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, além dos países associados, Bolívia e Chile.

Redução progressiva

Para ele, é óbvio que os parceiros comerciais europeus estejam sentindo os reflexos negativos da crise argentina, mas a lógica indica que a atual situação não se estenderá por tempo indefinido. Com relação aos subsídios agrícolas concedidos pelos governos da União Européia ao setor agropecuário, o conselheiro Gatto afirmou que eles estão sendo reduzidos no geral, tanto aqueles que correspondem ao estímulo da produção como os da comercialização. Uma redução progressiva que começou há vários anos e fez com que os produtos dos países do Mercosul se tornassem mais competitivos. De acordo com Stefano Gatto, atualmente a União Européia é o maior importador de produtos do Mercosul. E a Argentina está tentando conquistar um filão ainda maior, ao negociar com a Europa o aumento das importações de carne bovina, bastante prejudicadas no ano passado devido à crise da febre aftosa.

Que redução?

No entanto, muitos discordam de Stefano Gatto de que a União Européia esteja realizando uma redução progressiva dos subsídios agrícolas. Em um artigo publicado no jornal De Volkskrant, de Amsterdã, Sjoera Dijkers, diretor da Fundação holandesa Evert Vermeer, ligada à ajuda ao desenvolvimento, afirmou exatamente o contrário. Para ele, o risco é grande de que, com a ampliação da União Européia, os subsídios sejam incrementados. Atualmente, a União Européia injeta cerca de US\$ 130 bilhões por ano no setor agrário, o que torna desleal a concorrência no mercado internacional para os agricultores dos países pobres e em desenvolvimento, que não recebem um centavo para desenvolver seus produtos, concluiu Sjoera Dijkers.

Rio de Janeiro

Em abril, será realizado no Rio de Janeiro o chamado Grande Encontro de Negócios entre a União Européia e o Mercosul. A Federação das Indústrias do Rio, organizadora do evento, espera receber mil empresas dos dois blocos, que deverão gerar negócios da ordem de US\$ 180 milhões.

© Radio Nederland Wereldomroep, all rights reserved 

www2.rnw.nl/rnw/pt/atualidade/arquivo/at0222...ue_mercosul.html

- [Seção Brasileira](#)
- [Ouça ao vivo](#)
- [Programas](#)
- [Europarada](#)
- [Horários](#)
- [Concerto semanal](#)
- [Vagas](#)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

COMÉRCIO EXTERIOR

Crise no vizinho atrasa negociações de livre comércio entre blocos; demora frustra empresários europeus

Argentina emperra acordo Mercosul-Europa

CLÓVIS ROSSI

COLUNISTA DA FOLHA

A crise argentina já fez mais uma vítima, fora das fronteiras do país: acabou sendo a principal causa para que não haja avanços significativos na negociação entre o Mercosul e a UE (União Européia) para a constituição de uma área de livre comércio entre os dois blocos.

A expectativa de progresso nas negociações estava dada pelo fato de que, no dia 17, haverá em Madri uma reunião de cúpula entre os 15 países da UE e os quatro do Mercosul. Cúpulas, em geral, funcionam como estímulo para avanços em negociações comerciais. Não será assim.

"Não vai haver um choque de liberalização", chega até a exagerar o embaixador José Alfredo Graça Lima, prestes a assumir oficialmente a representação brasileira na UE, em Bruxelas.

"Os dois lados concordaram que o momento não era o mais propício para uma revisão das ofertas", diz o embaixador Clodoaldo Hugueney, antecessor de Graça Lima e, agora, uma espécie de negociador-chefe do governo para assuntos comerciais.

Hugueney está se referindo às ofertas de liberalização comercial que as duas partes puseram sobre a mesa no ano passado. Ambas são consideradas modestíssimas, em especial a do Mercosul.

Aí é que começa a entrar a crise argentina. Os argentinos já estavam em crise no momento em que deveria ser

apresentada a proposta do Mercosul, em outubro, depois que os europeus lançaram a sua em julho.

"Desde outubro, é difícil atrair a atenção deles [os argentinos] para esse tema", depõe Sandra Rios, assessora para assuntos internacionais da CNI (Confederação Nacional da Indústria), com a experiência de quem ajuda a montar os encontros entre empresários dos blocos, o Fórum Empresarial Mercosul-União Européia.

De outubro para cá, a crise argentina só fez agravar-se e dispersou de uma vez a atenção tanto do governo como dos empresários do país vizinho.

"Está tudo parado por causa da Argentina", chega a dizer o empresário Michel Alaby, vice-presidente executivo da Associação de Empresários Brasileiros para a Integração com o Mercosul.

Alaby refere-se não só às negociações com a Europa, mas também com Chile, México e África do Sul.

O conjunto do empresariado expressa inquietação parecida. Diz o texto preparado pelos empresários europeus para o encontro de Madri com seus colegas do Mercosul, nos dias 15 e 16: "A Argentina está experimentando uma significativa crise econômica. O fórum empresarial está muito preocupado com suas consequências".

Tão preocupado que os executivos europeus sugerem à Comissão Européia, o braço executivo do conglomerado de 15 países, que "considere a aceleração da abertura de seus mercados para produtos argentinos".

Cavallo de fora

No âmbito diplomático, no entanto, a visão é menos apocalíptica. Clodoaldo Hugueneu, por exemplo, consegue ver até progressos na Argentina, no que se refere ao Mercosul. "É claro que a crise atrapalhou. Mas, talvez, a gestão Cavallo atrapalhasse mais, com os ataques sucessivos ao Brasil, do que a situação atual, em que a realidade é mais difícil, mas há um claro compromisso com o Mercosul", diz o diplomata.

Reforça Stefano Gatto, responsável pelo comércio na delegação da UE em Brasília. "A crise argentina condicionou os tempos da negociação, mas as ambições não mudaram. O Mercosul deixou de ser fundamental para a UE? Com certeza, não. A crise argentina não é um prejuízo nem definitivo nem significativo", afirma.

A frase de Gatto dá a pista para o que haverá de mais importante na cúpula de Madri: a reafirmação do compromisso político das partes de constituírem uma zona de livre comércio e a exaltação dos "consideráveis progressos" rumo a um entendimento.

Não é exatamente a visão que tem o empresariado europeu. O documento por eles preparado queixa-se: "Em dezembro

de 1995, o objetivo de criar uma área de livre comércio foi acordado pelas duas regiões; hoje, mais de seis anos depois, a criação de uma área de livre comércio entre as duas partes não está ainda perto de ser alcançada".

Em todo o caso, os diplomatas vão negociar, antes de que os presidentes e primeiros-ministros se encontrem, no dia 17, dois temas políticos principais:

1) Fixar uma data para a conclusão das negociações. O Mercosul insiste nisso e cita o "paralelismo" com as datas da Área de Livre Comércio das Américas e da rodada de negociações comerciais definida em Doha (ambas 2005). Os europeus hesitam, porque temem que a data anunciada não seja cumprida, enfraquecendo a negociação.

2) Convocar uma reunião ministerial, provavelmente no Brasil, para "concluir a fase inicial da negociação e dar instruções para a fase seguinte", como explica Clodoaldo Hugueney. Mas só haverá a ministerial se for possível dar substância a ela, além de enviar o sinal político e o sentido de urgência que empresários cobram.

Os europeus não só se dizem preocupados com "o pouco progresso alcançado até agora", como manifestam o temor de que a negociação possa perder "o ímpeto e a prioridade política".

Texto Anterior: [Argentinos já cortam até futebol](#)

Próximo Texto: [Vence amanhã prazo para país se defender em NY](#)

[Índice](#)

A incorporação acentuada da moral e da ética no discurso político brasileiro não deixa de ser surpreendente, muito mais quando as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, que deram vitória a Bush, apresentaram lances nebulosos até hoje questionados pela imprensa.

E na França, a performance de Le Pen foi um escárnio à ética, pois sua plataforma política é a corrupção dos tradicionais valores ocidentais. Quanto à comunicação política - o conjunto de mensagens circulantes no sistema político e condicionadoras das ofertas e demandas desse sistema - , seu desafio maior no Brasil consiste no processo de integração nacional, através da circulação de bens, serviços, pessoas e mensagens.

São crescentes os curtos - circuitos/estrangulamentos nesse processo. As dimensões continentais do Brasil, a inconsistência das instituições estatais, a falta de vontade das elites políticas e a excessiva concentração dos meios de comunicação, da renda, dos meios de produção, das oportunidades, dos investimentos e da população são fatores que contribuem para o esgarçamento da Federação nos termos anteriormente aqui colocados.

O Brasil tem enormes e bizarras contradições, uma delas a falta d' água doce e potável onde tem gente e a falta de gente onde tem a maior reserva de água doce do planeta (a Amazônia). A "balcanização" é uma questão de tempo, pois até o idioma, grande fator de unidade nacional, vem sendo solapado pelos métodos científicos de aplicação da semiótica e neurolinguística como instrumentos de dominação política e cultural da potência hegemônica absoluta, no caso os Estados Unidos. O português conseguirá resistir estoicamente?

(Matéria editada em 30/04/02)



União Européia espera sucessor de FHC com viés conservador

Feichas Martins (feichasmartins@abn.com.br), articulista, jornalista, cientista político, professor, diretor da Associação da Imprensa do Distrito Federal e membro do Instituto Político-Estratégico Brasileiro (IPEB)

Qualquer que seja o próximo Presidente eleito no Brasil, sua administração tende a ser menos aberta e mais nacionalista do que a do período de governo de Fernando Henrique Cardoso, segundo expectativa reinante na União Européia e revelada pelo seu representante no Brasil, Stefano Gatto.

A União Européia, que atualmente congrega 15 países, adota uma estratégia de ação política em três eixos - no Mercosul, no México e no Chile - visando estimular o surgimento de novos atores ou pólos de poder na América do Sul, capazes de dificultar a absoluta hegemonia dos Estados Unidos nas Américas.

Essa estratégia de multipolarização do poder mundial da União Européia

foi revelada pelo seu representante no Brasil, em conferência realizada recentemente no Instituto Político-Estratégico Brasileiro (IPEB) - , entidade com sede em Brasília e dedicada à disseminação do planejamento político - estratégico como instrumento de melhoria das condições de vida dos povos.

Preocupado com a crise da Argentina, a seu ver estimulada pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de desestabilizar o Brasil e enfraquecer o Mercosul, de modo a facilitar a implantação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA -, Stefano Gatto afirma que não há, por incrível que pareça, uma percepção concreta dessa manobra norte-americana por parte dos países europeus. Estes - observa -, embora sejam os maiores investidores na Argentina e sócios majoritários do FMI, assistem impassíveis a crise argentina sem vontade de socorrer financeiramente Buenos Aires e dispendo-se apenas a pagar a conta que os Estados Unidos lhes apresenta naquele órgão.

Como processo de integração pioneiro e sem similar no mundo inteiro, a União Européia, segundo Stefano Gatto, apresenta resultados exitosos na sua proposta de livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, consolidando-se economicamente, através do mercado comum, e, agora, monetariamente, com a vigência do Euro. Mas, admite Stefano Gatto, ainda há problemas de integração de natureza política, como a definição da política externa e de segurança comuns, além da necessidade de harmonização dos assuntos internos judiciais, visando à integração do sistema penal.

Um dos dispositivos em estudo para aplicação nesse sentido é a adoção da ordem de detenção comum, que permite um mandato de detenção ser cumprido em qualquer dos países - membros . A União Européia, militarmente, não tem como estabelecer sua autonomia em relação à presença dos Estados Unidos na região, através da OTAN, razão pela qual os europeus se limitarão a atuar em forças de paz e ações de solidariedade internacional.

O representante da União Européia acredita que as relações do bloco com o Mercosul tendem a se consolidar em função de dois fatores fundamentais: A simpatia do Mercosul pelo processo de integração européia e o volume de investimentos europeus no processo de privatização em curso principalmente no Brasil e na Argentina. Atualmente, na Europa, se questiona a eficácia da privatização como forma de desenvolvimento econômico, mas, segundo Stefano Gatto, há muitos pontos positivos a serem considerados em vários setores, mesmo admitindo-se que o Estado deva prevalecer na infra-estrutura de algumas atividades essenciais.

A tendência de uma política mais protecionista na verdadeira guerra mundial que se trava no comércio, para Stefano Gatto, é um ponto de dificuldades para a cooperação entre os blocos, no tocante a algumas áreas, como, por exemplo, a agricultura, que é altamente subsidiada na União Européia, chegando a absorver 56% do orçamento europeu, embora os produtores rurais representem apenas 7% da população. A existência de uma Política Agrícola Comum na União Européia, ao contrário do que ocorre nos países do Mercosul, é um fato de raízes culturais, mas não impede que os dois blocos continuem negociando compensações e ampliando o intercâmbio comercial, que já registra atualmente a posição de destaque dos europeus nas importações de produtos agrícolas.

(Matéria Editada em 26/04/02)

GAZETA MERCANTIL *Digital*

RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

Home Gazeta Mercantil Banco de Notícias Jornais Regionais Webshop Fale Conosco

Ano IV - nº 1046 - Quarta-Feira, 3 de Abril de 2002

Volta...

Design
by Ka
Solution

Megaevento reúne empresas da Europa e do Mercosul no Rio

Executivos de pequenas e médias empresas instaladas no Mercosul e na Europa, além do Chile e da Bolívia, estarão reunidos entre os próximos dias 10 e 12 em busca de novos negócios comerciais e tecnológicos no Riocentro. O Partenariat, patrocinado pelo programa Al-Invest da Comissão Europeia, promoverá o encontro de cerca de mil empresários, o que poderá repercutir em negócios da ordem de R\$ 400 milhões.

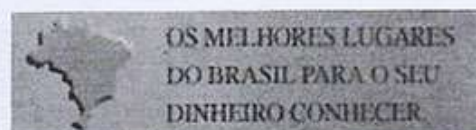
A estimativa é da Firjan, uma das organizadoras do evento, que usa a experiência em encontros semelhantes a este, como o Mercotrade, realizado entre 1994 e 1996, como parâmetro. 'É verdade que, em geral, está todo mundo querendo vender. Mas apenas a troca de experiência tecnológica que os países europeus poderão oferecer aos empresários brasileiros justifica o evento', destaca o coordenador do Eurocentro da Firjan, Luiz Cláudio Leite.

Por enquanto, os espanhóis lideram o ranking dos países com maior número de executivos inscritos. 'O que não é nenhuma surpresa, se considerarmos que a Espanha é o que mais investiu no Brasil nos últimos anos', argumenta Leite. Ao todo, participarão do evento 150 empresas europeias, 450 brasileiras e outras cem do Mercosul, do Chile e da Bolívia. Os setores envolvidos são o de meio ambiente (com 41% do interesse dos inscritos), agroindústria (32,4%) e energia elétrica (26,6%).

'Meio ambiente é o que está despertando a maior curiosidade dos participantes. Acredito que os brasileiros acordaram para a questão, sobretudo depois do vazamento de óleo da Petrobras na Baía de Guanabara. Há ainda aqueles preocupados com a exigência de certificação ISO 14001 para exportação', afirma o coordenador do Eurocentro.

O executivo Marcelo Ramos, por exemplo, é um dos que vai ao Partenariat em busca de conhecimentos tecnológicos na área de meio ambiente.

Megaevento reúne empresas



Partenariat faz parte da lista de 28 eventos que ocorrerão este ano no Riocentro

Ramos dirige a Erma, fábrica de artefatos de borracha para a indústria, como anéis e mangotes, mas quer diversificar o seu foco de negócios. O executivo pretende aproveitar a localização da indústria na Baixada Fluminense, onde há uma grande acumulação de lixo residencial, para reprocessar latas ou embalagens do tipo PET. No evento, buscará o conhecimento tecnológico para isso, através do contato com empresas européias do ramo, que, na sua opinião, têm grande experiência no assunto para passar. 'A princípio é só um contato, mas o encontro poderá acabar gerando um contrato de fato, seja de compra de um equipamento, seja de parceria com alguma outra empresa européia interessada em investir no mesmo mercado que eu na Baixada Fluminense', explica o executivo.

Segundo o coordenador do Riocentro, casos como o da Erma exemplificam bastante o objetivo do evento. 'A indústria brasileira precisa de tecnologia para agregar valor ao seu produto e alcançar o mercado externo. Como tecnologia os europeus têm de sobra, o evento se torna altamente produtivo para os investidores nacionais', destaca Leite. Além disso, a Erma é uma pequena empresa, com 22 empregados, enquadrada no perfil dos participantes do Partenariat. 'Não tenho conhecimento de outras oportunidades como esta, em que uma empresa de pequeno e médio porte tem contato com o mercado internacional', diz Ramos.

Mas nem só investidores que empregam, no máximo, 500 profissionais participarão do Partenariat. Uma primeira avaliação dos inscritos no evento acusam a presença de companhias de grande porte, como Souza Cruz, Sony Music, BR Distribuidora, Furnas Centrais Elétricas, Repsol YPF Bolívia e Refinaria de Manguinhos.

As 700 empresas inscritas até agora participarão de rodadas de negócios. Os grupos âncoras da Europa terão espaços de encontros com os representantes do Mercosul e da Bolívia e Chile, que serão agendados com antecedência e vão durar 30 minutos cada um. 'A intenção da União Européia é criar facilidades para a implementação de uma rede de cooperação com o Brasil', ressalta o conselheiro econômico da Comissão Européia/Mercosul, Stefano Gatto.

O Partenariat está incluído na lista de 28 eventos - entre seminários, feiras e congressos - que acontecerão apenas neste ano no Riocentro, principal local de eventos comerciais do estado do Rio. O mais importante em número de visitantes e em oportunidade comercial, segundo o próprio Riocentro, será o WPC, congresso mundial do setor de petróleo, que acontecerá em conjunto com a Rio Oil&Gas Expo 2002.

De acordo com o ICCA (International Congress & Convention Association), o Rio de Janeiro ocupou o sétimo lugar no ranking de locais de destino para encontros internacionais no ano passado. A expectativa é que, nos próximos anos, ocupe a sexta colocação, e que, ainda em 2002, a indústria de turismo de negócios movimente cerca de US\$ 150 milhões na região, 10% a mais do que no ano passado.

Cada turista de negócios que vem para o Rio gasta, em média, US\$ 230 por dia, o dobro do gasto médio do turista normal, de acordo com a Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav). A explicação é que os seus custos são bancados pela empresa que trabalha e que, com isso, pode gastar mais do que se estivesse custeando ele mesmo a viagem.

Fernanda Nunes - do Rio
fernandanunes@gazetamercantil.com.br

© GAZETA MERCANTIL

Volta | Topo



Núcleo GZMWEB
webmaster@gazetamercantil.com.br

O Povo (CE)

17/05/2002

Economia

Ceará terá um Eurocentro

A União Européia vai autorizar o funcionamento de um núcleo captador de negócios internacionais no Estado. O Eurocentro fará a ponte entre as empresas daqui interessadas em vender diretamente para um mercado que compra 27% de tudo que o Brasil exporta

Arlen Medina
da Redação

Começa a operar este ano, a partir do segundo semestre, em Fortaleza, o primeiro centro de captação de negócios entre o Ceará e os 15 países membros da União Européia (UE), a maior parceira comercial do Brasil. A confirmação do Estado como sede de um Eurocentro foi feita ao O POVO pela Delegação da Comissão Européia no Brasil - entidade com status de embaixada que é sediada no Distrito Federal.

A aceitação oficial deve ocorrer ainda este mês e o gerenciamento das operações será feito pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), através do Instituto Euvaldo Lodi (IEL). A Fiec vai bancar os custos (ainda não revelados da infra-estrutura) e a Comissão fica responsável pelo desenvolvimento inicial do suporte tecnológico para o funcionamento do escritório.

Sediar um Eurocentro é estar tecnicamente em vantagem para abrir possibilidades comerciais entre as empresas cearenses e as empresas de toda a União Européia. No Brasil existem hoje sete deles que serão 15 até o final do ano.

O núcleo funciona como um captador de negócios internacionais interligado. Quando o do Ceará estiver funcionando, ele poderá estar associado ao da Bahia e desenvolver uma ação conjunta com empresas de Munique (Alemanha) e Milão (Itália), por exemplo, para atrair turistas que poderão vir aos dois estados brasileiros a partir de um mesmo acerto. Havendo interesse mútuo, os negócios são previamente pactuados e todas as partes saem ganhando e recuperam rápido o investimento.

"As empresas trabalham as agendas previamente combinadas. Os custos são bancados pelos interessados diretamente", afirma Stefano Gatto, conselheiro de negócios da Comissão Européia no Brasil e gerenciador do sistema Eurocentro. Ele confirma que existirão 40 rodadas de negociações feitas por Eurocentros até dezembro próximo.

Essa é uma estratégia para aumentar o volume total de negócios firmados entre Brasil e UE. Em 2001 foram quase US\$ 30 bilhões o intercâmbio entre nós e eles, volume superior ao que é negociado com os Estados Unidos, mentor da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que, funcionando a partir de 2005, sepultará oficialmente com o Mercosul.

Hoje, o já virtual fim do Mercosul com a quebradeira argentina, e a complicada implantação da Alca, são possibilidades consideradas, mas não declaradas, pela União Européia.

Até agora os números jogam a favor da manutenção da parceria com os europeus. De tudo o que produzimos mandamos 27% para lá. E eles exportam 26% do que produzem

para nossos portos e aeroportos para serem comprados no mercado interno. "No comércio agrícola já compramos mais da metade do que o Brasil exporta. E nesta área os Estados Unidos importam quatro vezes menos", provoca Stefano Gatto.

Em Fortaleza, o Eurocentro estará atrelado à estrutura do Instituto Euvaldo Lodi. "Temos um bom conhecimento nessa área de transferência de tecnologia. É assim que iremos atuar. Esse Eurocentro nos abrirá para o mundo. Estaremos mais ágeis e nossas relações ficarão mais rápidas a partir de agora", diz a superintendente do IEL no Ceará, Vera Ilka Sales.

A existência desse novo núcleo de negócios vai ter a parceria do Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Sebrae-CE e da secretaria estadual do desenvolvimento econômico (SDE).

O jornalista viajou para Brasília a convite da Delegação da Comissão Européia

INICIAL

CÚPULA DE MADRI

ÚLTIMAS
NOTÍCIAS**Pacote facilitará acordo UE-Mercosul**

EDITORIAS

Capa
Política
Cidades
Judiciário
Economia
Mundo
Esporte
Magazine
EspeciaisRodrigo Craveiro
de Brasília

Os quatro países do Mercosul – Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil – e a Comissão Européia – órgão que representa os interesses dos 15 Estados-membros da União Européia (UE) – vão aproveitar a Cúpula de Madri para assinar um pacote de medidas para facilitação de negócios. De acordo com o italiano Stefano Gatto, conselheiro econômico da delegação européia em Brasília, as áreas de comércio eletrônico, temas sanitários e política fazendária serão as mais beneficiadas. "Queremos fortalecer os negócios com o Mercosul e estimular a exportação em pequenas e médias empresas", afirma. Uma das prioridades do pacote é a desburocratização das transações alfandegárias.

COLUNAS

Opinião
Giro
Coluna social
Memorandum
Crônicas e
outras histórias

A Cúpula de Madri – também conhecida por Cimeira – acontece nos dias 17 e 18 de maio, na capital espanhola, e vai reunir 50 chefes de Estado e de governo da Europa, do Caribe e da América Latina. De acordo com o embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, subsecretário-geral de Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores, a Cimeira vai definir três documentos para facilitar as conversações entre os blocos: uma declaração política assinada pelos líderes de Estado, um resumo do diálogo entre as partes nos últimos três anos e uma carta de valores. "Apesar de haver um significativo fluxo comercial entre América Latina e Europa, sentimos que há oportunidades ainda mal-exploradas", analisa Castro.

SERVIÇOS

E-mail
Cartas dos leitores
Assinatura
Acontece
Tempo hoje
Indicadores
Na telinha
Cinema
Horóscopo
Guia do Assinante**Bolsas**

Um dia antes da abertura da Cimeira, as delegações diplomáticas deverão implementar um programa de bolsa universitária, beneficiando 3,9 mil estudantes latino-americanos. "A idéia é levar os estudantes para trabalhar nas universidades européias e fazer com que eles tenham contato com nossas tecnologias", afirma o português João Gabriel Ferreira, conselheiro da Comissão Européia responsável pela cooperação bilateral entre Mercosul e UE.

CHARGE

ANTERIORES

A primeira fase do projeto está orçada em 45 milhões de euros (cerca de R\$ 99,4 milhões). A segunda etapa – prevista para acontecer de 2005 a 2010 – terá 88 milhões de euros (R\$ 194,4 milhões). A Comissão Européia será a financiadora do projeto. Os investimentos foram anunciados durante o seminário União Européia, América Latina e Caribe: Rumo à Cúpula de Madri, realizado terça-feira no Hotel Nacional, em Brasília. Outro projeto considerado inovador, o American Latin for Information Society (Alis) vai aplicar cerca de R\$ 187 milhões na democratização do acesso à tecnologia.

Os diplomatas europeus esperam que a Cimeira defina acordos de cooperação econômica entre o Mercosul e a UE. O alemão Rolf Timans, chefe da delegação da Comissão Européia, acredita que até 2004 os dois blocos assinem um tratado comercial. "Nosso objetivo é fortalecer o Mercosul. Temos boas chances de concluir as negociações em dois ou três anos", afirma.

Rodrigo Craveiro
viagrou a convite da Delegação da Comissão Européia no Brasil

realizados na últimas semanas, "a situação permanece claramente volátil e os riscos são significativos".

Brasil perde US\$ 7 bi em exportações

RIO O Brasil perderá US\$ 7 bilhões em exportações este ano em consequência da crise na Argentina, da queda nos preços das commodities no mercado internacional e da redução das vendas da Embraer. A contabilidade foi revelada ontem pelo secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Gianetti da Fonseca.

Apesar disso, ele espera crescimento "entre 0% e 5%" nas vendas externas do País neste ano, mesmo com a queda de 10% registrada no primeiro quadrimestre ante igual período do ano passado.

A principal contribuição para a redução dos US\$ 7 bilhões será dada pela retração dos negócios com destino à Argentina, que deverá atingir entre US\$ 3 bilhões e US\$ 3,5 bilhões, o que, para Gianetti, "trata-se de uma perda absolutamente dramática". As exportações para o país vizinho neste ano deverão somar US\$ 1,5 bilhão, ante US\$ 5 bilhões no ano passado.

Giannetti participou do Fórum Nacional no Rio e destacou ainda que as perdas comerciais de exportação com a queda dos preços dos produtos básicos no mercado internacional deve somar algo entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões no ano

Crise afeta acordo com UE

* (Bianca Giannini - De Brasília)

A dez dias da reunião da cúpula entre a União Européia (UE), a América Latina e o Caribe, que será realizada nos dias 17 e 18 deste mês em Madri (Espanha), diplomatas dos países envolvidos estão intensificando os seus esforços para que as negociações para um acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul ganhem um novo fôlego. A crise argentina, que se intensificou em meio às negociações comerciais entre Mercosul e União Européia, esfriou o processo. Apesar dos esforços diplomáticos, a Argentina não deve esperar uma ajuda mais efetiva da União Européia, para solucionar seus problemas.

O embaixador e chefe da Delegação da Comissão Européia no Brasil, Rolf Timans, disse ontem, durante o seminário preparatório para a reunião de Madri, em Brasília, que a Argentina precisa resolver várias questões internas primeiro, e que cabe a ela manifestar a necessidade de apoio internacional. Apesar dos problemas atuais, apostamos na parceria com o Mercosul. Assim como os momentos difíceis que enfrentamos na construção da União Européia, os obstáculos atuais da América Latina serão superados, afirmou. Apesar disso, Timans admitiu que a formalização do acordo da cúpula de Madri não ocorrerá antes de 2004.

O embaixador brasileiro Luiz Augusto de Araújo Costa, subsecretário-geral de Assuntos Multilaterais, do Ministério de Relações Exteriores, afirmou durante o encontro que os problemas da Argentina complicaram o processo de negociação de acordos comerciais com os países europeus. O Mercosul defende a criação de uma área de livre comércio entre os blocos. A União Européia (UE) fala em progressiva liberalização do comércio. A busca de um consenso sobre o conceito institucional do Acordo de Associação Inter-Regional entre a UE e os quatro países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) deve dominar as discussões na reunião de

* CONVIVIDA 2/0 SEMINÁRIO

cúpula, que contará com a participação dos **chefes de Estado e de governos** da Europa, **América Latina** e **Caribe**. O México já concluiu as negociações com a **União Européia**, enquanto o acordo com o Chile estão em fase final.

Segundo o conselheiro da Delegação da Comissão Européia, Stefano Gatto, os capítulos de uma eventual área de livre comércio entre os dois blocos já estariam praticamente definidos. O que falta, além da barganha para valer, é definir alguns princípios orientadores. Ele ressaltou que a **União Européia** é o primeiro parceiro comercial do Brasil e que ambos os lados devem buscar o consenso, adotando uma nova linguagem para acomodar os interesses.

Jornal do Commercio (RJ)**08/05/2002**

Economia

Acordo do Mercosul com a UE não deve sair antes de 2004* Jacqueline Sobral
De Brasília

Um acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia (UE) não deverá sair antes de 2004 e a Argentina dificilmente receberá mais do que palavras de solidariedade na reunião da Cúpula de Madri, entre países da Europa, América Latina e Caribe, que começará no próximo dia 17. O encontro servirá para "aprofundar os laços políticos e de cooperação" entre os participantes, segundo integrantes da UE que participaram ontem de um seminário em Brasília sobre o evento, mas sem expectativa de atos decisivos.

Tanto a delegação européia quanto os representantes do Governo brasileiro minimizaram os efeitos da crise Argentina nas negociações da UE com o Mercosul e afirmaram que o assunto não faz parte da pauta da Cúpula. "Claro que a Argentina dificultou as negociações, mas é uma dificuldade que acreditamos que pode ser superada", ressaltou o embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, subsecretário-geral de Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores. "Acho que cabe ao próprio Governo argentino decidir se há conveniência de uma declaração de apoio."

Sobre as críticas brasileiras aos subsídios agrícolas, o embaixador Rolf Timans, chefe da Delegação da Comissão Européia, afirmou que a política européia não prejudica as exportações do País.

- Cinquenta por cento dos produtos agrícolas brasileiros vão para a União Européia, o que é cinco vezes mais o que o Brasil exporta para os Estados Unidos - argumenta. "Isso é para mostrar que, apesar das críticas, os produtos brasileiros entram no continente."

Ao que tudo indica, a Cúpula de Madri trará poucas novidades. Os participantes deverão debater temas políticos, econômicos e sociais, o que resultará na assinatura de um documento sem prazos definidos.

Entre a União Européia e o Mercosul, uma das questões que serão discutidas é o acordo de "facilitação de negócios", que prevê a desburocratização das relações comerciais e a uniformização de seus procedimentos. Outra questão é o programa de bolsas de estudos a estudantes da América Latina em universidades, que deve começar este ano - a UE prevê um investimento de 250 milhões de euros em cinco anos em projetos de cooperação na América Latina. O acordo entre a Comunidade européia e o Chile deve ser ratificado no encontro.

Durante a reunião na Espanha, o Brasil e os países europeus devem avançar nos acordos bilateral, multilateral e regional. "O Brasil tem grande importância, principalmente politicamente, para as negociações", avaliou Stefano Gatto, conselheiro da delegação da Comissão Européia.

Vitória de Chirac pode dificultar

Apesar de garantir a manutenção dos valores republicanos, a vitória de Jacques Chirac nas eleições francesas e sua permanência no poder nos próximos cinco anos

* CONVIDADA P/O SEMINÁRIO

representa uma dificuldade a mais para as negociações para a formação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia (UE).

O acordo entra em seu momento decisivo nos próximos anos e uma das condições para que a negociação seja concluída até 2005 é a abertura do mercado europeu para os produtos agrícolas do Mercosul. Isso envolveria uma redução dos níveis de subsídios dados pelos europeus à sua produção local, possibilitando que as exportações do Mercosul pudessem competir de igual para igual.

Mas a carreira política de Chirac deixa claro sua estreita relação com o setor de agribusiness da França, o setor que mais recebe subsídios na UE, e aponta as dificuldades que o Mercosul terá para convencer a França a aceitar a liberalização do setor.

Uma prova do comprometimento de Chirac com os agricultores pode ser evidenciado pelo fato de que, todos os anos, o presidente visita a exposição agropecuária francesa. Neste ano, para fazer questão de mostrar suas preocupações com os produtores locais, Chirac passou mais de seis horas na feira.

Mesmo com o líder da extrema direita Jean-Marie Le Pen ameaçando, em sua campanha eleitoral, retirar a França da UE, a única resposta de Chirac foi de que isso levaria a uma queda de 40% na renda dos agricultores, que não poderiam mais contar com os subsídios de Bruxelas.

"Diante do comprometimento com os agricultores, a margem de manobra que Chirac tem para reformar o protecionismo agrícola é reduzida", avalia o professor da Cátedra Mercosul na Sorbonne, Alfredo Valladão.

O cenário fica ainda mais complicado para o Mercosul se Edmund Stoiber, atual governador da Bavária, for eleito chanceler alemão nas eleições que ocorrem ainda neste ano. Apesar de ser liberal, seu eleitorado também é composto por agricultores e a Bavária é a segunda região na Europa que mais se beneficia dos subsídios da UE, perdendo apenas para os franceses.

Da parte do Brasil, diplomatas são claros: sem um acesso ao mercado europeu para produtos agrícolas, não haverá possibilidade de um acordo de livre comércio com a UE.

Brasil e UE chegam a acordo na área têxtil

Paulo Paiva
De Brasília

Brasil e União Européia chegam a acordo para desbloquear o comércio na área têxtil. O anúncio oficial será feito na 8ª reunião da Comissão Mista Brasil e União Européia, dias 27 e 28, em Brasília, segundo fontes diplomáticas brasileiras e européias. O documento deve ser firmado em junho, em Bruxelas, para o acordo vigorar já em julho, no máximo em primeiro de agosto.

Só falta o Brasil encaminhar sua contraproposta à UE, nos próximos dias. Ela concorda em suspender a cota de dez categorias de produtos e o Brasil, em troca, não aumenta tarifas de têxteis. Entre 4% e 20%, hoje, elas estão abaixo do teto negociado na OMC (Organização Mundial de Comércio) e não poderão mais ser elevadas, sob nenhum pretexto. O Brasil tende a topar, segundo um negociador brasileiro, porque as empresas da área passaram por grandes mudanças e estão aptas para disputar o mercado dos 15 países da UE.

No último dia 18, o Gecex (Grupo de Gestão de Comércio Exterior) decidiu que vale a pena seguir na negociação, para "equilibrar o texto", como diz o diplomata brasileiro. O governo brasileiro precisa definir, com as empresas, a lista de exceções ao documento a ser firmado em Bruxelas, depois da reunião, da Comissão Mista. Uma é o algodão cru, que faz parte da cadeia de têxteis.

As cotas da UE seriam desmanteladas automaticamente em 2005, mas os próprios europeus se ofereceram para derrubá-las antes. Queriam que o Brasil, em contrapartida, tentasse rebaixar as tarifas do setor no Mercosul. O governo brasileiro alegou não poder negociar em nome do bloco, e só concordou em assumir o compromisso de levar o pleito europeu aos sócios do Mercosul.

A questão no âmbito do Mercosul deve ser contemplada num texto separado ao acordo bilateral, segundo fontes diplomáticas.

O conselheiro econômico da embaixada da UE em Brasília, Stefano Gatto, diz que as negociações "sinalizam importantes mudanças para as empresas européias e brasileiras", por garantir o acesso aos mercados nos dois sentidos. "Todos os obstáculos na área de têxteis serão removidos", diz o embaixador Marcelo Jardim, diretor do Departamento de Europa do Itamaraty.

Com a antecipação do fim das cotas de exportação de têxteis brasileiros para a UE, as empresas poderão aumentar suas vendas. No ano passado, as exportações para os países da União Européia totalizaram US\$ 215,3 milhões, do total de US\$ 1,3 bilhão vendido a todo o planeta.

O fim das cotas européias foi pedido pelo Brasil em março, e envolve fios de algodão, tecidos crus, tecidos tintos, tecidos sintéticos, t-shirts, calças, felpudos, roupa de cama, fio sintético, roupa de mesa e tops de lã. As cotas foram impostas ao Brasil em 1986.

Comissão Mista - A reunião da Comissão Mista em Brasília sinalizará também a intenção das duas partes de intensificar o relacionamento bilateral. Esse gesto é importante no momento em que o Mercosul passa por uma de suas piores fases, o que gera incertezas e, daí, a necessidade de um novo marco no relacionamento bilateral.

Brasil e União Européia vão traçar um programa de trabalho para os próximos anos, segundo o embaixador Marcelo Jardim, Diretor do Departamento de Europa do Itamaraty, que chefiará a delegação brasileira. A parte européia será chefiada por Francisco Câmara Gomes, Diretor Geral para Assuntos de América do Sul da Comissão Européia.

A última reunião da Comissão Mista foi em 2000 e de lá até agora, seus trabalhos foram enfraquecidos porque as duas partes apostavam mais as suas fichas no acordo Mercosul—União Européia.

Na reunião de Brasília, as duas partes também vão discutir problemas no relacionamento bilateral. O Brasil fará queixas a barreiras existentes a produtos nacionais no mercado da União Européia, enquanto os europeus querem discutir novamente as barreiras brasileiras ao comércio de pneus usados.

A União Européia quer discutir, também, questões relacionados à escolha do sistema de televisão digital a ser adotado pelo Brasil. Quer emplacar o seu sistema — e a disputa com os sistemas dos Estados Unidos e do Japão, de padrões tecnológicos bem diferentes, está acirrada.

Reunião em Madri facilitará negócios com o Mercosul

Paulo Palma
de Brasília

As vésperas da segunda Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia (UE), dias 17 e 18, em Madri, o Mercosul e o bloco europeu preparam-se para um encontro à parte e dão os últimos retoques a documentos a serem assinados. Como resultado da reunião entre os dois grupos, espera-se sinalização política de que as duas partes estão comprometidas a assinar um acordo de associação interregional. Esse compromisso constará da declaração a ser assinada pelos chefes de Estado e de governo dos dois blocos, que devem aprovar uma reunião ministerial no final do próximo semestre, em Brasília. Na ocasião, serão detalhados um cronograma e os horizontes da negociação. De concreto, a reunião de Madri deverá trazer também um pacote de facilitação de negócios entre o Mercosul e a União Europeia, tema já discutido no mês passado, em Buenos Aires. Os líderes vão ratificar o documento discutido pelo Comitê de Negociações Birregionais. Como diz o assessor econômico da delegação da UE, em Brasília, Stefano Gatto, com a adoção de simples medidas de ordem burocrática e técnica, no âmbito das aduanas, o comércio bilateral poderá aumentar significativamente. Gatto informa, ainda, que em Madri deverá ser assinado um acordo-quadro de cooperação para diferentes projetos entre os dois blocos. O documento vai substituir outro, assinado em Madri em 1995.

Com os documentos a serem assinados, a reunião não se esvaziará, embora a crise do Mercosul venha prejudicando sensivelmente os esforços de negociação, segundo admitem diplomatas brasileiros e europeus. "A Cúpula poderá ter um alcance menor, mas haverá um avanço na aproximação entre os dois blocos", diz Stefano Gatto. "É importante o entendimento e a sinalização de avançar nas negociações", complementa o embaixador Marcelo Jardim, diretor do Departamento de Europa do Itamaraty. O Mercosul aposta na possibilidade de as negociações com a Europa terminarem antes de 2004, antecipando-se, portanto, à conclusão da negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Mas no governo brasileiro há vários negociadores que temem pelo processo, uma vez que as negociações com a UE vão depender, em vários aspectos, da evolução da Rodada de Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O Brasil está preocupado com a lentidão dos trabalhos na Rodada. No âmbito regional, a Cúpula de Madri terá outro aspecto importante, que será a assinatura de acordo de associação entre a UE e o Chile, semelhante ao que os europeus já têm com o México. Marcelo Jardim diz que, dada a complexidade do acordo com o Mercosul, o ritmo do processo será outro. Para isso, as duas partes têm ainda que acertar os pontos em torno de temas como liberalização comercial para avançar nas negociações. Entre os desafios, a questão dos investimentos, compras governamentais, o comércio de produtos agrícolas. Na prática, tarifas só sobem à mesa a partir de 2003. A UE encaminhou uma primeira oferta ao Mercosul, englobando 90% dos itens comercializados com o bloco. Os quatro sócios do Cone Sul, entretanto, têm maior interesse nos produtos que não estão incluídos, especialmente os da agropecuária. O Mercosul só ofereceu liberalizar 30% dos itens que compra da UE, a partir de cálculo sobre o que ganharia com a proposta europeia.

Três anos de parceria

Inês Figueiró
de São Paulo

Em uma década, as relações comerciais entre a União Europeia e os países da América Latina e Caribe registraram um salto de 100%. Em 2000, a exportação de bens do bloco europeu para a América Latina somou €54,5 milhões e as importações, €48,8 milhões, conforme dados estatísticos da UE.

A aproximação entre europeus, latinos e caribenhos, consolidada com a realização da Cimeira do Rio, em junho de 1999, será referendada na segunda edição da reunião de cúpula, nos dias 17 e 18 de maio, em Madri. A parceria, acertada há três anos, focou aspectos políticos, econômicos, culturais, educacionais, tecnológicos e científicos.

Nessa lista, vale destacar o reforço institucional do diálogo entre as duas regiões, a preservação da democracia, a promoção e proteção dos direitos humanos.

Na segunda edição do encontro de cúpula, os 48 países voltarão a se encontrar para referendar as decisões acertadas no Rio e fazer um acompanhamento da sua evolução.

Desde o início do ano, têm havido encontros paralelos para levantar as proposições que serão discutidas na Espanha.

O momento em que essas discussões acontecerão é um pouco diferente do anterior. Os países latinos e caribenhos estão às vésperas de iniciar discussões sobre a Área de Livre Comércio da Américas (Alca), previsto para janeiro de 2003, e ainda há dúvidas, sobretudo, por conta da posição protecionista adotada pelos Estados Unidos em diferentes setores de sua economia.

Enquanto isso, o interesse europeu de que a hegemonia norte-americana não prepondera, serviu para agilizar acordo comercial fechado na semana passada com o Chile e que prevê, entre outras coisas, o aumento das exportações do país sul americano ao bloco. As declarações diplomáticas nem sempre são acompanhadas de gestos práticos que espelham a letra dos acordos e compromissos. Em junho de 1999, se decidiu que, a partir de julho de 2001, o Mercosul e a UE começariam a discutir a redução de barreiras tarifárias, inclusive no setor agrícola. Na realidade, o ano passado foi tão difícil para o mundo todo, com queda do comércio, recessão e os efeitos dos atentados terroristas de 11 de setembro contra os EUA, que os compromissos de três anos atrás não saíram do papel. Da mesma forma, a Argentina, segundo maior parceiro do Mercosul, ainda gozava de relativa boa saúde econômica, em 1999. O quadro se deteriorou, e hoje a UE não se sente à vontade para falar em data final dos acordos, conforme deixou claro, recentemente, em São Paulo, o comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy.

Gazeta Mercantil**06/05/2002**

Internacional

Reunião em Madri facilitará negócios com o Mercosul

Brasília Às vésperas da segunda Cúpula América Latina, Caribe e União Européia (UE), dias 17 e 18, em Madri, o Mercosul e o bloco europeu preparam-se para um encontro à parte e dão os últimos retoques a documentos a serem assinados. Como resultado da reunião entre os dois grupos, espera-se sinalização política de que as duas partes estão comprometidas a assinar um acordo de associação interregional. Esse compromisso constará da declaração a ser assinada pelos chefes de Estado e de governo dos dois blocos, que devem aprovar uma reunião ministerial no final do próximo semestre, em Brasília. Na ocasião, serão detalhados um cronograma e os horizontes da negociação. De concreto, a reunião de Madri deverá trazer também um pacote de facilitação de negócios entre o Mercosul e a União Européia, tema já discutido no mês passado, em Buenos Aires. Os líderes vão ratificar o documento discutido pelo Comitê de Negociações Birregionais. Como diz o assessor econômico da delegação da UE, em Brasília, Stefano Gatto, com a adoção de simples medidas de ordem burocrática e técnica, no âmbito das aduanas, o comércio bilateral poderá aumentar significativamente.

Gatto informa, ainda, que em Madri deverá ser assinado um acordo-quadro de cooperação para diferentes projetos entre os dois blocos. O documento vai substituir outro, assinado em Madri em 1995. Com os documentos a serem assinados, a reunião não se esvaziará, embora a crise do Mercosul venha prejudicando sensivelmente os esforços de negociação, segundo admitem diplomatas brasileiros e europeus. "A Cúpula poderá ter um alcance menor, mas haverá um avanço na aproximação entre os dois blocos", diz Stefano Gatto. "É importante o entendimento e a sinalização de avançar nas negociações", complementa o embaixador Marcelo Jardim, diretor do Departamento de Europa do Itamaraty. O Mercosul aposta na possibilidade de as negociações com a Europa terminarem antes de 2004, antecipando-se, portanto, à conclusão da negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Mas no governo brasileiro há vários negociadores que temem pelo processo, uma vez que as negociações com a UE vão depender, em vários aspectos, da evolução da Rodada de Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O Brasil está preocupado com a lentidão dos trabalhos na Rodada. No âmbito regional, a Cúpula de Madri terá outro aspecto importante, que será a assinatura de acordo de associação entre a UE e o Chile, semelhante ao que os europeus já têm com o México. Marcelo Jardim diz que, dada a complexidade do acordo com o Mercosul, o ritmo do processo será outro. Para isso, as duas partes têm ainda que acertar os ponteiros em torno de tema como liberalização comercial para avançar nas negociações. Entre os desafios, a questão dos investimentos, compras governamentais, o comércio de produtos agrícolas. Na prática, tarifas só sobem à mesa a partir de 2003. A UE encaminhou uma primeira oferta ao Mercosul, englobando 90% dos itens comercializados com o bloco. Os quatro sócios do Cone Sul, entretanto, têm maior interesse nos produtos que não estão incluídos, especialmente os da agropecuária. O Mercosul só ofereceu liberalizar 30% dos itens que compra da UE, a partir de cálculo sobre o que ganharia com a proposta européia.

Desafio em Madri

João Cláudio Garcia
Da equipe do Correio

Presidentes e primeiros-ministros de 47 países da União Européia, América Latina e Caribe se reúnem sexta-feira e sábado em Madri, onde vão anunciar avanços nas negociações para um acordo de associação estratégica entre os dois lados do Atlântico. Como são muitos interesses a serem debatidos em apenas dois dias, os 15 representantes europeus se reunirão separadamente em quatro minicúpulas com autoridades do Mercosul, da Comunidade Andina, América Central e México. Na parte que toca ao Brasil, serão definidos um termo facilitador de negócios e medidas para ampliar o diálogo político com o bloco europeu.

Apesar de não ter implicações jurídicas — o que livra os signatários da obrigação de cumpri-lo —, o documento facilitador de negócios pretende desburocratizar as transações e agilizar a troca de informações entre países do Mercosul e União Européia. Os dois blocos também estão concluindo os capítulos de política, que mantêm o compromisso de consultas frequentes entre europeus e sul-americanos, e de cooperação, referente aos programas sociais, científicos e de assistência financeira.

CAUTELA NA EUROPA

Mersos numa crise orçamentária, cheios de incertezas sobre a inclusão de governos do Leste na União Européia e apreensivos ante o sucesso de partidos nacionalistas de extrema-direita em diversos países, os negociadores europeus não estão num bom momento para empreender acordos comerciais ousados. A cautela é tanta que alguns querem tirar da declaração final do encontro a expressão *zona de livre comércio*, preferindo *liberalização progressiva* como um dos objetivos do acordo entre os blocos.

Na declaração de três páginas que será assinada pelos 47 chefes de governo haverá uma reafirmação do compromisso democrático e respeito aos direitos humanos, cujo parágrafo ganhou importância depois da tentativa de golpe de Estado na Venezuela, no começo de abril, e da convulsão social na Argentina.

A redação final do texto deve ser aprovada pelos ministros

AGENDA VARIADA

São 11 os temas prioritários nas negociações para um acordo de associação estratégica entre União Européia, América Latina e Caribe:

- *Cooperação em fóruns internacionais*
- *Proteção dos direitos humanos*
- *Promoção do papel das mulheres*
- *Cooperação nas áreas de meio ambiente e catástrofes naturais*
- *Luta contra as drogas e o tráfico ilegal de armas*
- *Apoio à formação de um sistema econômico e financeiro*

das Relações Exteriores, que se reúnem em Madri na quinta-feira, antes de passar para a mesa dos presidentes, no dia seguinte. Também foi redigido um documento de avaliação dos objetivos alcançados desde a primeira cimeira, ocorrida no Rio de Janeiro em 1999 — como a criação de programas de intercâmbio nas áreas de direitos humanos, comércio, combate à desigualdade social e ao narcotráfico.

Segundo Wilhelm Hofmeister, diretor da Fundação Konrad Adenauer de estudos políticos, a Europa passa por momentos complicados, que dificultam as negociações. "As exportações, importações e o Produto Interno Bruto da União Européia estão em queda desde o ano passado", explicou Hofmeister.

Carlos Marcio Cozende, chefe da Divisão de Mercosul do Itamaraty, reconhece que o diálogo com a União Européia poderia ter avançado mais este semestre. "Estávamos prontos para renegociar tarifas comerciais no começo do ano, mas os europeus acharam que não era o melhor momento porque tinham outras prioridades, como o acordo com o Chile, que será anunciado em Madri", afirmou Cozende.

estável e dinâmico em escala mundial

- *Promoção dos intercâmbios comerciais*
- *Cooperação nos âmbitos de ensino, estudos universitários, pesquisa e novas tecnologias*
- *Proteção do patrimônio cultural*
- *Estabelecimento de uma iniciativa comum na área de sociedade da informação*
- *Apoio à pesquisa, aos estudos de pós-graduação e à formação na área de processos de integração*

Os líderes europeus têm com o Mercosul debates muito mais complexos e tensos do que os ocorridos antes dos acordos de livre comércio com o México e Chile. Brasileiros, paraguaios, uruguaios e argentinos reclamam da falta de acesso de seus produtos agrícolas ao mercado europeu. As divergências podem atrasar as negociações, que têm data de conclusão prevista para 2005, coincidindo com a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Para facilitar os debates, as 54 prioridades estabelecidas foram resumidas a 11 em novembro daquele mesmo ano (*leia quadro*).

O subsecretário-geral de Assuntos Multilaterais do Itamaraty, Luiz Augusto de Araújo Castro, disse que a prioridade não é cumprir datas, mas conseguir o melhor acordo possível com a União Européia. Rolf Timans, chefe da Delegação da Comissão Européia no Brasil, mantém o otimismo. "Nós queremos e temos o apoio dos empresários de nossos países para negociar em conjunto com o Mercosul", afirmou o embaixador, lembrando que a Comissão nunca aprovou uma permissão para início de negociações com os países sul-americanos em separado, apenas em bloco.

Guerra na agricultura

A briga entre governos do Mercosul, União Européia (UE) e Estados Unidos pela proteção de suas produções agrícolas é um grande fator de desânimo para os participantes da Cúpula de Madri. Na semana passada, o Senado norte-americano aprovou a *farm bill*, que prevê US\$ 180 bilhões em subsídios agrícolas nos próximos 10 anos, e a Comissão de Orçamento da União Européia deu voto favorável a um aumento de US\$ 786 milhões nos gastos agrícolas dos países-membros do bloco em 2003.

No ano passado, Mercosul e UE apresentaram suas listas de produtos com as primeiras sugestões de tarifas comerciais. Ambos não ficaram satisfeitos com as ofertas e, por enquanto, as negociações estão paradas. "Também queremos concessões na área comercial, como têxteis e calçados, mas nossas exportações são compostas principalmente pelos produtos agrícolas, que nos proporcionariam ganhos imediatos", explicou o chefe da Divisão de Mercosul do Itamaraty, Carlos Marcio Cozende.

Stefano Gatto, conselheiro de questões econômicas e comerciais da representação da Comissão Européia no Brasil, previu negociações difíceis para que o Mercosul tenha maior acesso ao mercado europeu. "A UE já é destino de mais de 50% dos produtos agrícolas brasileiros. Os Estados Unidos importam quatro vezes menos". Segundo Gatto, além das barreiras tarifárias, os produtos do Mercosul encontram demanda estagnada na Europa. A situação deve piorar com a adesão de alguns países do Leste — que também têm suas economias baseadas na agricultura e pecuária — à União Européia.

Quando os dois blocos apresentaram no ano passado suas listas de produtos, ofertas de tarifas de comércio e o cronograma para redução dessas taxas, a União Européia sugeriu estabelecer apenas cotas para alguns itens considerados problemáticos, como carne bovina, açúcar e cereais. Mas o Mercosul não abre mão da liberalização do setor agrícola. Os produtos agropecuários representam 60% das exportações argentinas e 45% das brasileiras para a Europa. (JCG)

COMÉRCIO EXTERIOR *Crise no vizinho atrasa negociações de livre comércio entre blocos; demora frustra empresários europeus*

Argentina emperra acordo Mercosul-Europa

CLÓVIS ROSSI
COLUNISTA DA FOLHA

A crise argentina já fez mais uma vítima, fora das fronteiras do país: acabou sendo a principal causa para que não haja avanços significativos na negociação entre o Mercosul e a UE (União Europeia) para a constituição de uma área de livre comércio entre os dois blocos.

A expectativa de progresso nas negociações estava dada pelo fato de que, no dia 17, haverá em Madrid uma reunião de cúpula entre os 15 países da UE e os quatro do Mercosul. Cúpulas, em geral, funcionam como estímulo para avanços em negociações comerciais. Não será assim.

"Não vai haver um choque de liberalização", chega até a exagerar o embaixador José Alfredo Graça Lima, prestes a assumir oficialmente a representação brasileira na UE, em Bruxelas.

"Os dois lados concordaram que o momento não era o mais propício para uma revisão das ofertas", diz o embaixador Clodoaldo Huguency, antecessor de Graça Lima e, agora, uma espécie de negociador-chefe do governo para assuntos comerciais.

Huguency está se referindo às ofertas de liberalização comercial que as duas partes puseram sobre a mesa no ano passado. Ambas são consideradas modestíssimas, em especial a do Mercosul.

Aí é que começa a entrar a crise

argentina. Os argentinos já estavam em crise no momento em que deveria ser apresentada a proposta do Mercosul, em outubro, depois que os europeus lançaram a sua em julho.

"Desde outubro, é difícil atrair a atenção deles [os argentinos] para esse tema", depõe Sandra Rios, assessora para assuntos internacionais da CNI (Confederação Nacional da Indústria), com a experiência de quem ajuda a montar os encontros entre empresários dos blocos, o Fórum Empresarial Mercosul-União Europeia.

De outubro para cá, a crise argentina só fez agravar-se e dispersou de uma vez a atenção tanto do governo como dos empresários do país vizinho.

"Está tudo parado por causa da Argentina", chega a dizer o empresário Michel Alaby, vice-presidente executivo da Associação de Empresários Brasileiros para a Integração com o Mercosul.

Alaby refere-se não só às negociações com a Europa, mas também com Chile, México e África do Sul.

O conjunto do empresariado expressa inquietação parecida. Diz o texto preparado pelos empresários europeus para o encontro de Madrid com seus colegas do Mercosul, nos dias 15 e 16: "A Argentina está experimentando uma significativa crise econômica. O fórum empresarial está muito preocupado com suas consequências".

Tão preocupado que os executivos europeus sugerem à Comissão Europeia, o braço executivo do conglomerado de 15 países, que "considere a aceleração da abertura de seus mercados para produtos argentinos".

Cavallo de fora

No âmbito diplomático, no entanto, a visão é menos apocalíptica. Clodoaldo Huguency, por exemplo, consegue ver até progressos na Argentina, no que se refere ao Mercosul. "É claro que a crise atrapalhou. Mas, talvez, a gestão Cavallo atrapalhasse mais, com os ataques sucessivos ao Brasil, do que a situação atual, em que a realidade é mais difícil, mas há um claro compromisso com o Mercosul", diz o diplomata.

Reforça Stefano Gatto, responsável pelo comércio na delegação da UE em Brasília. "A crise argentina condicionou os tempos da negociação, mas as ambições não mudaram. O Mercosul deixou de ser fundamental para a UE? Com certeza, não. A crise argentina não é um prejuízo nem definitivo nem significativo", afirma.

A frase de Gatto dá a pista para o que haverá de mais importante na cúpula de Madrid: a reafirmação do compromisso político das partes de constituírem uma zona de livre comércio e a exaltação dos "consideráveis progressos" rumo a um entendimento.

Não é exatamente a visão que tem o empresariado europeu. O

documento por eles preparado queixa-se: "Em dezembro de 1995, o objetivo de criar uma área de livre comércio foi acordado pelas duas regiões; hoje, mais de seis anos depois, a criação de uma área de livre comércio entre as duas partes não está ainda perto de ser alcançada".

Em todo o caso, os diplomatas vão negociar, antes de que os presidentes e primeiros-ministros se encontrem, no dia 17, dois temas políticos principais:

- 1) Fixar uma data para a conclusão das negociações. O Mercosul insiste nisso e cita o "paralelismo" com as datas da Área de Livre Comércio das Américas e da rodada de negociações comerciais definida em Doha (ambas 2005). Os europeus hesitam, porque temem que a data anunciada não seja cumprida, enfraquecendo a negociação.

- 2) Convocar uma reunião ministerial, provavelmente no Brasil, para "concluir a fase inicial da negociação e dar instruções para a fase seguinte", como explica Clodoaldo Huguency. Mas só haverá a ministerial se for possível dar substância a ela, além de enviar o sinal político e o sentido de urgência que empresários cobram.

Os europeus não só se dizem preocupados com "o pouco progresso alcançado até agora", como manifestam o temor de que a negociação possa perder "o ímpeto e a prioridade política".

Rodada deve aproximar a Europa do Mercosul

Francisco Góes
Do Rio

Cerca de mil pequenos e médios empresários da Europa e do Mercosul estarão buscando oportunidades de negócios e parcerias estratégicas no Partenariat 2002 — um megaevento com apoio da Comissão Europeia que será realizado no Rio-centro, na Zona Oeste do Rio, entre os dias 10 e 12 de abril. A previsão dos organizadores é de que o encontro resulte num potencial de negócios de 200 milhões de euros ao longo de um ano.

“O Partenariat é um espaço para a internacionalização das pequenas e médias empresas e tem como um de seus objetivos estimular as

parcerias estratégicas entre os empresários das duas regiões”, diz o conselheiro econômico da delegação europeia no Brasil, Stefano Gatto. Ele considera que os empresários participarão do encontro atentos à perspectiva futura de liberalização comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE).

Segundo Gatto, o Partenariat complementa outras iniciativas em curso como a aprovação de um pacote de facilitação de negócios para os empresários da UE e do Mercosul. No Partenariat, os 750 empresários europeus terão reuniões de trabalho agendadas previamente com cerca de 250 empresas do Mercosul. Estarão presentes empresários das áreas de energia, agroindústria e meio-ambiente.

Relações externas BLOCOS sinalizam que não haverá avanços na reunião marcada para abril

Mercosul e UE vão a encontro, mas sem perspectiva de namoro

Daniel Rittner
De Brasília

A menos de um mês da sétima rodada de negociações para a criação de um área de livre comércio, Mercosul e União Europeia (UE) dão sinais concretos de que muito dificilmente vão apresentar novas propostas de acesso aos seus mercados e melhorar as ofertas apresentadas por ambos lados no ano passado. Os dois blocos se acusam mutuamente de excessiva timidez nas propostas de eliminação gradual das tarifas de importação, mas não devem mudá-las em nada na próxima reunião, entre os dias 8 e 12 de abril, em Buenos Aires.

Apesar de deixarem o aperfeiçoamento das ofertas provavelmente para o segundo semestre, quando o Brasil estará presidindo o Mercosul e as eleições presidenciais na França já terão ocorrido, a UE e o bloco sul-americano prometem grandes avanços em outros temas. Outras duas vertentes do processo de associação birregional, o diálogo político e a parte de cooperação técnica, deverão ser concluídos e poderão ser apresentados na cúpula de presidentes UE-Mercosul prevista para maio, em Madri.

Os negociadores estão próximos de fechar um pacote de facilitação de negócios que trará resultados práticos no dia-a-dia dos empresários de comércio exterior. O entendimento está baseado, inclusive, em sugestões formuladas pelo Foro Empresarial Mercosul-UE, que no Brasil é coordenado pelo presidente da Sadia, Luiz Fernando Furlan. A expectativa é que haja simplificação dos procedimentos aduaneiros para exportar e impor-

Timidez nas discussões

Diferenças entre as propostas dos blocos econômicos

Proposta europeia

Apresentada em julho do ano passado, a proposta da UE para o acordo de livre comércio é dividida em produtos industriais, agrícolas e de pesca. Prevê a eliminação de tarifas para 90% do comércio existente entre os dois blocos em um período de até dez anos.

Proposta do Mercosul

Apresentada em outubro do ano passado, propõe a liberalização de 40% do fluxo de exportações da UE para o Mercosul. As tarifas caem em imediatamente, em oito ou dez anos, dependendo do produto. O bloco se compromete a eliminar as alíquotas de 100% do comércio, mas não define datas para isso.



Problemas apontados pela UE

A UE diz que reconhece as dificuldades atravessadas pelo Mercosul e seus impactos na formulação da proposta, mas argumenta que uma oferta abrangendo 40% de seus produtos é excessivamente limitada.

Problemas apontados pelo Mercosul

O bloco argumenta que produtos agrícolas "sensíveis" estão fora do cronograma. São justamente os bens em que o Mercosul tem mais competitividade, como açúcar, tabaco, carne bovina, laticínios, cereais e algumas frutas e legumes processados. O bloco também reclama que a UE não mexe em tarifas "ad valorem".

US\$ 14,865 bilhões

é quanto o Brasil exportou para a UE em 2001, o equivalente a 25,5% das suas vendas externas

US\$ 14,822 bilhões

é quanto o Brasil importou da UE em 2001, o que corresponde a 26,7% das compras no exterior

Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Economia e União Europeia

tar, troca de informações na área fitossanitária e iniciativas conjuntas em comércio eletrônico.

"Nesse ponto, a ideia é acatar as propostas do setor privado", afirma o conselheiro econômico da delegação europeia em Brasília, Stefano Gatto. Segundo o documento preparado pelos empresários, o pacote para facilitar negócios prevê a harmonização dos procedimentos alfandegários entre os sócios do Mercosul e adoção de sistemas aduaneiros eletrônicos, que podem ser acessados pela internet.

Os empresários frisam que têm conseguido agilizar cada vez mais

as operações logísticas e financeiras de comércio exterior entre os dois blocos, mas "é muito frequente que as mercadorias cheguem antes que os documentos necessários para o despacho de aduana". A intenção do pacote, que também deverá ser anunciado na cúpula de maio, é dar mais rapidez aos processos e reduzir custos das companhias. Há boas chances de que as medidas comecem a ser implementadas no curto prazo, sem a necessidade de esperar a conclusão do acordo de livre comércio.

No entanto, quando se encontrarem em Madri para avaliar as negociações feitas até agora e pos-

sivelmente colocar um prazo para terminá-las, os presidentes não terão novidades sobre o que cada bloco oferece na parte de acesso a seus mercados.

Insatisfeitos com a primeira proposta colocada à mesa por cada um dos lados, Mercosul e UE vão ficar aguardando um ao outro por um movimento de melhoria das ofertas, o que na prática representa três coisas: aumentar a quantidade de produtos que terão suas tarifas de importação progressivamente diminuídas, acelerar o cronograma de liberalização comercial previsto e diminuir as listas de bens classificados como "sensíveis".

Há um reconhecimento mútuo, porém, de que os dois blocos têm suas dificuldades próprias para melhorar as propostas e existe bastante clareza de que isso em nada atrapalhará a perspectiva das negociações. A UE sabe que o agravamento da crise argentina impede o país de discutir com seus empresários esforços para queda dos impostos de importação que os protegem.

No entanto, Stefano Gatto esclarece que o comissário de comércio europeu, Pascal Lamy, voltou a Bruxelas de sua visita ao Brasil e à Argentina convicto de que governo, sociedades civil e empresarial de ambos países querem uma associação estratégica com a UE — que vá além do livre-comércio. Os europeus acreditam que a segunda metade do ano propiciará avanços nas propostas tarifárias, pois a presidência brasileira do Mercosul facilitará a coordenação das atividades.

Os negociadores brasileiros também vêem um clima favorável a novas ofertas no segundo semestre. Será dado um impulso político às negociações em Madri, a UE terá perspectivas mais claras sobre o que vai acontecer na área agrícola durante a Rodada do Milênio da OMC, e a França (país mais resistente à redução dos subsídios à agricultura) elege seu novo presidente em abril.

Enquanto isso, predomina o clima de intensificar as negociações, mas sem pressa no calendário, como deixou claro Lamy há três semanas. Na parte de cooperação técnica, por exemplo, a UE se prepara para liberar recursos de 8 milhões de euros para assistência técnica às negociações comerciais e aos esforços de coordenação macroeconômica no Mercosul, em outros

Europa ameaça ir à OMC por causa de pneus usados

Daniel Rittner
De Brasília

O governo brasileiro autorizou ontem a importação de pneus recauchutados produzidos nos países do Mercosul, revogando uma proibição que vigorava há um ano e meio. A medida atende a uma reivindicação do Uruguai, que instalou um tribunal "ad hoc" do bloco para solucionar o conflito e obteve, em janeiro, vitória no processo.

A União Européia continua impedida de exportar seus pneus remoldados ao Brasil e ameaça recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) se alguma decisão a seu favor não for tomada "nos próximos dias". A UE entende que recebeu tratamento discriminatório na portaria da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, publicada ontem do Diário Oficial.

Na portaria, a Secex acata a decisão do tribunal, que determinou a reabertura do mercado brasileiro aos pneus recauchutados. A proibição vigorava desde agosto de 2000, quando o governo fez uma reinterpretação da nomenclatura desse produto, passando a classificá-lo como usado. Com poucas exceções, o Brasil proíbe a importação de bens de segunda mão.

O Tribunal do Mercosul concluiu que o Brasil interrompeu um comércio histórico com o Uruguai, que era tradicional fornecedor, e feriu o princípio de integração do bloco. O governo tinha um prazo de 60 dias, que venceu ontem, para voltar atrás. "Resolvemos estender a medida para todo o Mercosul", disse a secretária de Comércio Ex-

A UE queria pegar carona na liberação das importações de pneus recauchutados. Itália, Alemanha e a Espanha estão entre os principais fornecedores do produto para o Brasil. O assunto foi discutido há duas semanas entre o comissário de comércio europeu, Pascal Lamy, e a cúpula do governo. Lamy saiu com a promessa de que o Brasil estudaria uma solução.

"Não há sentido em fazer distinção entre o Uruguai, os sócios do Mercosul e a Europa", disse o conselheiro econômico da delegação da UE em Brasília, Stefano Gatto. Ressalvando que ainda não havia lido a portaria, lembrou que se o problema para restringir as compras de pneus remoldados é ambiental, deve valer igualmente para todos. "Não estou dizendo que vamos à OMC. Tentaremos evitar isso a todo custo, mas é uma possibilidade que não está descartada."

Lytha afirmou que o governo continua examinando a possibilidade de liberar as importações para o resto do mundo, inclusive à UE. Ela frisou o aspecto positivo de uma solução com o Uruguai e o Paraguai, pois significa começar a "limpar a mesa" do Mercosul. "No que cabe a nós, o contencioso já está superado", afirmou.

Para o chefe do departamento econômico da embaixada do Uruguai, Gustavo Vanerio, a portaria soluciona parte do conflito. Ele se queixou de um decreto da Casa Civil, de setembro de 2001, que determina multa de R\$ 400 por cada pneu recauchutado. Segundo Vanerio, o Uruguai chegou a exportar US\$ 3 milhões anuais do produto, antes da proibição. Lytha



CANALES

SERVICIOS

Buscar:

México, Lunes 24 de junio de 2002

Portada Avi

act. 13:26 hrs. | 26 de feb. 2002 | en tu palm | en tu mail | productos comerciales | avisos de ocasión | contáctanos

[noticias](#) [negocios](#) [deportes](#) [estilos de vida](#) [suplementos](#) [comercial](#)



reforma.com

economía y finanzas

opinión

pregúntale al experto

empresas y negocios

campañías

buscar en reforma:

economía y finanzas

Confían en acuerdo entre UE y Mercosur

El ALCA, patrocinado desde hace un década por EEUU y sobre el cual Brasil mantiene fuertes reservas, entraría en vigor el 1 de enero de 2005, uniendo a 34 países de América, desde Canadá hasta Argentina

Por GRUPO REFORMA / EFE

Brasilia, Brasil (26 febrero

2002).- El Gobierno de Brasil confió hoy, martes, en completar con sus socios del Mercado Común del Sur (Mercosur) un acuerdo de libre comercio con la Unión Europea (UE) antes de que termine el año 2003, pero aclaró que el tema agrícola debe estar en el centro de la discusión.



Presidentes sudamericanos que forman el bloque económico de Mercosur. / FOTO: AFP

5140 5140
TU SEGURO DE VENTA

AVISOS DE OCASIÓN

elc. aquí

El máximo negociador en materia comercial del país, José Alfredo Graca Lima, afirmó que "es probable" que las negociaciones culminen el año próximo y el acuerdo entre en vigor en 2004, informa hoy la Agencia Brasil (oficial).

Aunque admitió que no hay formalmente una fecha prevista para el término de las negociaciones, al contrario de lo previsto para un Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA), Graca Lima confió en que en ese contexto las negociaciones entre el Mercosur y la UE "deberían moverse más rápidamente".

El ALCA, patrocinado desde hace un década por EEUU y sobre el cual Brasil mantiene fuertes reservas, entraría en vigor el 1 de enero de 2005, uniendo a 34 países de América, desde Canadá hasta Argentina, pasando por la islas del Caribe -excluyendo a Cuba-, en lo que sería la zona de libre comercio más grande del mundo.

Mientras tanto, el Mercosur, integrado por Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay y con Chile y Bolivia como asociados, tiene su propia agenda e intenta alcanzar un acuerdo con la UE.

Pero estas negociaciones están bloqueadas por las dificultades económicas y políticas que atraviesa especialmente Argentina, que sufre la peor crisis de su historia reciente. Por su parte, Uruguay anunció que negociará directamente con el ALCA.

El Ministro de Agricultura brasileño, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, afirmó hoy en un acto oficial que para su país las negociaciones deberían darle prioridad a la agroindustria.

"Si no hay una mayor apertura de los mercados para productos agrícolas, no veo razón para las negociaciones, ni con el ALCA ni con la Unión Europea", dijo el Ministro.

Actualmente, agregó, Brasil está más cerca de la UE, que compra cerca del 50 por ciento de las exportaciones brasileñas de productos del campo.

En un nuevo intento por impulsar las negociaciones entre la UE y el debilitado Mercosur, está programada este miércoles la llegada a Brasil de Pascal Lamy, comisario europeo de Comercio.

Lamy se reunirá con funcionarios del Gobierno de Fernando Henrique Cardoso y con empresarios brasileños, antes de seguir viaje a Argentina y Chile.

En mayo, durante la II Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de Europa y América Latina y el Caribe, se prevén nuevas conversaciones entre el Mercosur y la Comisión Europea (CE), que tiene el objetivo de alcanzar un acuerdo.

Sin embargo, pese al optimismo de Graca Lima, las evidencias indican que todavía es incierto un acuerdo entre ambos bloques.

Según analistas, una de las trabas para un acuerdo son los subsidios que los países de la Unión conceden a su agricultura. Brasil ha denunciado reiteradamente esta práctica como un mecanismo proteccionista de países desarrollados que perjudican a las economías emergentes.

El Primer Secretario de la UE en Brasil y su representante comercial, Stefano Gatto, recordó que "razones culturales" están detrás de estos subsidios y se mostró conservador sobre un acuerdo definitivo, aunque aseguró que en años recientes se han reducido desde un promedio del 60 al 20 por ciento.

Por el contrario, un acuerdo entre la Unión y Chile, cuya negociación ha sido más fácil, sí podría ser firmado en la cumbre que se celebrará entre el 17 y 18 de mayo, confió Gatto.

[Inicio de página](#)

**estadao.com.br**

O Estado de S. Paulo | Jornal da Tarde | Rádio Eldorado | Listas Oesp | webmail | bate-papo

últimas notícias | economia | finanças pessoais | tecnologia da informação | ciência e meio ambiente | imagens | maga.zine
esportes | divirta-se | turismo | tempo | autos | estadinho | suplementos | classificados | ShopFácil | guia de compras**Tem 1.300
vagas esperando por você.**

Previsão

Suplementos | Editorial | Assinaturas | Caderno2 | Cidades | Economia | Esportes | Geral | Internacional | Política

Quinta-feira, 28 de fevereiro de 2002

ECONOMIA

O ESTADO DE S. PAULO

Lamy quer negociação intensa, sem pressa

Para o comissário da UE, mais importante é o conteúdo dos acordos com o Mercosul

CLÁUDIA BREDARIOLI e PAULA PULITI

Nos encontros que terá hoje com representantes do governo em Brasília, incluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso, o comissário para o Comércio Exterior da União Européia (UE), Pascal Lamy, vai reforçar a importância de intensificar as negociações UE-Mercosul sem que isso signifique, contudo, pressa para finalizar esse processo.

Para Lamy, mais importante do que concluir rapidamente a negociação é o conteúdo que ela vai ter. E, nessas longas conversas, segundo ele, também vão ter de entrar em pauta o protecionismo brasileiro em relação à sua indústria e ao setor de serviços. Conforme afirmou ontem em São Paulo, as tarifas adotadas pelo Brasil são muito altas se comparadas com outros países do mundo, principalmente nestas áreas. "Nós entendemos os motivos do Brasil e os consideramos", afirmou o comissário, acrescentando que, para se chegar a um acordo satisfatório, os "dois lados têm de se mover".

Contudo, ele reiterou que a União Européia prefere a Organização Mundial do Comércio (OMC) como fórum para discussão e resolução de temas ligados ao comércio agrícola. Mas, do ponto de vista brasileiro, a agricultura é um dos entraves para os avanços das negociações de livre comércio entre Mercosul e UE. De forma geral, o Brasil considera a proposta europeia bastante tímida no que se refere à questão agrícola.

Lamy afirmou que, no momento, as negociações estão num patamar "técnico". Em seguida, as duas partes devem começar a definir as propostas para redução tarifária. Para ele, a proposta apresentada pelo Mercosul à União Européia contempla apenas 30% do comércio bilateral, o que, afirma, é muito pouco e seria preciso cobrir 90% dos produtos. Os europeus apresentaram, em outubro, um pacote de propostas ao Mercosul. Em abril, as duas partes voltam a se encontrar, em Madri, Espanha.

Argentina - Para que o avanço das negociações seja possível, contudo, é preciso que a Argentina se recupere, permitindo a consolidação do Mercosul. Isso porque, sem a existência do bloco, o acordo com a UE perde o valor, pois a comunidade europeia teria de buscar novas negociações, isoladamente com cada um dos países que compõem o grupo.

anterior

▶ BC cria fórmula para reduzir custo da dívida

próxima

▶ Presidente da Sadia não vê impasse agrícola

▶ índice de notícias

▶ economia

▶ **capa Estado**

Na opinião de Lamy, entretanto, essa hipótese está praticamente descartada.

"É claro que a crise na Argentina teve impacto no Mercosul, mas eu acho que o bloco resistiu a isso. Agora o Mercosul poderá ser uma das soluções para a Argentina. Nós, da União Européia, acreditamos que principalmente agora o Mercosul tem de ser fortalecido", disse ontem após proferir a palestra Enfrentar o Desafio da Globalização: Integração Regional ou Regras Multilaterais na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Ele afirmou ainda que a UE está mais interessada em firmar um acordo com o Mercosul agora do que quando as discussões começaram, há cerca de três anos.

Segundo Stefano Gatto, conselheiro da delegação da Comissão Européia em Brasília, Lamy está disposto a ajudar a Argentina do ponto de vista financeiro, já que é um dos principais acionistas das instituições financeiras multilaterais. Ele admitiu, no entanto, que a União Européia quer um plano econômico mais realista por parte dos argentinos. Gatto ressaltou que a grande resistência à ajudar a Argentina vem dos Estados Unidos e que não cabe à União Européia decidir sozinha sobre uma eventual ajuda ao país.

Aço - Lamy admitiu também que a UE vai tomar providências para evitar ter o mercado inundado por aço importado, caso os EUA decidam sobretaxar o produto para proteger seu mercado. Segundo Lamy, o segundo maior mercado consumidor de aço é a UE. Com isso, ponderou, o excedente de produção seria redirecionado para a Europa, prejudicando a indústria local.

Para a presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), Maria Silvia Bastos Marques, se os EUA e a Europa decidirem, de fato, adotar medidas protecionistas contra as importações de aço, haverá uma desorganização tão grande na indústria siderúrgica que será impossível manter por muito tempo o protecionismo.

"Empresas vão quebrar no mundo inteiro", afirmou a executiva.

 imprimir  enviar  comentário



Pesquisa **Colunistas** **Especiais** **Manual de Redação** **Clube do Assinante** **English** **Expediente**

| a magia do cinema | arte digital | agrícola | assinaturas | astral | autos | banco de talentos | bossa nova | casa & família | classificados | clube do assinante | colunistas | editoriais | english | espaço aberto | especiais | estadinho | estado na escola | expediente | fale conosco | feminino | fórum de debates | fórum de discussões | fórum dos leitores | guia caderno 2 | história do grupo oesp | índice de notícias | informática | loterias | manual de redação | mapa do site | o melhor de calvin | pesquisa | previsão do tempo | quadrinhos | redescobrimo o brasil | são paulo reclama | site français | suas contas | suplementos | telejornal | viagem |



Brasília
Terça, 26 Fevereiro, 09:32
Lisboa
Terça, 26 Fevereiro, 13:32
CET
Terça, 26 Fevereiro, 14:32

SERVICOS NOTICIOSOS ON LINE

HOME

LUS@BRASIL

HQJE

DIAS ANTERIORES

Sobre este serviço

pesquisar ok!

LUS@CIÊNCIA & TECNOLOGIA

LUS@TIMOR-LESTE

LUS@NEWS

LUS@ACTUALIDADE

LUS@ÁFRICANET

LUS@BRASIL

LUS@COMUNIDADES

LUS@REGIONAL

LUS@RÁDIOS

LUS@AGENDA

LUS@WEB

comentários e sugestões



União Européia promove seminários para divulgar sistema de promoção comercial

25 Fev-13:25

Brasília, 25 Fev (Lusa) - A Comissão Européia vai promover dois grandes seminários no final deste mês, em Curitiba e Belo Horizonte, para divulgar um mecanismo de promoção comercial para países em desenvolvimento.

"O sistema de preferências generalizadas (SPG) permite a redução e até mesmo a eliminação de tarifas para um maior acesso de produtos destes países ao mercado europeu", explicou o primeiro- secretário da delegação da Comissão Européia no Brasil, Stefano Gatto.

Segundo ele, o SPG é pouco conhecido pelos empresários brasileiros. "O Brasil ainda não explorou o potencial que tem neste programa da União Européia. E os empresários precisam saber que podem exportar com preferências tarifárias e tornar seus produtos mais competitivos", afirmou Gatto.

A redução de tarifas obedece a critérios pré-estabelecidos, que levam em conta o peso do produto na pauta de exportação do país e o nível de competitividade.

O primeiro-secretário da delegação da UE ressaltou que o SPG está vinculado a aspectos sociais e ambientais. "Não favorecemos a exportação de produtos de empresas que não cumprem a legislação ambiental e trabalhista", sublinhou Stefano Gatto.

Além do SPG, a União Européia (UE) tem também o programa "Tudo menos Armas", que prevê a importação de praticamente todos os produtos originários de 49 países em desenvolvimento com isenção tarifária total. Apenas as importações de banana, arroz e açúcar não foram liberadas completamente.

Países que lutam contra a produção e o tráfico de droga também se beneficiam de preferências comerciais na UE, como é o caso da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, Venezuela, entre outros.

Em Curitiba, o seminário sobre o SPG será realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro, dentro de um encontro de negócios o Agrobrazil 2002, que contará com a participação de cerca de 150 empresas de pequeno e médio porte do setor agroindustrial do Brasil, Argentina e Europa.

Em Belo Horizonte, o seminário será na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, nos dias 28 de e 01 de março.

CMC
Lusa/Fim



◀ NOTÍCIA ANTERIOR

NOTÍCIA SEGUINTE ▶



Rodada de negócios: boi verde é um dos produtos que mais interessam aos europeus

Curitiba abre AgroBrasil 2002

Folha de Londrina 27 Fev. 2002

Malghe Gueths
Equipe da Folha

Curitiba - Fazer parcerias para se inserir no mercado internacional. Este foi o tom das discussões do 1º encontro AgroBrasil 2002, aberto ontem em Curitiba. O evento, que tem por objetivo trocar tecnologias e promover negócios entre países, reúne pequenas e médias empresas do setor da agro-industrial (carne, leite, grãos, frutas, legumes e derivados) brasileiras, européias e da América Latina.

Segundo José Roberto Borghetti, o coordenador do Programa Paraná Agroindustrial - responsável pelo desenvolvimento de oito cadeias produtivas (aves, suínos bovinos, leite, mandioca, soja, milho e pesca), 88% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuario do Paraná está baseado nestes produtos. "Todos estão preparados para fazer parcerias e entrar no mercado internacional", disse.

Um dos produtos que mais interessa os países da Europa, de acordo com ele, é o boi verde, que tem qualidade sanitária e ambiental, o que garante maior valor agregado. Suínos e frango

também têm uma boa colocação conforme a sua análise.

Antonio Caron, diretor geral da Secretaria Estadual do Planejamento e Coordenação Geral, também reforça a tese de que o setor primário está em alta. Ele disse que 2001 fechou o ano com a exportação de quase US\$ 5 bilhões no País, sendo a maior parte de produtos do setor primário. A expectativa é de um crescimento de 20% este ano.

Um dos destaques da AgroBrasil 2002 é um seminário sobre o sistema de preferências generalizadas da União Europeia (SPG). Trata-se de um programa que prevê a importação de produtos de países em desenvolvimento com tarifa reduzida, desde que o país mantenha programas contra drogas e respeite direitos trabalhistas, sociais e ambientais.

O conselheiro econômico da Delegação da Comissão Europeia, Stefano Gatto, afirmou que "é uma oportunidade para que as empresas brasileiras aprendam como usufruir do SPG".

O SPG prevê a redução de tarifas para os países em desenvolvimento apenas para produ-

tos que não tenham competitividade no mercado externo. "O Brasil não pode usar o programa para vender soja ou café lá fora, por exemplo". O programa atende apenas os países que cumprirem certas normas acordadas internacionalmente que destinam-se a promover o desenvolvimento sustentável através da concessão de preferências comerciais adicionais.

A AgroBrasil 2002 termina amanhã. O evento se divide em duas etapas: um encontro de negócios para que as empresas troquem conhecimentos e uma série de seminários técnicos relativos ao setor agro-industrial.

"Muitas empresas já se conhecem ou devem fazer seus primeiros contatos aqui, principalmente na transferência de tecnologia e no intercâmbio de venda de produtos agrícolas fora de estação", explica Amílcar Badotti Garcia, coordenador de projetos do Centro de Integração Tecnológica do Paraná (Cipat), órgão que está dando assistência técnica aos empresários.

Participam do evento, 98 empresas brasileiras, sendo 70 do Paraná, 42 da Europa, duas do Chile e uma de Argentina.

El Mercurio - Chile - 22/02/2002

Empresas de UE y Mercosur se reunirán para consolidar negocios

EFE

RIO DE JANEIRO.- Empresas europeas y de los países del Mercosur tendrán en abril próximo un "mega encuentro de negocios" en Río de Janeiro, mientras sus gobiernos buscan fórmulas para estrechar la integración entre los dos bloques comerciales.

El que es considerado como "mayor encuentro empresarial hecho hasta ahora entre la Unión Europea y América Latina" busca consolidar inversiones en la industria agrícola, de energía y medio ambiente, según anunciaron hoy dirigentes de la Federación de las Industrias del Estado de Río de Janeiro (Firjan).

El "Partenariat", como ha sido bautizada la reunión, pretende sentar alrededor de la misma mesa a empresarios que buscan oportunidades de inversión a ambos lados del Atlántico, con énfasis en pequeñas y medianas industrias.

Hasta ahora está confirmada la participación de 81 firmas europeas y unas 400 del Mercosur en el encuentro que se celebrará entre el 10 y el 12 de abril.

El gremio de industriales de Río de Janeiro, uno de los organizadores del encuentro, prevé que en total se inscribirán unas mil empresas.

"No es un programa de promoción de exportaciones europeas, sino un instrumento de cooperación entre empresarios(...) para vincular de forma irreversible nuestros comercios", afirmó el director del Centro Internacional de Negocios de Firjan, Amaury Temporal.

La Unión Europea patrocinará el encuentro inédito y en el que empresas de los 15 países miembros negociarán con sus contra parte del Mercosur, integrado por Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, y del que Bolivia y Chile son asociados.

"La Unión Europea es un magneto para las empresas de Brasil", declaró Amaury al señalar que este evento persigue avanzar en inversiones conjuntas y asociaciones más allá del comercio.

Al año, Brasil, la mayor economía del Mercosur, y la Unión Europea tienen un intercambio de mercancías por 34.000 millones de euros y de servicios por 6.000 millones, mientras que hay 19.000 millones de euros de inversión directa europea en Brasil, según cifras de Firjan.

Al respecto, el consejero económico de la Unión Europea en Brasil, Stefano Gatto, observó que, en los procesos de integración comercial, la Unión Europea "se limita a construir los puentes, pero las empresas son las que hacen en el resto".

La organización del encuentro ocurre en momentos en que el Mercosur pide a los países industrializados la apertura de sus fronteras y un trato más equitativo en el comercio mundial. También pide el fin de los subsidios agrícolas que hacen poco competitivas sus

exportaciones de este rubro.

Gatto opinó que Europa continuará un proceso progresivo de reducción de subsidios a la exportación, aunque admitió que el tema de los subsidios agrícolas tomará más tiempo en ser resuelto.

Un acuerdo comercial entre Mercosur y la Unión Europea es un viejo objetivo diplomático. Gatto confió en que en la próxima cumbre de Europa e Iberoamérica, programada para mayo en Madrid, se avance en ese sentido pero prefirió no aventurar fechas.

"Probablemente el acuerdo con Chile sea firmado entre el 17 y 18 de mayo. Con Mercosur va a demorar un poco más", dijo al opinar que aunque esta negociación es una prioridad para la UE, es más difícil negociar con un conjunto de países que hacerlo con uno solo, como en el caso de Chile.

Información Financiera

- Confiable
- de El Mercurio Online

NOTICIAS EN LINEA

Nacional

Política

Internacional

Deportes

Negocios

Tecnología

Cultura

Espectáculos

DIARIOS

El Mercurio

La Segunda

Las Últimas Noticias

Diarios Regionales

BUSCAR

Buscar en emol

IR

Noticias Negocios

Empresas de UE y Mercosur se reunirán para consolidar ne

Jueves 21 de Febrero de 2002, 14:54

EFE

RIO DE JANEIRO.- Empresas europeas y de los países del Mercosur tendrán en abril próximo un "mega encuentro de negocios" en Río de Janeiro, mientras sus gobiernos buscan fórmulas para estrechar la integración entre los dos bloques comerciales.

El que es considerado como "mayor encuentro empresarial hecho hasta ahora entre la Unión Europea y América Latina" busca consolidar inversiones en la industria agrícola, de energía y medio ambiente, según anunciaron hoy dirigentes de la Federación de las Industrias del Estado de Río de Janeiro (Firjan).

El "Partenariat", como ha sido bautizada la reunión, pretende sentar alrededor de la misma mesa a empresarios que buscan oportunidades de inversión a ambos lados del Atlántico, con énfasis en pequeñas y medianas industrias.

Hasta ahora está confirmada la participación de 81 firmas europeas y unas 400 del Mercosur en el encuentro que se celebrará entre el 10 y el 12 de abril.

El gremio de industriales de Río de Janeiro, uno de los organizadores del encuentro, prevé que en total se inscribirán unas mil empresas.

"No es un programa de promoción de exportaciones europeas, sino un instrumento de cooperación entre empresarios(...) para vincular de forma irreversible nuestros comercios", afirmó el director del Centro Internacional de Negocios de Firjan, Amaury Temporal.

La Unión Europea patrocinará el encuentro inédito y en el que empresas de los 15 países miembros negociarán con sus contraparte del Mercosur, integrado por Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, y del que Bolivia y Chile son asociados.

"La Unión Europea es un magneto para las empresas de Brasil", declaró Amaury al señalar que este evento persigue avanzar en inversiones conjuntas y asociaciones más allá del comercio.

- [Imprime esta noticia](#)
- [Envía este artículo](#)

Me

Artículos Relacionados

- [Canciller para Mercosur salió fo cumbre \(19/2/2002\)](#)
- [Lagos defendi chilenos en Arge diálogo \(18/2/2002\)](#)
- [Mercosur crez permanente de c comerciales \(18/2/2002\)](#)
- [Mercosur entr Argentina y dem: internacional \(18/2/2002\)](#)
- [Comenzó en / Consejo del Merc \(18/2/2002\)](#)
- [Mercosur anal camino hacia uni \(17/1/2002\)](#)
- [Empresarios e totalmente el Me \(17/1/2002\)](#)
- [Cámara de Di Integración de Ci Mercosur \(7/11/2001\)](#)
- [Mercosur y EE iniciar negociaci comercio \(4/9/2001\)](#)
- [Mercosur inici libre comercio co EE.UU. \(22/8/2001\)](#)

En el diario El P

- [Salirse del Me comercial \(21/2/2002\)](#)
- [Negativo bala Mercosur \(19/2/2002\)](#)
- [Mercosur recl para Argentina \(19/2/2002\)](#)
- [El Mercosur ci comercial \(19/2/2002\)](#)
- [Chile maniobr para sortear la ci argentina \(18/2/2002\)](#)
- [Chile renueva](#)

Al año, Brasil, la mayor economía del Mercosur, y la Unión Europea tienen un intercambio de mercancías por 34.000 millones de euros y de servicios por 6.000 millones, mientras que hay 19.000 millones de euros de inversión directa europea en Brasil, según cifras de Firjan.

Al respecto, el consejero económico de la Unión Europea en Brasil, Stefano Gatto, observó que, en los procesos de integración comercial, la Unión Europea "se limita a construir los puentes, pero las que hacen en el resto".

La organización del encuentro ocurre en momentos en que el Mercosur pide a los industrializados la apertura de sus fronteras y un trato más equitativo en el comercio. También pide el fin de los subsidios agrícolas que hacen poco competitivas sus exportaciones de este rubro.

Gatto opinó que Europa continuará un proceso progresivo de reducción de subsidios a la exportación, aunque admitió que el tema de los subsidios agrícolas tomará más tiempo de resolverse.

Un acuerdo comercial entre Mercosur y la Unión Europea es un viejo objetivo. Gatto confió en que en la próxima cumbre de Europa e Iberoamérica, programada para Madrid, se avance en ese sentido pero prefirió no aventurar fechas.

"Probablemente el acuerdo con Chile sea firmado entre el 17 y 18 de mayo. Con Chile demorar un poco más", dijo al opinar que aunque esta negociación es una prioridad, es más difícil negociar con un conjunto de países que hacerlo con uno solo, con Chile.

[Argentina \(18/2/\)](#)

• [Chile maniobra para sortear la crisis argentina \(18/2/\)](#)

• [Mercosur se enfrenta a conflictos \(5/1/20\)](#)

• [Preferencia por el Mercosur \(16/12/\)](#)

• [Lagos Llegó a un acuerdo con el Incierto Panoram](#)

Quem Somos
Agilidade e
pontualidade.

FollowUp - ASANet

Cotação On-Line

Notícias

Mail Service

Taxas de Câmbio

Links Úteis



NOTÍCIAS

04/01/2002 | Guia Marítimo - Global Report

Euro reduz custos

.....

O euro deve eliminar custos para os exportadores brasileiros, que não terão de tratar de endividamentos em outras moedas, que serão extintas. Essa é a opinião do primeiro-secretário de Assuntos Econômicos Comerciais da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil, Stefano Gatto. Ele ressaltou que os efeitos do euro na economia brasileira serão gradativos e que a moeda única adotada por 12 países da Europa proporciona um cenário mais estável aos exportadores brasileiros. Segundo o secretário, nos próximos três anos o euro tende a tornar-se a segunda moeda neutra no comércio internacional, equivalendo ao dólar. Para o economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Roberto Luís Troster, a entrada do euro no mercado de capitais deverá contribuir, em médio e longo prazo, para o aumento das exportações brasileiras aos países europeus, na medida em que a adoção da moeda única promove o crescimento do continente. Os brasileiros poderão trocar moedas europeias - escudos (Portugal), marcos (Alemanha), liras (Itália), francos (França) ou pesetas (Espanha) - por reais nas agências do Banco do Brasil até 1º de março próximo. O estoque de euros do Banco do Brasil será formado a partir da entrada da moeda em espécie com o turismo internacional. As informações são da Agência Brasil. Global Report

.....

LIVRE COMÉRCIO

UE/MERCOSUL

Começam agora as negociações concretas

Até o final do ano, a expectativa é de que os dois blocos alcancem um estágio semelhante ao da Alca

Paulo Palva

Brasília



O Mercosul e a União Europeia (UE) se reúnem nesta

semana, em Bruxelas, para uma quarta rodada de negociações, com vistas à assinatura de um acordo de associação inter-regional. Isso pode acontecer antes mesmo da formação da Alca. O fato é que a UE é um bloco só, assim como o Mercosul, dizem dois embaixadores brasileiros: José Alfredo Graça Lima e Marcelo Jardim.

Para diplomatas europeus, as barreiras ao comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul residem principalmente nas legislações nacionais, uma vez que o bloco não possui regras comuns para uma série de áreas. Muitas vezes, essa diversidade de normas chega a prejudicar uma empresa, dependendo do país do bloco sul-americano em que ela estiver atuando.

Em dezembro, durante a Reunião de Cúpula do Mercosul, divulgou-se a existência de quase 80 barreiras não-tarifárias no comércio entre os países do bloco, segundo uma fonte diplomática. "Na UE, as regras são comunitárias e mais fáceis de serem identificadas. No Mercosul, esse exercício deve ser feito para cada um dos países", afirma um diplomata europeu. Além disso, para os europeus, as alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul são altas. Eles esperam que no futuro elas caiam para níveis similares aos da Europa.

Pelo levantamento da UE,



há várias barreiras a serem eliminadas pelo Mercosul, especialmente no Brasil. No caso brasileiro, são 25. Algumas estão resumidas a seguir:

1) Fixação de preços mínimos para determinadas importações, como têxteis e químicos

Segundo estudo a que este jornal teve acesso, a licença de importação muitas vezes não é obtida por ter preço inferior ao valor mínimo estabelecido pelas autoridades brasileiras para os produtos. Mesmo quando negada pelo Siscomex (Sistema de Comércio Exterior), o importador não recebe explicações sobre o motivo da medida. "E quando o preço de importação é diferente do preço mínimo, o importador não consegue nem dar início ao processo de importação", diz a fonte europeia. Tal prática seria contrária a normas da Organização Mundial de Comércio (OMC), que estabelece exceções para alguns produtos sensíveis, por motivos sanitários e de segurança, entre outros.

Outra queixa é que o acesso ao Siscomex é dificultado para novos importadores. "O sistema é pouco transparente e complexo, dificulta a operação comercial", afirma um diplomata europeu. Na verdade, teme-se que tal prática seja ainda agravada, diante de negociações no Mercosul para instituir um sistema de licen-

ciamento automático de importações, com base na experiência brasileira.

2) Licença de importações

A UE reclama que no Brasil a autorização dura apenas 60 dias, havendo dificuldades para sua renovação, no caso de a operação não ser fechada. Os Estados Unidos, no ano passado, abriram investigação contra o Brasil devido a esse procedimento, tendo a UE como terceira parte do processo.

Além disso, reclama-se de mudanças de regras por parte da Receita Federal brasileira. Recente medida inviabilizou as importações de papel da UE, pois a Receita não tem emitido desde o começo do ano autorizações para importação do produto, segundo o diplomata europeu. No Brasil, papel para uso comercial tem alíquota de 17% e papel para uso educacional e editorial tem alíquota zero. A Receita investiga fraudes em importações ocorridas em 2000 e estaria dificultando o licenciamento de operações no setor.

3) Produtos usados

A UE questiona o Brasil por proibir a importação de produtos usados, prática aceita pela OMC, segundo os europeus, como pneus.

4) Brinquedos

O Brasil aplica cláusulas de salvaguardas, com validade até o final de 2003, as quais inviabilizam a importação de brinquedos europeus. Ainda na área infantil, normas técnicas adotadas pelo Brasil tam-

bém inviabilizam a exportação de chupetas. Segundo a UE, as regras brasileiras são únicas em todo o mundo, "para beneficiar a produção local".

5) Produtos alimentícios

Os europeus querem a liberalização do setor, com flexibilização das regras, já que o controle sanitário praticado no Brasil prejudica as vendas de produtos alcoólicos, especialmente de vinho e de frutas.

6) Subsídios

Os europeus questionam os supostos subsídios que o Brasil estaria praticando na produção de álcool combustível, que eventualmente poderá ocupar espaço importante no mercado comunitário, além da política de incentivo a exportações, pelo programa conhecido como Proex. Os europeus, contudo, mantêm posição prudente a respeito do Proex, objeto de contencioso entre Brasil e Canadá na OMC.

7) Satélites

A UE questiona a exigência brasileira de participação de 50% de empresas locais na produção de satélites no país.

8) Serviços

Há uma série de queixas na área de serviços financeiros. Como o Brasil não ratificou protocolo do Gatt sobre liberalização do setor de serviços, o país não é obrigado a liberalizar o setor. Na prática, isso já ocorreu, pois decreto presidencial permite a participação

estrangeira no setor. Nunca houve negócio suspenso pelo atual presidente brasileiro, "mas tal prática é um elemento de incerteza na participação estrangeira no setor bancário", diz diplomata europeu. Se em 2002 for eleito um presidente nacionalista, a participação estrangeira na área pode se complicar, diz outra fonte.

9) Seguros

O Brasil exige que só pode ser contratado seguro junto a empresa instalada no país, prática questionada pela UE. O mercado de resseguros também é questionado pelos europeus. O Instituto de Resseguros do Brasil deve ser privatizado, mas a Europa questiona as regras, que tornaria onerosa a vinda de concorrentes.

10) Telecomunicações

Os europeus questionam a exigência brasileira de que 51% do capital dos consórcios seja nacional. E reclamam da preferência dada a empresas nacionais na compra de equipamentos.

11) Transportes

Para a UE, é questionável a limitação de 20% de participação estrangeira em empresas das áreas de transporte aéreo e terrestre.

12) Saúde

Os europeus querem acabar com restrições à participação de empresas no setor, limitada a 49% do capital.

13) Compras públicas ou governamentais

Na OMC, o Brasil não se comprometeu a liberalizar o setor, e por isso dá preferência a empresas instaladas no país (hoje não há diferença entre estrangeiras e nacionais, desde que sediadas no Brasil). Mesmo assim, os europeus questionam as regras atuais. Segundo o Ministério do Planejamento brasileiro, só o Poder Executivo federal contrata atualmente cerca de US\$ 8 bilhões em obras, serviços e bens, totalizando mais de 16 mil itens. □

Estudo da UE identifica 25 barreiras para o comércio com o Brasil

Brasil tem poucas armas no comércio mundial

Itamaraty conta com baixo orçamento e poucas pessoas para brigar com gigantes como os EUA e o Canadá

Arquivo



Elaine Oliveira

• BRÁSILIA. Envolvido em 18 contenciosos na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil corre o risco de estar dando um passo maior do que as pernas ao chamar os Estados Unidos para a briga no caso da Lei de Patentes sobre medicamentos. A estrutura brasileira do Itamaraty, que mostrou todas as suas dificuldades nos casos recentes da carne e da aviação comercial com o Canadá, é insuficiente.

Secretaria dos EUA tem recursos 40 vezes maior

Embora a pequena equipe que dispõe o Brasil seja elogiada pela sua competência, o país está despreparado financeiramente e com um corpo técnico reduzido para enfrentar adversários de peso. Para se ter uma idéia da diferença entre os dois oponentes, só o orçamento da Secretaria de Estado americana, de cerca de US\$ 24 bilhões, equivale a 40 vezes o que é destinado a todo o Itamaraty (cerca de US\$ 600 milhões).

Experientes e com dinheiro em falta para contratar os melhores advogados da área, os americanos farão tudo para impedir que o governo brasileiro quebre as patentes das empresas em casos de emergência, especialmente no caso dos laboratórios. Se não houver aumento dos recursos orçamentários para competir com os demais parceiros comerciais, o Brasil corre o risco de perder a guerra das patentes com os EUA.

— Será uma batalha difícil — prevê o conselheiro para Assuntos Comerciais da Comissão Europeia, Stefano Gatto.

O ex-chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia reconhece que o poder de fogo americano é muito maior do que o do Brasil:

— Há um prédio de dez andares da USTR (agência dos EUA que trata exclusivamente de comércio) em Genebra, enquanto apenas oito funcionários brasileiros lidam diretamente com a área comercial. E, mesmo assim, conseguimos vitórias importantes.

Com menos de 1% de partici-

pação no comércio mundial, o Brasil tem pouco poder de barganha se comparado a potências como os EUA e a União Europeia (UE). Stefano Gatto explica que, proporcionalmente, a Comissão Europeia tem até menos pessoas trabalhando em Genebra do que o Brasil. No entanto, por trás dos diplomatas europeus, há os dos países da UE que subsidiam seus representantes nos contenciosos.

— A delegação brasileira é uma das melhores do mundo, mas o número de contenciosos que afetam o Brasil está crescendo — enfatiza Gatto.

Número de disputas comerciais deve crescer

O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Giannetti da Fonseca, defende o aumento da parceria com especialistas e acadêmicos, como fazem os americanos. Mas o subsecretário para Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty, José Alfredo Graça Lima, lembra que esse procedimento deve ser fei-

to pelas próprias empresas, e não pelo governo. A exceção, admite Graça Lima, seria com as patentes, em que o grande interessado é o setor público, sobretudo o Ministério da Saúde.

— O Brasil tem liderança mundial entre os países em desenvolvimento. Só que o número de contenciosos, principalmente devido à desaceleração da economia americana, tende a crescer. Nos EUA, há um órgão só para cuidar de comércio. O diplomata brasileiro é obrigado a se especializar em áreas que vão do direito econômico aos direitos humanos e civis — alerta o consultor internacional, Adimar Schievelbein.

Segundo Schievelbein, os setores mais bem preparados para enfrentar a nova onda de contenciosos são os de calçados, siderúrgico, têxtil e suco de laranja.

— É importante que a entidade que representa o setor acompanhe o contencioso passo a passo — diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Paulo Skaf. ■

BERTO GIANNETTI, da Camex, defende parcerias com acadêmicos

Um salto na integração com a UE

Normas sanitárias e compras governamentais fazem parte da agenda da próxima rodada de negociação

Paulo Paiva
Brasília



O processo de aproximação entre o Mercosul e a União Europeia (UE) poderá dar um salto importante a partir deste semestre, com a adoção de medidas para facilitação de negócios entre os dois blocos. São ações administrativas que cada parte poderá tomar para estimular o relacionamento econômico e comercial, depois de identificadas as principais dificuldades existentes para o fluxo de bens, em especial as de ordem burocrática.

As medidas deverão incluir novos procedimentos aduaneiros, levantamentos de barreiras regulatórias e mudanças na concessão de licenças de importação. "São inúmeras as decisões que poderão ser aprovadas e implementadas antes do acordo geral ser firmado", afirma um diplomata europeu. No ano passado, os 34 países que negociam a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) começaram a colocar em prática ações semelhantes.

As medidas de facilitação de negócios serão um dos principais itens da pauta da quarta rodada de negociações do Acordo de Associação Inter-Regional entre o Mercosul e a UE, que ocorrerá de 19 a 22 de março, em Bruxelas. Uma proposta específica sobre o tema foi elaborada pela UE e a expectativa de diplomatas das duas regiões é que não haverá dificuldades para uma decisão favorável a respeito delas. Mesmo porque, a idéia do Mercosul é acelerar as negociações com os europeus, num processo paralelo com o de discussão da ALCA.

Na agenda de Bruxelas, os dois blocos tratarão de temas econômicos, políticos, comerciais e de cooperação, com uma perspectiva favorável. Is-

so porque houve avanços na última reunião, em novembro do ano passado, em Brasília. Naquele encontro, representantes das duas regiões trocaram documentos sobre as barreiras não-tarifárias existentes no comércio entre ambas.

Na próxima reunião, diplomatas europeus e do Mercosul passarão a discutir temas concretos, como cooperação técnica, compras governamentais, propriedade intelectual, normas sanitárias e fitossanitárias. A idéia é que o encontro na Bélgica abra caminho para a fase de negociações que começa em julho, sobre as barreiras tarifárias e serviços.

Essas discussões deverão ser a parte mais difícil do processo negociador. Um tema vital para o Mercosul é melhorar o acesso ao mercado de produ-

**Países da ALCA
fizeram acerto
semelhante para
facilitar negócios
na região**

tos agrícolas da UE, um dos que apresenta maior sensibilidade à concorrência. Os países sul-americanos

querem negociar o acordo sem nenhuma restrição no tema. Mas, até agora, a UE sinalizou preferir que a questão seja abordada num foro mais amplo, o de uma rodada de negociações globais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Para o diplomata europeu, essa posição não será um empecilho para as discussões entre os dois blocos a partir da metade deste ano.

A mesma fonte informa que a UE já concluiu uma proposta de regulamentos técnicos, procedimentos de avaliação de normas e procedimentos técnicos, compras governamentais, mecanismo de solução de controvérsias e direitos de propriedade intelectual para ser discutida com a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. O bloco sul-americano também está alinhando suas posições, que foram discutidas há cerca de duas semanas, no Paraguai. Até o dia 19, elas serão depuradas. □

Rota de aproximação

O acordo em negociação entre o Mercosul e a UE e o relacionamento comercial dos dois blocos



O Mercosul não quer a exclusão de nenhum tema nas negociações com a UE, inclusive da abertura comercial do setor agrícola, seu principal interesse nas discussões. Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), só em 1999 a Europa e os EUA gastaram **US\$ 361 bilhões** com subsídios agrícolas



Enquanto o acordo entre os dois blocos não sai, poderão ser implantadas, neste semestre, medidas de facilitação de negócios entre ambos. Essas medidas incluem procedimentos aduaneiros e levantamentos de medidas regulatórias



Para o Mercosul, a liberalização comercial com a UE deve começar em 2002, com o início do desmonte de barreiras a produtos agrícolas do bloco sul-americano. Diplomatas europeus têm dúvidas sobre a viabilidade dessa proposta



As negociações entre o Mercosul e a UE para um acordo de associação birregional é mais abrangente que um acordo de livre comércio. Isso porque envolve cooperação em temas como fortalecimento de pequenas e médias empresas, meio ambiente, direitos humanos e transferência de tecnologia



Em 1999, o Mercosul exportou **US\$ 16,5 bilhões** para a UE, equivalentes a **50%** do que a América Latina vendeu aos europeus. No mesmo ano, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai importaram **US\$ 19,1 bilhões**, ou **47%** das compras dos países latino-americanos feitas no bloco europeu, segundo a delegação da UE no Brasil

Construção civil é um dos setores que atraem os europeus

Os europeus já anteciparam que, como resultado de um acordo de liberalização comercial com o Mercosul, querem ter maior participação de mercado nas áreas de serviços financeiros, transportes, compras governamentais, construção civil e em setores industriais como automobilístico, de bens de informática e de

telecomunicações. Há expectativas, nos governos dos dois blocos, que a área de livre comércio entre ambos seja criada até 2005, antes da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Segundo diplomatas brasileiros, o Mercosul terá de promover uma abertura comercial nessas áreas. Mas deverá analisar os impactos disso na economia regional e as vantagens de um eventual acesso maior ao mercado agrícola europeu. "É preciso avaliar os benefícios de

exportar bens de baixo valor agregado e abrir o mercado para bens industrializados", afirma um diplomata.

A aproximação entre o Mercosul e a União Europeia teve um impulso após a reunião de cúpula entre os dois blocos, em 1999, no Brasil. Do encontro resultou o Comitê de Negociações Biregional. A troca de informações, identificação de travas não-tarifárias e definição de objetivos para áreas em discussão norteiam as negociações. □ (P.P.)

[Quem Somos](#) [Cotação OnLine](#) [Publicidade](#) [Fale Conosco](#)

Quem Somos
Agilidade e
pontualidade.

[FollowUp - ASANet](#)


[Cotação On-Line](#)

[Notícias](#)

[Mail Service](#)

[Taxas de Câmbio](#)

[Links Úteis](#)

 **NOTÍCIAS**

04/01/2002 | Guia Marítimo - Global Report
Euro reduz custos

.....

O euro deve eliminar custos para os exportadores brasileiros, que não terão de tratar de endividamentos em outras moedas, que serão extintas. Essa é a opinião do primeiro-secretário de Assuntos Econômicos Comerciais da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil, Stefano Gatto. Ele ressaltou que os efeitos do euro na economia brasileira serão gradativos e que a moeda única adotada por 12 países da Europa proporciona um cenário mais estável aos exportadores brasileiros. Segundo o secretário, nos próximos três anos o euro tende a tornar-se a segunda moeda neutra no comércio internacional, equivalendo ao dólar. Para o economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Roberto Luís Troster, a entrada do euro no mercado de capitais deverá contribuir, em médio e longo prazo, para o aumento das exportações brasileiras aos países europeus, na medida em que a adoção da moeda única promove o crescimento do continente. Os brasileiros poderão trocar moedas europeias - escudos (Portugal), marcos (Alemanha), liras (Itália), francos (França) ou pesetas (Espanha) - por reais nas agências do Banco do Brasil até 1º de março próximo. O estoque de euros do Banco do Brasil será formado a partir da entrada da moeda em espécie com o turismo internacional. As informações são da Agência Brasil. Global Report

.....



[Sobre o Programa](#) | [Grupos de trabalho](#) | [Documentos](#) | [Livro Verde](#) | [Linhas de Ação](#)

[página inicial](#) [página anterior](#)

Notícias de 2000



Workshop TAPLINK Brasil - Tecnologias de Informação e Comunicação

Resultado do evento realizado em 30 e 31 de maio
Assessoria de Comunicação do Programa Sociedade da Informação

O Workshop TAPLINK Brasil - Tecnologias de Informação e Comunicação realizado em São Paulo, nos dias 30 e 31 de maio, faz parte dos eventos do programa TAPLINK (Telematics Application Program Link), uma iniciativa da Comissão Européia, e reuniu especialistas nas áreas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) de várias partes do mundo.

O Workshop foi organizado pelo Programa Sociedade da Informação, do Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com a Fiesp, para a criação de parcerias nacionais e internacionais na área de TIC, e explorou temas como administração pública, saúde, educação, transportes, bibliotecas virtuais, segurança em transações eletrônicas e pequenas e médias empresas.

A presença das autoridades Horácio Piva, presidente da Fiesp/Ciesp, Julio Semeghini, Deputado Federal, Arnaldo Machado de Souza, Diretor do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS - e de Stefano Gatto, representante da União Européia, dentre outras, contribuíram para o sucesso do evento.

Na abertura do evento, Horácio Piva, presidente da Fiesp/Ciesp, comentou a importância de uma Sociedade da Informação no Brasil, não somente do ponto de vista econômico, mas principalmente social. O deputado Julio Semeghini ressaltou a legislação referente à Tecnologia e Sociedade da Informação.

O Programa "Infoville" da Espanha foi apresentado como um programa que pretende envolver o maior número possível de cidadãos na Sociedade da Informação. Atualmente ele atinge 10.810 residências, conecta 13 municípios e tem o objetivo de alcançar 500, em 2002. Vários são os parceiros do programa espanhol, dentre eles a Telefônica, a Philips e a IBM. O município de Hampshire no Reino Unido, a cidade de Meissen na Suíça, Torino na Itália, a região da Bavária na Alemanha, Valência na Espanha e a Dinamarca estão conectados pelo programa.

O Brasil também apresentou bons resultados na área. Paulo Protásio, Conselheiro do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) falou sobre o SAC (serviço de atendimento à cidadania) de Salvador, onde são atendidos 12 municípios da Bahia. Foram dados outros exemplos como o Vitória Digital, de Vitória - ES, e ainda a banda larga no Paraná, onde se interligam todos os municípios do estado.

O diretor do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), Arnaldo Machado de Souza, explicou o funcionamento de postos de saúde com o uso do cartão saúde, em que consultas são marcadas sem filas de espera. "O sistema já funciona muito bem em Curitiba", disse Arnaldo.

Com isso, o evento conseguiu discutir e analisar experiências de diversos países, fazendo com que o objetivo do Workshop, de divulgar e fazer parcerias nacionais e internacionais na área de TIC, fosse alcançado.

Mais informações sobre o Programa TAPLINK e seus parceiros, o Instituto de Informática do Ministério das Finanças de Portugal (IIMF), a Associação de Indústrias das Tecnologias Eletrônicas e da Informação do País Basco na Espanha (GAIA), a SOLON Consulting do Reino Unido e a XCOMS International da Bélgica (coordenadora do Programa TAPLINK), podem ser encontradas no site <http://gaia.gaia.es/taplink.htm>

[página inicial](#) [página anterior](#)

[topo da página](#)

[Destaques e Notícias](#) | [Agenda do Programa](#) | [Calendário de Eventos](#) | [Biblioteca de Links](#) | [Perguntas e Respostas](#) | [Contato](#)

Goiás entra na rede de Eurocentros

Sebastião Nogueira

A inserção das pequenas e médias empresas goianas no mercado europeu agora está mais fácil. Foi assinado ontem, em Goiânia, entre a Federação das Indústrias (Fieg) e a Delegação da Comissão Européia no Brasil, protocolo de entendimento para a criação da rede brasileira de Eurocentros no Estado. Essas instituições atuam como operadoras do programa de cooperação empresarial Al-Invest da União Européia.

O primeiro secretário da Comunidade Européia, Stefano Gatto, explicou que o programa de cooperação empresarial Al-Invest estrutura-se em torno de uma rede de operadores latino-americanos (Eurocentros) e europeus (Coopecos). Nos últimos dez anos, já foram realizados mais de 400 acordos entre empresas dos dois continentes, beneficiando mais de 22 mil e gerando negócios superiores a R\$ 360 milhões.

O embaixador Rolf Timans, chefe da delegação da Comissão Européia no Brasil, lembrou que está se fortalecendo a parceria comercial entre a União Européia e o Brasil. Ele citou que 25% das ex-



Rolf Timans e Paulo Afonso assinam protocolo de entendimento

portações brasileiras são para a Europa. Os empresários europeus são responsáveis por 50% dos investimentos externos realizados no território brasileiro, nos últimos anos.

Segundo ele, agora que Goiás se engajou no Eurocentro através do Al-Invest, será mais fácil divulgar o potencial econômico do Estado no exterior e atrair investidores. "Essa é, também, a grande oportunidade para os goianos conquistarem mais mercados na Europa", afirmou o embaixador. Entre os produtos de

Goiás que poderão ter mais aceitação em outros países estão carne bovina, café, derivados de soja e calçados, além de produtos farmacêuticos.

Encontros

O presidente da Fieg Paulo Afonso Ferreira, anunciou que, no início do próximo ano, promoverá em Goiânia rodadas de negócios entre empresários goianos e europeus. "Numa segunda etapa, os encontros serão realizados na Europa. "Desse encontro surgirão várias oportunidades de negócios", apostou ele.

Além de apoiar a realização de negócios e a atração de investimentos, o Eurocentro também se encarregará de garantir a transferência de tecnologia e a formação de joint-ventures (associações de empresas) envolvendo empresas européias e brasileiras. O Eurocentro de Goiás é o 11º criado no Brasil e o primeiro do Centro-Oeste.

UE afina posições com o Mercosul

Comissário para Agricultura, Franz Fischler, visita países do bloco antes da reunião da OMC, no Catar

por Helena Tachinardi
de Paulo

A viagem é descrita como muito oportuna. O austríaco Franz Fischler, comissário para Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca, o segundo homem mais importante da União Europeia (UE) para assuntos que interessam ao Mercosul, passará dez dias no Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, a partir desta semana. Sua visita antecede dois eventos importantes: o encontro entre autoridades europeias e do Mercosul, dia 29, em Bruxelas, para alisar a contraproposta dos quadros com vistas a um acordo livre comércio entre as duas regiões; e a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), de 9 a 13 de novembro, no Catar, onde está previsto o lançamento de uma rodada global de negociações.

Agricultura é o tema-chave. A União Europeia compra quatro vezes mais produtos rurais do Mercosul do que os Estados Unidos. No ano passado, a UE importou do bloco US\$ 10,1 bilhões, em relação a US\$ 8,7 bilhões, em 1999, e US\$ 8,5 bilhões, em 1998. Um terço das importações europeias procedentes do Brasil é de origem agrícola. A UE rebate as tarifas brasileiras ao protótipo exibindo números como os de 2000, em que Bruxelas importou US\$ 4,6 bilhões de produtos agrícolas do Brasil, o que representou 10% do total exportado pelo país. Em comparação, os EUA compraram do país US\$ 1,2 bilhão de mercadorias agrícolas, no mesmo período.

Mas, além de o governo brasileiro ter considerado modesta a proposta da UE ao Mercosul, feita em julho, para a negociação de uma área de livre comércio, o setor privado também está insatisfeito. Gilman Viana Rodrigues, coordenador do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais e vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), diz que "dentro dos componentes fundamentais para a mesa de negociações estão a eliminação de todos os subsídios às exportações, um programa de desgravação contemplando todas as formas de tarifas — e não apenas as 'ad valorem' — e uma abrangência plena de produtos, sem exclusões". Ele explica: "A proposta inicial da UE é a precária que só teria significado para 10% das exportações

Europa compra do bloco

Importações agrícolas

- US\$ 10,1 bilhões em 2000, US\$ 8,7 bilhões em 1999 e US\$ 8,5 bilhões em 1998.
- Dos US\$ 10,1 bilhões importados do bloco, em 2000, US\$ 4,6 bilhões foram de carnes processadas, US\$ 3,7 bilhões de produtos de origem vegetal; US\$ 1,7 bilhão de resíduos de carnes.
- Em 2000, a União Europeia importou US\$ 4,6 bilhões de produtos agrícolas do Brasil. Isso representa 29% do total exportado pelo país ao bloco de 15 países. Em comparação, os EUA importaram do mercado brasileiro US\$ 1,2 bilhão de mercadorias agrícolas.
- 1/3 das importações europeias procedentes do Brasil é de origem agrícola.
- A União Europeia importa quatro vezes mais produtos agrícolas do Mercosul do que os EUA.
- Produtos mais importados: carnes, complexo soja e suco de laranja.



Fonte: Anuário Estatístico União Europeia

agrícolas brasileiras para o bloco europeu. É a fatia que recebe a gravação 'ad valorem', ou seja, um tributo proporcional ao valor da mercadoria exportada, expresso em percentuais. Não trata das tarifas específicas nem do sistema de cotas". Rodrigues diz que os europeus cobram US\$ 2,7 mil por tonelada de carne bovina brasileira, mais 12,8% sobre o valor negociado. Em média, o produto, segundo ele, é vendido para a União Europeia a US\$ 1,8 mil a tonelada, mas entra no continente por mais de US\$ 4,7 mil.

"Eliminar apenas a tarifação 'ad valorem', portanto, perde

qualquer significado. A perspectiva de cotas com tratamento diferenciado está, por enquanto, absolutamente indefinida, sem nenhum compromisso", pondera Rodrigues.

O embaixador Rolf Timans, representante da Comissão Europeia em Brasília, sustenta que a proposta feita em julho melhora o acesso de produtos agrícolas do Mercosul à UE. Quanto ao tema dos subsídios à exportação, diz que será discutido na rodada da OMC e não em negociações bilaterais. "A UE está absorvendo hoje uma quantidade importante de produtos agrícolas do Mercosul — 25% de nos-

Bruxelas visita Brasília

Viagens de comissários da UE ao Brasil

EM 2000

EM 2001



Chris Patten, Relações Exteriores



Margot Wallström, Meio Ambiente



Pascal Lamy, Comércio



Erkki Liikanen, Empresas e Sociedade da Informação



Pedro Solbes, Assuntos Econômicos e Financeiros



Franz Fischler, Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca (ele estará entre 6 e 10 de outubro no país)

Fonte: Anuário Estatístico União Europeia

as importações nessa área são originárias do bloco", afirma Stefano Gatto, conselheiro para assuntos econômicos e comerciais da delegação europeia, em Brasília.

A visita de Fischler é importante também para avaliar as perspectivas do Mercosul. Nesta semana, em São Paulo, haverá uma reunião entre as principais autoridades econômicas e diplomáticas do Brasil e da Argentina para decidirem o futuro da Tarifa Externa Comum (TEC), o que determinará, em consequência, o futuro do bloco, isto é, se continuará a ser uma união aduaneira ou se retrocederá a uma simples zona de li-

vre comércio. É provável que os dois países mantenham a TEC com uma lista de exceções. A União Europeia já deixou claro que só negociará um acordo de liberalização comercial se o Mercosul continuar como união aduaneira. O acordo está previsto para deslanchar a partir de 2005, data em que também começará a redução de tarifas na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A agenda de Fischler no Brasil prevê contatos com os ministros Pratiní de Moraes (Agricultura), Celso Lafer (Relações Exteriores), Raul Jungmann (Reforma Agrária) e com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Pratiní acompanhará Fischler a duas fazendas modelo, em Minas Gerais, dedicadas ao cultivo de café, criação de gado e produção de leite. Em uma de suas três visitas ao Brasil, o comissário de Comércio, Pascal Lamy, também conheceu estabelecimentos agrícolas exemplares no interior do país.

O fato de Pascal Lamy ter visitado três vezes o Brasil, nos últimos anos, atesta a importância que a UE atribui às relações com o Mercosul, onde o país desponta como o maior sócio. No ano passado, visitaram o Brasil os comissários (cargo equivalente ao de ministro) Chris Patten, das Relações Exteriores, e Pedro Solbes, de Assuntos Econômicos e Financeiros. Neste ano, estiveram no Brasil Erkki Liikanen, de Empresas e Sociedade da Informação, Pascal Lamy, de Comércio, e Margot Wallström, de Meio Ambiente. No ano que vem, a UE e o Brasil devem assinar um acordo de cooperação em ciência e tecnologia. ▀

Pesca e vinho entram em pauta

A União Europeia (UE) tem interesse em negociar com o Brasil acordos sobre vinhos e pesca. Os dois assuntos serão abordados nas reuniões do comissário Franz Fischler com autoridades brasileiras, mas o Brasil não se empenhará para iniciar conversações, conforme destacou a este jornal uma fonte do Ministério das Relações Exteriores. Para o conselheiro econômico e comercial da Comissão Europeia em Brasília, Stefano Gatto, um acordo na área de vinhos abrangeria denominações de origem e asseguraria harmonização no estabelecimento de qualidade do produto, para evitar fluxos comerciais de baixo nível. "Um dia o Brasil terá capacidade exportadora de

vinhos para a Europa", diz Gatto. Um convênio bilateral seria muito importante, na visão da UE, porque o acordo sobre propriedade intelectual (Trips) da Organização Mundial do Comércio (OMC), que trata da denominação de origem, "é pouco ambicioso", razão pela qual os europeus querem negociar acordos bilaterais com alguns parceiros. Apesar de ter uma imensa costa, o Brasil não tem acordos no campo pesqueiro. Nas águas brasileiras, só barcos de bandeira nacional podem pescar, mas a UE vai propor um entendimento com o Brasil, semelhante ao que tem com a Argentina, o Canadá e países africanos, tendo em vista beneficiar sobretudo a frota pesqueira

espanhola. "O Brasil vai querer um acordo mais complexo, com vinculação entre acesso de barcos europeus a águas brasileiras, criação de empresas conjuntas e transferência de tecnologia para o desenvolvimento do setor no país", prevê Gatto. Em matéria fitossanitária, o Brasil estaria prestes a criar regras compatíveis com as da UE, o que facilitará a harmonização, diz ele. Nesse sentido, um acordo fitossanitário é do interesse das duas partes. Além disso, já existe uma estreita cooperação entre os serviços de vigilância sanitária do Brasil e da UE. O país está bem posicionado para vender produtos não-transgênicos ao mercado europeu. (M.H.T.)

UE defende o Mercosul e reforça laços com o Brasil

Europeus acham que Cavallo prejudica negociações comerciais

María Helena Tachinardi

São Paulo



A União Européia (UE) está decidida a intensificar o relacionamento com o Brasil, o sócio do Mercosul mais interessado, neste momento, em defender o fortalecimento da união aduaneira do Cone Sul. A UE já deixou claro que somente fará negociações comerciais em bloco e não bilateralmente com os países-membros do Mercosul.

Essa posição será reforçada com a visita a Brasília do comissário de Comércio Exterior, Pascal Lamy, dias 4 a 6 de julho. Desta vez, Lamy não irá a outras capitais do bloco.

Não interessa à União Européia o enfraquecimento do Mercosul, que há uma década vem sendo apoiado por Bruxelas, bem antes de qualquer manifestação de interesse pelo bloco emitida pelos EUA.

Na Argentina, as declarações do ministro da Economia, Domingo Cavallo, a favor da redução do Mercosul a uma área de livre comércio, prejudicam o clima de negociação com os europeus sobre tarifas e serviços na primeira semana de julho, avaliam fontes da UE.

O interesse do grupo de 15 países da Europa em aproxi-

Relações mais robustas

- 1 A União Européia enviará até o final do ano ao Brasil quatro a cinco comissários, cargo equivalente ao de ministro.
- 2 O primeiro a chegar será Pascal Lamy, comissário do Comércio Exterior, dias 4 a 6 de julho.
- 3 Lamy discutirá temas bilaterais, o lançamento de uma nova rodada multilateral de comércio e as negociações com o Mercosul.
- 4 O bloco europeu tem interesse em fortalecer o Mercosul para iniciar um processo de negociação de tarifas e serviços, a partir de julho.
- 5 Os subsídios agrícolas europeus, que incomodam o Mercosul, serão disciplinados na nova rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os benefícios da rodada serão transferidos para as negociações Mercosul/União Européia.

mar-se do Brasil se concretiza neste ano com a visita ao país de quatro a cinco comissários (cargo equivalente ao de ministro), o que antes nunca havia ocorrido.

Além de Lamy, deverão vir David Byrne, comissário para Saúde e Proteção ao Consumidor, e Franz Fischler, comissário para Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca.

A União Européia está satisfeita com a atuação de Celso Lafer como ministro brasileiro das Relações Exteriores por sua postura diplomática na condução das negociações do Brasil com seus sócios do Mercosul num momento difícil do relacionamento com a Argentina e quando a UE e o bloco do Cone Sul precisam estar afinados para iniciar o processo de negociação de

tarifas e serviços. Essa é a análise de funcionários europeus, dias antes de Lamy conversar com as autoridades brasileiras sobre esses assuntos, sobre o intercâmbio comercial entre o Brasil e a UE e a reunião de ministros da Organização Mundial do Comércio (OMC), no Qatar, em novembro deste ano, onde poderá ser lançada uma nova rodada multilateral.

Um tema espinhoso no relacionamento entre o Mercosul e os europeus continua sendo o dos subsídios agrícolas. A Comissão Européia já deixou claro, porém, que o assunto será disciplinado pelas regras da OMC, na futura rodada de comércio, e que os benefícios da redução gradual dos subsídios serão transferidos para o âmbito das negociações entre o Mercosul e a UE.

INTEGRAÇÃO *Comissário europeu aceita discutir acordo de livre comércio com o bloco como um todo, e não isoladamente*

UE diz a Cavallo que só negocia com Mercosul

CLÓVIS ROSSI
COLUNISTA DA FOLHA

Pascal Lamy, o comissário europeu do Comércio (uma espécie de ministro), avisou Domingo Cavallo, ministro da Argentina de Economia, que a União Europeia só aceita negociar um acordo de livre comércio se for com o Mercosul, não com cada país do "loco" isoladamente.

A mensagem é a enésima de uma série de recados europeus a autoridades argentinas no sentido de preservar o Mercosul, que virou o alvo prioritário de críticas de Cavallo, desde que assumiu.

Lamy chegou a advertir Cavallo de que ele não deveria "desperdiçar o capital político representado pelo Mercosul".

A União Europeia e o Mercosul negociam a criação de uma zona de livre comércio, que seria a primeira do mundo entre dois blocos e também a maior do planeta, se e quando criada.

Na prática, há uma corrida contra o tempo entre europeus e norte-americanos para ver quem avança mais na negociação com o Mercosul. Embora a Alca (Área de Livre Comércio das Américas, a versão americana da zona de livre comércio UE/Mercosul) en-

volva todos os 34 países das Américas, exceto Cuba, na prática é um entendimento Mercosul/Estados Unidos.

O interesse na preservação do Mercosul é tanto, de parte da União Europeia, que Cavallo foi avisado de que à Europa não convém um regresso do Mercosul ao estágio de zona de livre comércio.

Diferenças

Hoje, o bloco sul-americano é uma união aduaneira, embora incompleta. A diferença: zona de livre comércio apenas zera as tarifas de importação entre os países-membros. A união aduaneira faz

a mesma coisa, mas dá um passo além: cria uma tarifa externa comum para importações dos países de fora de bloco.

A Folha ouviu de autoridades europeias a informação de que, na recente estada do chanceler brasileiro, Celso Lafer, na Europa, a pergunta mais insistente não foi sobre crise energética, mas sobre a saúde do Mercosul.

Por isso, há uma curiosidade enorme da UE em acompanhar a próxima cúpula do bloco, marcada para os dias 21 e 22, em Assunção. A torcida europeia é para que a cúpula emita sinais de que o bloco ainda respira sem aparelhos,

apesar das divergências Brasil/Argentina, apesar da crise energética no Brasil e apesar da anemia da economia argentina.

Frustração

Para os europeus, seria uma tremenda frustração se, no encontro dos presidentes, a crise ficasse ainda mais exposta, por uma razão simples: pouco depois (a partir de 2 de julho), é a vez de União Europeia e Mercosul se sentarem à mesma mesa.

Será em Montevidéu, na primeira reunião entre os dois blocos em que se negociará a redução de tarifas de importação, a cereja

do bolo em qualquer entendimento comercial.

A UE mostra-se disposta a oferecer reduções apreciáveis de suas tarifas, mas a área agrícola continua sendo um obstáculo sério. Não que fique excluída das propostas a ser levadas a Montevidéu. Mas os europeus já deixaram claro, uma e outra vez, que qualquer abertura agrícola para valer depende de negociações mais amplas, no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Justamente para tratar dessas negociações, estará no Brasil, logo após a reunião de Montevidéu, o comissário Pascal Lamy.

União Européia busca parceiros

Representação procura instituições para promover rodadas de negócios

Walter Sotomayor

do Brasil

As pequenas e médias empresas brasileiras interessadas em exportar à União Européia agora tem um novo instrumento que facilita essa operação em rodadas setoriais de negócios. O mecanismo, criado como resultado de parceria entre a representação da União Européia no Brasil e diversas entidades empresariais brasileiras recebeu o nome de Eurocentro, trabalha com rodadas de negócios, realizadas tanto no Brasil quanto na Europa.

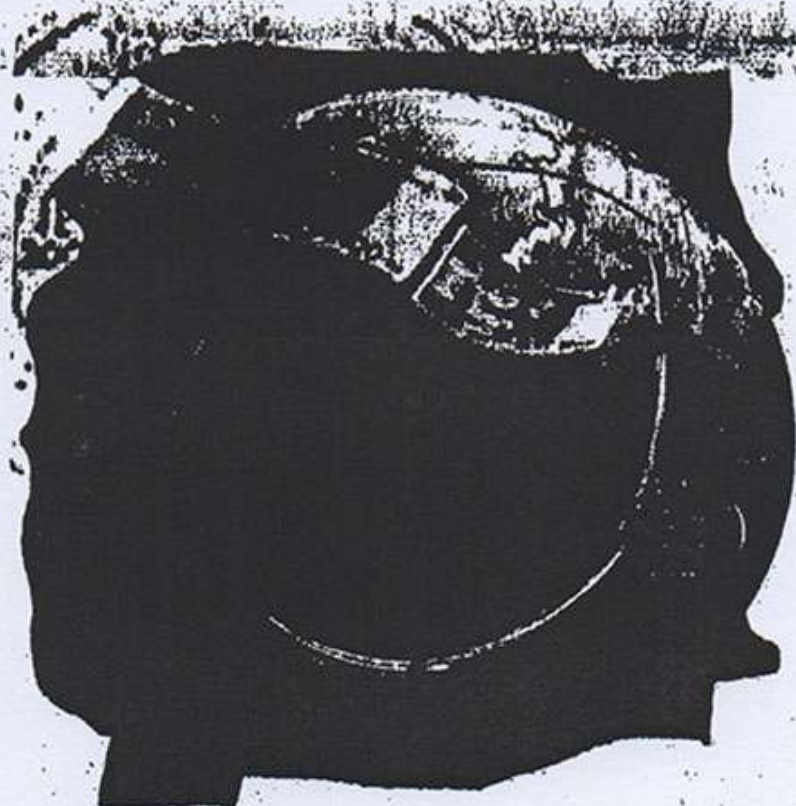
"Queremos transferir ao Brasil a cultura exportadora das pequenas e médias empresas européias", disse Stefano Gatto, conselheiro econômico da representação comunitária e responsável pela criação de Eurocentros, como parte do programa de cooperação empresarial da Comissão Européia Al-Invest, iniciado em 1993.

As pequenas e médias empresas italianas e alemãs são as mais ativas no programa Al-Invest e na participação em rodadas de negócios tanto no Brasil quanto na América Latina. Perfis das empresas são distribuídos aos participantes das rodadas de negócios com alguma antecedência, facilitando o contato dos interessados.

O aprofundamento dos assuntos e as características do mercado internacional de um determinado setor são também assunto abordado em seminários técnicos que coincidem com as rodadas de negócios.

O conselheiro econômico da representação européia está recebendo propostas de entidades de classe ou com o perfil de indutoras do comércio exterior para ampliar a atual rede de Eurocentros localizadas em sete cidades brasileiras. A primeira entidade já aprovada para sediar um novo Eurocentro (8º) é o Instituto Euvaldo Lodi, de Brasília, uma entidade vinculada à Federação das Indústrias de Brasília (Fibra) e à pesquisa tecnológica no País, que realizará a primeira rodada de negócios sobre Tecnologia da Informação em junho de 2002 na capital federal.

Até 15 de novembro, a representação da União Européia deverá decidir sobre novos parceiros, principalmente nas regiões Cen-



cionam os Eurocentros de Curitiba, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Belo Horizonte, a maioria como resultado de parcerias com as federações da indústria e, no caso mineiro com o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais.

Os temas das rodadas tem sido variados correspondendo à diversidade de setores de atuação de pequenas e médias empresas, indo de transporte e logística, até tecnologia dos alimentos, agroindústria, autopeças, telefonia, informática e ecoturismo.

A União Européia já é hoje o maior parceiro comercial do Brasil, com um intercâmbio

anual de US\$ 28,8 bilhões, e tem perspectivas de crescimento. A União Européia e o Mercosul negociam um acordo de livre comércio cuja vigência é esperada até 2005 e que deverá representar uma importante redução dos obstáculos que hoje limitam as trocas comerciais.

(sotomayor@gazetamerantil.com.br)

Portugal pode ajudar na aproximação Mercosul-UE

Portugueses já aplicaram recursos na vitivinicultura argentina

Alberto Komatsu
Belo Horizonte

O primeiro passo capaz de promover uma maior aproximação entre a União Europeia (UE) e o Mercosul poderá ser a definição do que vem sendo chamado de "medidas imediatas de facilitação", uma tradução livre para "business facilities", mecanismos que não demandam longas negociações nas futuras transações comerciais entre os dois blocos.

Essa é a opinião de Stefano Gatto, primeiro secretário da delegação da Comissão Europeia no Brasil, durante o congresso "Brasil-Portugal/Desafios do Milênio", realizado na semana passada em Belo Horizonte, capital do estado brasileiro de Minas Gerais.

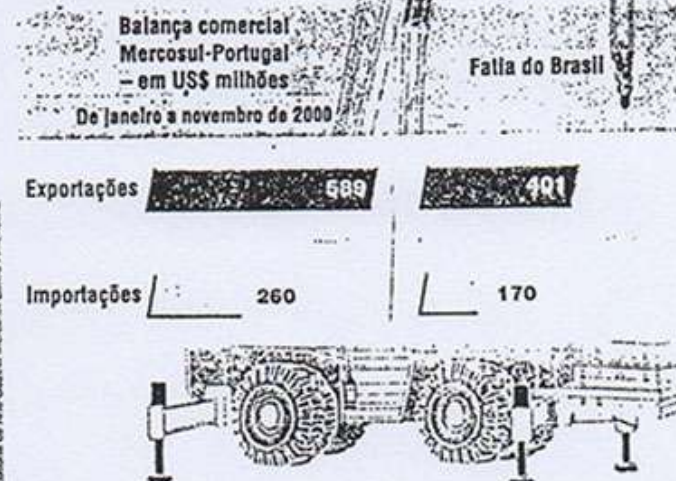
De acordo com Gatto, as medidas de facilitação do comércio, a exemplo do que aconteceu na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), poderiam beneficiar de imediato as discussões entre a UE e o Mercosul em questões alfandegárias, fitossanitárias e sanitárias e de comércio eletrônico, entre outros setores. "São dispositivos que podem facilitar o clima de negócios entre ambas as partes", afirmou.

Em maio, o Fórum de empresários União Europeia, que será realizado em Buenos Aires, na Argentina, vai prosseguir com a discussão de medidas de facilitação do intercâmbio comercial entre os dois blocos. Além disso, segundo Gatto, foi exatamente com o espírito de promover essas medidas que a delegação da União Europeia esteve presente no encontro de Bruxelas, que aconteceu na semana passada.

A participação lusitana no bloco econômico poderá ser triplicada

Acesso à UE

Números Portugal-Mercosul



uma maior aproximação entre os europeus e os países que integram o Mercosul, segundo Gatto. Ele lembra que a maior aproximação entre os europeus e o Mercosul aconteceu depois do encontro que foi realizado em Brasília, em novembro do ano passado. Nesse sentido, ficou claro que uma questão crucial para os dois blocos é a adoção de um acordo fitossanitário que possa encurtar as distâncias no setor agrícola entre o Mercosul e a UE, um dos maiores gargalos

para as trocas comerciais entre os dois blocos econômicos.

"Depois de quatro rodadas de negociações, estamos trocan-

do listas de possíveis acordos", afirma. Entre eles, há interesse comum no segmento de ciência e tecnologia, cujas conversações para um projeto de pesquisa conjunta parecem estar mais avançadas.

Há quem diga que Portugal poderia ser o melhor meio de estreitar as relações não só do Brasil mas dos demais países do Mercosul com a União Europeia. Para Pedro Feytor Pinto, um desses defensores e de-

Turismo em Portugal (ICEP), a relação entre Portugal e Mercosul deve partir do pressuposto de que o comércio internacional não é apenas comprar e vender, mas, além disso, criar interesses comuns.

Segundo ele, as exportações do Mercosul para Portugal foram de US\$ 589 milhões, de janeiro a novembro do ano passado. O Brasil respondeu por 401 milhões de dólares. As importações alcançaram US\$ 260 milhões e a fatia brasileira foi de US\$ 170 milhões.

Além do Brasil, que recebeu US\$ 8 bilhões de investimentos portugueses desde 1995, Pinto acredita que os demais países do Mercosul também têm potencial para atrair o capital português. Segundo o delegado do Icep, em três anos Portugal aplicou cerca de US\$ 50 milhões nos demais países do Mercosul. Há potencial para tal volume triplicar.

O destaque dos investimentos portugueses no Mercosul (além do Brasil) fica para a Argentina, que já recebeu recursos no setor de vitivinicultura. A curto prazo, a estimativa é que os argentinos poderão receber US\$ 50 milhões nos setores de construção ci-

Setor têxtil

“Em sua edição de 19/04, o Valor publicou matéria intitulada ‘Barreiras quantitativas aos têxteis’, enfocando essencialmente as barreiras impostas pelos EUA ao comércio de têxteis e confecções. O referido artigo contém, igualmente, uma referência ao papel da União Européia na eliminação gradativa das barreiras ao comércio internacional nesse setor, considerado insuficiente pelo autor da análise em questão. Com o objetivo de melhor precisar os fatos, e em respeito à verdade, informamos que a Comissão Européia lançou em novembro de 2000 uma iniciativa para negociar com os países membros da OMC um aumento das quotas de importação de produtos têxteis no mercado europeu o até uma suspensão completa das quotas, antes da data atualmente prevista para a eliminação delas (01/01/05). O Brasil é um dos países alvo dessa iniciativa e uma primeira proposta foi encaminhada no mês de fevereiro à atenção das autoridades brasileiras: a Comissão Européia, que já concluiu um primeiro acordo desse tipo com o Sri Lanka, está aguardando uma reação das autoridades brasileiras que permita um começo efetivo da negociação. A iniciativa da UE insere-se no quadro de outras (‘Everything But Arms, Acesso aos Medicamentos’) dirigidas a favore-

cer o diálogo com os países em desenvolvimento e emergentes no seio da OMC, visando à definição de acordos que possam favorecer o aproveitamento por esses países de condições favoráveis de acesso aos mercados.”

STEFANO GATTO
*Delegação da Comissão
Européia no Brasil
Brasília, DF*

Brasil tem poucas armas no comércio mundial

Itamaraty conta com baixo orçamento e poucas pessoas para brigar com gigantes como os EUA e o Canadá

Arquivo



ROBERTO GIANNETTI, da Camex, defende parcerias com acadêmicos

Eliane Oliveira

• BRASÍLIA. Envolvido em 18 contenciosos na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil corre o risco de estar dando um passo maior do que as pernas ao chamar os Estados Unidos para a briga no caso da Lei de Patentes sobre medicamentos. A estrutura brasileira do Itamaraty, que mostrou todas as suas dificuldades nos casos recentes da carne e da aviação comercial com o Canadá, é insuficiente.

Secretaria dos EUA tem recursos 40 vezes maior

Embora a pequena equipe que dispõe o Brasil seja elogiada pela sua competência, o país está despreparado financeiramente e com um corpo técnico reduzido para enfrentar adversários de peso. Para se ter uma idéia da diferença entre os dois oponentes, só o orçamento da Secretaria de Estado americana, de cerca de US\$ 24 bilhões, equivale a 40 vezes o que é destinado a todo o Itamaraty (cerca de US\$ 600 milhões).

Experientes e com dinheiro em caixa para contratar os melhores advogados da área, os americanos farão tudo para impedir que o governo brasileiro quebre as patentes das empresas em casos de emergência, especialmente no caso dos laboratórios. Se não houver aumento dos recursos orçamentários para competir com os demais parceiros comerciais, o Brasil corre o risco de perder a guerra das patentes com os EUA.

— Será uma batalha difícil — prevê o conselheiro para Assuntos Comerciais da Comissão Europeia, Stefano Gatto.

O ex-chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia reconhece que o poder de fogo americano é muito maior do que o do Brasil:

— Há um prédio de dez andares da USTR (agência dos EUA que trata exclusivamente de comércio) em Genebra, enquanto apenas oito funcionários brasileiros lidam diretamente com a área comercial. E, mesmo assim, conseguimos vitórias importantes.

Com menos de 1% de partici-

pação no comércio mundial, o Brasil tem pouco poder de barganha se comparado a potências como os EUA e a União Europeia (UE). Stefano Gatto explica que, proporcionalmente, a Comissão Europeia tem até menos pessoas trabalhando em Genebra do que o Brasil. No entanto, por trás dos diplomatas europeus, há os dos países da UE que subsidiam seus representantes nos contenciosos.

— A delegação brasileira é uma das melhores do mundo, mas o número de contenciosos que afetam o Brasil está crescendo — enfatiza Gatto.

Número de disputas comerciais deve crescer

O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Giannetti da Fonseca, defende o aumento da parceria com especialistas e acadêmicos, como fazem os americanos. Mas o subsecretário para Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty, José Alfredo Graça Lima, lembra que esse procedimento deve ser fei-

to pelas próprias empresas, e não pelo governo. A exceção, admite Graça Lima, seria com as patentes, em que o grande interessado é o setor público, sobretudo o Ministério da Saúde.

— O Brasil tem liderança mundial entre os países em desenvolvimento. Só que o número de contenciosos, principalmente devido à desaceleração da economia americana, tende a crescer. Nos EUA, há um órgão só para cuidar de comércio. O diplomata brasileiro é obrigado a se especializar em áreas que vão do direito econômico aos direitos humanos e civis — alerta o consultor internacional, Adimar Schievelbein.

Segundo Schievelbein, os setores mais bem preparados para enfrentar a nova onda de contenciosos são os de calçados, siderúrgico, têxtil e suco de laranja.

— É importante que a entidade que representa o setor acompanhe o contencioso passo a passo — diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Paulo Skaf. ■

Um salto na integração com a UE

Normas sanitárias e compras governamentais fazem parte da agenda da próxima rodada de negociação

Paulo Paiva
Brasília



O processo de aproximação entre o Mercosul e a União Europeia (UE) poderá dar um salto importante a partir deste semestre, com a adoção de medidas para facilitação de negócios entre os dois blocos. São ações administrativas que cada parte poderá tomar para estimular o relacionamento econômico e comercial, depois de identificadas as principais dificuldades existentes para o fluxo de bens, em especial as de ordem burocrática.

As medidas deverão incluir novos procedimentos aduaneiros, levantamentos de barreiras regulatórias e mudanças na concessão de licenças de importação. "São inúmeras as decisões que poderão ser aprovadas e implementadas antes do acordo geral ser firmado", afirma um diplomata europeu. No ano passado, os 34 países que negociam a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) começaram a colocar em prática ações semelhantes.

As medidas de facilitação de negócios serão um dos principais itens da pauta da quarta rodada de negociações do Acordo de Associação Inter-Regional entre o Mercosul e a UE, que ocorrerá de 19 a 22 de março, em Bruxelas. Uma proposta específica sobre o tema foi elaborada pela UE e a expectativa de diplomatas das duas regiões é que não haverá dificuldades para uma decisão favorável a respeito delas. Mesmo porque, a idéia do Mercosul é acelerar as negociações com os europeus, num processo paralelo com o de discussão da Alca.

Na agenda de Bruxelas, os dois blocos tratarão de temas econômicos, políticos, comerciais e de cooperação, com uma perspectiva favorável. Is-

so porque houve avanços na última reunião, em novembro do ano passado, em Brasília. Naquele encontro, representantes das duas regiões trocaram documentos sobre as barreiras não-tarifárias existentes no comércio entre ambas.

Na próxima reunião, diplomatas europeus e do Mercosul passarão a discutir temas concretos, como cooperação técnica, compras governamentais, propriedade intelectual, normas sanitárias e fitossanitárias. A idéia é que o encontro na Bélgica abra caminho para a fase de negociações que começa em julho, sobre as barreiras tarifárias e serviços.

Essas discussões deverão ser a parte mais difícil do processo negociador. Um tema vital para o Mercosul é melhorar o acesso ao mercado de produtos agrícolas da UE, um dos que apresenta maior sensibilidade à concorrência. Os países sul-americanos querem negociar

o acordo sem nenhuma restrição no tema. Mas, até agora, a UE sinalizou preferir que a questão seja abordada num foro mais amplo, o de uma rodada de negociações globais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Para o diplomata europeu, essa posição não será um empecilho para as discussões entre os dois blocos a partir da metade deste ano.

A mesma fonte informa que a UE já concluiu uma proposta de regulamentos técnicos, procedimentos de avaliação de normas e procedimentos técnicos, compras governamentais, mecanismo de solução de controvérsias e direitos de propriedade intelectual para ser discutida com a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. O bloco sul-americano também está alinhando suas posições, que foram discutidas há cerca de duas semanas, no Paraguai. Até o dia 19, elas serão depuradas. □

Países da Alca fizeram acerto semelhante para facilitar negócios na região

Rota de aproximação

O acordo em negociação entre o Mercosul e a UE e o relacionamento comercial dos dois blocos



O Mercosul não quer a exclusão de nenhum tema nas negociações com a UE, inclusive da abertura comercial do setor agrícola, seu principal interesse nas discussões. Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), só em 1999 a Europa e os EUA gastaram **US\$ 361 bilhões** com subsídios agrícolas



Enquanto o acordo entre os dois blocos não sai, poderão ser implantadas, neste semestre, medidas de facilitação de negócios entre ambos. Essas medidas incluem procedimentos aduaneiros e levantamentos de medidas regulatórias



Para o Mercosul, a liberalização comercial com a UE deve começar em 2002, com o início do desmonte de barreiras a produtos agrícolas do bloco sul-americano. Diplomatas europeus têm dúvidas sobre a viabilidade dessa proposta



As negociações entre o Mercosul e a UE para um acordo de associação birregional é mais abrangente que um acordo de livre comércio. Isso porque envolve cooperação em temas como fortalecimento de pequenas e médias empresas, meio ambiente, direitos humanos e transferência de tecnologia



Em 1999, o Mercosul exportou **US\$ 16,5 bilhões** para a UE, equivalentes a 50% do que a América Latina vendeu aos europeus. No mesmo ano, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai importaram **US\$ 19,1 bilhões**, ou 47% das compras dos países latino-americanos feitas no bloco europeu, segundo a delegação da UE no Brasil

Construção civil é um dos setores que atraem os europeus

Os europeus já anteciparam que, como resultado de um acordo de liberalização comercial com o Mercosul, querem ter maior participação de mercado nas áreas de serviços financeiros, transportes, compras governamentais, construção civil e em setores industriais como automobilístico, de bens de informática e de

telecomunicações. Há expectativas, nos governos dos dois blocos, que a área de livre comércio entre ambos seja criada até 2005, antes da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Segundo diplomatas brasileiros, o Mercosul terá de promover uma abertura comercial nessas áreas. Mas deverá analisar os impactos disso na economia regional e as vantagens de um eventual acesso maior ao mercado agrícola europeu. "É preciso avaliar os benefícios de

exportar bens de baixo valor agregado e abrir o mercado para bens industrializados", afirma um diplomata.

A aproximação entre o Mercosul e a União Européia teve um impulso após a reunião de cúpula entre os dois blocos, em 1999, no Brasil. Do encontro resultou o Comitê de Negociações Bi-regional. A troca de informações, identificação de travas não-tarifárias e definição de objetivos para áreas em discussão norteiam as negociações. □ (P.P.)

MERCOSUL

UNIÃO EUROPÉIA

Área de Livre Comércio ainda em pauta

Representantes do Mercosul e da UE fazem terceira rodada de negociações, em novembro, em Brasília

Paulo Paiva
Brasília

O Mercosul e a União Européia (UE) realizam de 7 a 10 de novembro, em Brasília, a terceira rodada de negociações sobre a assinatura de um acordo para a criação de uma Área de Livre Comércio (ALC) entre as duas regiões, além do aprofundamento da cooperação e do diálogo político entre os dois blocos.

A reunião ocorre num momento em que o Mercosul, por intermédio do Brasil, reclama da UE ações que acelerem o processo de fixação de um cronograma para o estabelecimento da ALC entre os dois blocos, de preferência antes de 2005. Ao mesmo tempo, o Mercosul voltou novamente suas atenções contra as barreiras tarifárias para produtos agrícolas do bloco e pleiteia seu levantamento a partir de 2002, conforme expressou há duas semanas o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, ao chanceler

(primeiro-ministro) da Alemanha, Gerhard Schoeder.

Na prática, porém, segundo diplomatas europeus, as negociações concretas só devem começar no primeiro semestre de 2001, quando representantes das duas partes se reúnem em Bruxelas. Um dos motivos é que, em Brasília, a UE ainda terá que apresentar — e isso ainda não é certo — documentos referentes a objetivos específicos que pretende no processo negociador e a

Para o Mercosul, a UE não fez o dever de casa

identificação das barreiras não-tarifárias - tarefa cumprida pelo Mercosul em junho.

O Mercosul queixou-se de que a UE ainda não fez o "dever de casa", o que facilitaria a negociação em Brasília. Essa atitude dos europeus demonstraria que estão levando o processo "com a barriga", mas eles rebatem dizendo que para o Mercosul a tarefa foi mais fácil, dada a política comercial comum dos 15 países da UE. "Para nós, da UE, levantar o quadro no Mercosul é mais difícil. Cada país tem suas particularidades", diz um diplomata europeu.

Meandros da integração

As etapas de conversações entre o Mercosul e a UE...

- O Mercosul quer iniciar o processo de liberalização comercial com a UE a partir de 2002, quando começariam a ser desmontadas as barreiras contra os produtos agrícolas do bloco sul-americano
- A Comissão Européia, órgão executivo da UE, recebeu mandato do Conselho de Ministros da UE para negociar com o Mercosul em duas fases: a primeira, referente a aspectos não tarifários, em andamento desde o final de 1999. A segunda, relativas às questões de tarifas e serviços, que serão iniciadas em 1º de junho de 2001

...e a balança comercial de 1999 - em US\$ bilhões

Exportações Mercosul/UE

11,5

Importações Mercosul/UE

13,4

De qualquer forma, é preciso lembrar que o Conselho de Ministros da UE autorizou a Comissão Européia a negociar com o Mercosul em duas fases: a primeira, referente a aspectos não tarifários; a segunda, a questões relativas a tarifas e serviços, que serão iniciadas em 1º de junho de 2001. Até lá, as duas partes pretendem continuar o diálogo sobre serviços, tarifas, agricultura, entre outros temas.

Em novembro do ano passado, foi instalado em Bruxelas o Co-

mitê de Negociações Birregional Mercosul/UE, ao qual estão vinculados um subcomitê de cooperação e outros subgrupos para temas específicos e três grupos técnicos para questões relativas ao comércio. O processo resultou da reunião de Cúpula Mercosul-UE, realizada em junho, no Rio de Janeiro. A primeira rodada de negociações ocorreu em abril deste ano, em Buenos Aires, e a segunda em junho, em Bruxelas, abordando três pontos: intercâmbio de informações, identificação de obstáculos não-tarifários e definição de objetivos para cada área

de negociação. O Mercosul dá ênfase especial ao último, que se refere a pontos de negociação.

Segundo Stefano Gatto, Conselheiro para Assuntos Econômicos e Comerciais da Delegação da UE em Brasília, é possível que na reunião na capital brasileira os europeus tragam sua proposta. "Assim, teremos condições de dar largada ao processo", diz. Ele lembra que a UE tem todo o interesse nas negociações com o Mercosul, mas tudo é questão de tempo. "O mandato negociador já existe para as duas fases e é irreversível."

O diplomata europeu diz que a representatividade da delegação que irá a Brasília sinaliza a importância que a UE dá ao processo. O encontro será aberto, na parte européia, pelo Comissário de Relações Exteriores da UE, Christopher Patten, e coordenado pelo diretor-geral para Relações Exteriores da Comissão Européia, Guy Legras, além de outros 45 funcionários que compõem a delegação. Stefano Gatto diz que o processo é mais abrangente do que o que se almeja com a ALC, que tem fins comerciais. □

MERCOSUL

AUTOMÓVEIS

Negociações voltam à estaca zero

Critério sobre o conteúdo local de autopeças continua emperrando acordo automobilístico do bloco

Setor privado brasileiro busca novos mercados

A falta de um acordo setorial com o principal parceiro do Mercosul, a Argentina, faz com que o setor privado brasileiro saia em busca de novos mercados consumidores. O mais novo candidato a parceiro comercial do Brasil é a Venezuela.

Na semana passada, representantes dos setores privados dos dois países estiveram reunidos em São Paulo para um primeiro encontro. "Os setores privados do Brasil e da Venezuela têm interesse em conversar, porque existem pontos comuns para negociar um acordo bilateral", afirma Ademir Cantero, diretor de relações institucionais da Anfavea, entidade que reúne as montadoras instaladas no Brasil.

O mercado venezuelano, de acordo com o diretor da Anfavea, consome anualmente cerca de 140 mil veículos. O Brasil exporta atualmente para o país US\$ 200 milhões em produtos do setor automotivo, o que significa aproximadamente 20 mil veículos. "No comércio entre os dois países, a balança é deficitária para o Brasil, pois importamos de lá cerca de US\$ 1 bilhão em petróleo. Aumentar o fluxo de remessa de carros seria uma boa contrapartida", diz Cantero. A próxima reunião entre as montadoras dos dois países deverá acontecer em novembro, em Caracas. Depois de três rodadas de negociação, o setor privado dos dois países deverá entregar uma proposta para

os respectivos governos.

Outro mercado interessante para o Brasil é o mexicano. Atualmente, está em vigor um acordo bilateral para o setor automotivo entre Brasil e México, com duração de dois anos, cotas de 40 mil veículos em 2000, 50 mil em 2001 e alíquota de importação de 8%.

A proposta entregue aos governos dos dois países pelo setor privado prevê uma prorrogação do acordo para 2006. As cotas

deverão começar em 88 mil unidades para cada país, a partir deste ano, com crescimento progressivo até atingir 165 mil veículos em 2006. A tarifa de importação também deverá mudar, partindo de 8% em 2000 para 2,4% no final do acordo. "Na proposta está também o livre comércio a partir de 2007", diz Cantero. Segundo ele, a previsão é que o acordo bilateral entre Brasil e México seja fechado até 30 de novembro.

"Se a nossa proposta for aceita, a previsão é quadruplicar o valor de intercâmbio ao final de 2006", afirma o diretor da Anfavea. De acordo com Cantero, no ano passado foram exportados do Brasil para o México cerca de 30 mil veículos, ou US\$ 250 milhões. O executivo afirma ainda que, com o envio de 88 mil veículos para o México, este será o segundo mercado exportador para o Brasil. O primeiro é a Argentina, que já começa a perder seu fôlego para compra e venda. □ (L.S.)

Lilian Satomi e Hamilton Almeida

São Paulo e Buenos Aires



Ainda não foi desta vez que Brasil e Argentina chegaram a um consenso quanto ao acordo automobilístico. Na semana passada, no Rio de Janeiro, representantes dos dois governos reuniram-se por cinco horas para discutir o assunto. Do encontro surgiu um documento que mostra a falta de avanço nas discussões, que já duram meses. Foi anunciado também o início da operação do Comitê Automotivo do Mercosul.

A proposta contida no documento é estabelecer critérios e parâmetros para um futuro acordo bilateral. Ele prevê que a regulamentação do sistema automobilístico partirá das seguintes bases: aceitar como ponto de partida os níveis de integração local, por empresa, em 1999; cumprir o compromisso de alcançar 30% de conteúdo local em prazo razoável com base em programas de integração das empresas; condicionar imposição de penalidades ao não-cumprimento do conteúdo local; fixar prazo para que os novos modelos alcancem os 30% de conteúdo local; e considerar como locais as peças fabricadas pelas montadoras.

O impasse em torno da interpretação do conteúdo local de 30% de autopeças continua. Segundo o embaixador especial para o Mercosul, José Botafogo Gonçalves, para se avançar nesse item a iniciativa privada deverá ser consultada. Ou seja, voltou-se novamente à estaca zero.

Na Argentina, o novo presidente da Associação de Fábricas de Automotores (Adefa), Cristiano Rattazzi, resume a situação atual da indústria argentina: "Estamos muito próximos do limite suportável para continuar produzindo". A indústria local, nota Rattazzi, é pressionada por um mercado recessivo, pela alta carga tributária, pela forte diferença de custos em relação ao Brasil e pela indefinição

Em banho-maria

Os números dos mercados brasileiro e argentino



O perfil dos setores de autopeças em 1999

A indústria de autopeças argentina tem cerca de 400 empresas, entre multinacionais, nacionais e mistas. O setor gera 56 mil empregos diretos e indiretos e fatura US\$ 3,2 bilhões. A exportação de autopeças soma US\$ 1,6 bilhão.

A indústria de autopeças brasileira tem cerca de 500 empresas, entre multinacionais, nacionais e mistas, que representam 95% da produção do setor. O número de pessoas empregadas direta e indiretamente soma 167 mil. O faturamento do setor é de US\$ 10,4 bilhões, 1,8% do PIB brasileiro. A exportação brasileira de autopeças soma US\$ 3,6 bilhões. Foram investidos no setor US\$ 1 bilhão.

Fontes: Alac e Sindipeças

A variação das exportações de automóveis

- De janeiro a agosto deste ano, o Brasil exportou para a Argentina o equivalente a US\$ 306 milhões - 27,4% do total exportado pelo setor. No mesmo período do ano passado, as vendas para a Argentina atingiram US\$ 214,2 milhões - 32,2% do total.
- A Argentina vendeu ao Brasil nesse período US\$ 339,5 milhões - 25% menos do que no mesmo espaço de tempo do ano passado.

Fonte: Sacev

em relação ao acordo automobilístico no âmbito do Mercosul.

O custo para produzir um automóvel na Argentina é, em média, 25% superior ao custo brasileiro. E o pior é que continua aumentando, afirma Rattazzi, que também preside a Fiat Auto Argentina. Diante dessa realidade, ele considera que o conteúdo local argentino de autopeças — a ser definido nas negociações entre os dois governos — não deve ser excessivo.

No fundo, a Adefa e a Anfavea, a entidade que representa as montadoras brasileiras, querem a mesma coisa: que a medição das peças seja feita por conjuntos ou processos e não peça por peça, como desejam as indústrias de autopeças argentinas e como prevê o decreto 660 do governo local, que acabou gerando uma no-

va frente de conflito regional.

O novo secretário da Adefa, Manuel Antelo (da Renault), diz que as montadoras argentinas são capazes de competir internacionalmente e que o Brasil não representa uma ameaça e sim uma oportunidade de negócios. Acrescentou que as fábricas não podem baixar mais os preços dos veículos. Para Nestor Rapanelli (Scania), vice-presidente da Adefa e ex-ministro de Economia no início do governo Menem, a desvalorização do peso não seria uma solução: "Isso não é conveniente para ninguém, porque o consumo cairia".

Rattazzi nota que a carga tributária argentina sobre os veículos é cerca de 10% maior do que em 1995 e que as montadoras fecharão este ano com prejuízo de US\$ 600 milhões, repetindo a performance do ano passado. □

Iniciativa privada deve ser consultada

Carta não abre cofre para programas de cooperação

Bloco europeu já responde por 60% da ajuda técnica e financeira para América Latina e Caribe

Cristina Alves

• A assinatura da Declaração do Rio não significa que, de uma hora para outra, os países da União Européia vão aumentar substancialmente os recursos destinados a América Latina e Caribe para programas de cooperação.

— A Comunidade Européia e os 15 países da União Européia respondem por 60% da ajuda de cooperação para América Latina e Caribe — disse Stefano Gatto, primeiro secretário da delegação da Comissão Européia. Segundo ele, o Brasil já absorve boa parte desses recursos. O orçamento para a América Latina em 98 foi de 486 milhões de euros e a maior parte disso (191 milhões de euros) foram destinados à ajuda de cooperação financeira e técnica.

— Temos que ver se, com base na Declaração do Rio, vai ser atribuído um volume maior de recursos para os países da América Latina, mas isso só vai ser decidido no segundo semestre — disse Gatto, lembrando que há ainda

diversos outros programas.

Gatto destacou que um dos mais programas mais importantes do qual o Brasil se beneficia é o de florestas tropicais, que é o PPG-7, o programa piloto do G-7, que envolve cerca de US\$ 250 milhões e para qual a contribuição da Alemanha é decisiva, com US\$ 120 milhões; em segundo lugar está a Comissão Européia, com US\$ 85 milhões. Além disso, na área social são investidos 200 milhões de euros de projetos já em andamento para ressocialização de meninos de rua e melhoria em favelas. Por fim, há os projetos na área econômica que envolvem cerca de dez milhões de euros em projetos bilaterais e de apoio à integração do Mercosul, incluindo programas energéticos.

— Precisamos consolidar uma cooperação que já é muito ativa, apesar de não ser muito conhecida. Os Estados Unidos, por exemplo, investem menos mas têm grande capacidade de difundir essa informação e fica parecendo que investem mais — disse. ■

UE vai reduzir os subsídios

A Política Agrícola Comum (PAC), o primeiro grande projeto de integração europeu, implementado em 1962, terá de passar por profundas reformas nos próximos anos. Principal obstáculo ao comércio dos países latinos na Europa, a PAC consome cerca de 50% do orçamento europeu (absorveu 64% em 1988) em mecanismos internos de proteção e subsídios às exportações que deixam os agropecuaristas do Mercosul e de outros países latino-americanos loucos de raiva.

O compromisso dos governos da União Européia de reduzir o aporte de recursos na PAC entre 15% e 20% até 2006 não será suficiente. "A PAC terá de passar por novas reformas no futuro", admite uma alta fonte da União Européia. Com metade dos recursos orçamentários da UE, a PAC oferece privilégios a uma ínfima minoria da comunidade: as pessoas que moram no campo, que representam 5% da população da União Européia, de 374 milhões de habitantes. É um de-

sequilíbrio que os governos e contribuintes da UE não querem bancar.

A reformulação da PAC atende também à perspectiva de incorporação dos países da Europa central e oriental (Peco) na UE até 2005. Os Peco, que têm 17% da população ativa no campo, vão contribuir com um aumento de 30% na produção agrícola comunitária. O presidente do Instituto Brasil-Europa (IBE), Günter Hierneis, diz que a incorporação dos países da Europa Oriental à União Européia vai concorrer com o acordo de livre comércio entre a UE-Mercosul.

A fonte da UE cita os benefícios da PAC para a União Européia desde sua implementação, como o aumento da produção agropecuária e a elevação nos padrões técnicos e de qualidade de vida nas áreas rurais.

O funcionamento da PAC apoia-se no Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (Feoga), que tem duas linhas básicas de ação. O fundo de orientação direciona a produção

de agricultores e pecuaristas para tipos de atividade mais rentáveis, de acordo com estratégias de governo. O mesmo fundo financia a saída de agricultores do campo nos casos de supersafras. O fundo de garantia estabelece mecanismos de proteção interna, com preços mínimos.

Em outras palavras, a Comunidade Européia faz um hedge gratuito para seus agricultores, a preços muito mais altos do que aqueles praticados no mercado internacional.

O lado perverso da PAC, porém, está no aumento dos estoques, que contribui para derrubar os preços das commodities. A primeira grande reforma na PAC foi em 1992, que reduziu a produção com o objetivo de baixar os preços. Os agricultores foram compensados com ajudas diretas e incentivos para reduzir os custos de produção. Em março deste ano, a UE acertou um conjunto de diretrizes para os próximos anos, a Agenda 2000, dentro das quais ficou definido o corte de gastos na PAC. ■ (F.G. e L.A.)

Área de livre comércio pode vigorar em 2010

Para delegado da UE, há cálculos exagerados quanto ao aumento de negócios

Cristina Alves

• Se o acordo entre Mercosul e União Européia for mesmo fechado em 2005, a área de livre comércio entre os dois blocos econômicos poderá estar em pleno funcionamento em 2010. Seriam necessários, portanto, cinco anos para que 90% dos produtos negociados entre os dois blocos tivessem tarifa zero e, com isso, se caracterizasse o livre comércio, como prevêem as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). A previsão é de Stefano Gatto, primeiro-secretário da delegação da Comissão Européia e um dos principais negociadores do acordo.

Países do Mercosul aumentarão importações de vinho e queijo

Apesar disso, Stefano Gatto alerta que nem todas as projeções de aumento do fluxo comercial entre os blocos são realistas. E cita como exemplo a possibilidade de que o Mercosul amplie em 300% as suas exportações agrícolas para a União Européia:

— E isso nada tem a ver com barreiras, mas com a própria demanda. Basta fazer as contas e verificar que 87% da soja que a Europa importa hoje já são do Mercosul. O mesmo acontece com a carne e o suco de laranja. Alguns produtos podem aumentar, como é o caso da carne de frango — disse Gatto, acrescentando que os países do Mercosul também terão que aumentar suas importações de produtos como queijos e vinhos da Europa.

O representante da UE lembra que as importações do Mercosul

DEU:ERRADO

• **DISCURSOS:** Quase sempre os discursos dos presidentes e os documentos oficiais resultantes do encontro eram divulgados primeiro em outras línguas e não em português. Mesmo o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso no encerramento da Cimeira levou mais de três horas para ser liberado para a imprensa, o que dificultou a transmissão.

têm crescido. Em 1993, por exemplo, a UE comprava o equivalente a 54,5 bilhões de euros em produtos agrícolas do Mercosul e, em 1997, esse número chega a 69,3 bilhões de euros. O fluxo comercial de produtos agrícolas com o Mercosul é negativo em 8,3 bilhões de euros pelas contas da UE.

Então, o protecionismo europeu é lenda, como disse o presidente francês, Jacques Chirac?

— As barreiras não são lenda, mas é preciso dizer que a União Européia é o primeiro importador de produtos agrícolas do Mercosul — responde Gatto à provocação, garantindo que, no caso dos produtos agrícolas, o problema é muito mais os regimes de cotas e os subsídios que consomem boa metade do orçamento da UE.

Stefano Gatto deixa claro que considera a Declaração do Rio um avanço nas negociações diplomáticas. Segundo ele, o interesse do consumidor europeu ho-

DEU: CERTO

• **CAFEZINHO E FAX:** As máquinas de cafezinho espalhadas nos estandes da Cimeira foram um sucesso entre os participantes. Além disso, a manutenção de um posto dos Correios com aparelhos de fax para a transmissão de documentos também facilitou o trabalho de jornalistas e de representantes das delegações que precisam despachar documentos.

je é ter acesso a produtos melhores e mais baratos.

— Você estimula a competição e, no futuro, os produtos europeus também serão mais competitivos — disse.

Europeus têm interesse na área de bancos e seguros

O levantamento da União Européia mostra ainda que, no comércio bilateral, o Brasil tem sido o principal exportador líquido de produtos agrícolas para o mercado europeu. Mas as importações brasileiras de produtos agrícolas também cresceram 34,8% de 1994 a 1997.

No setor de serviços, que poderá ser outra grande polêmica, os europeus têm interesse em aumentar sua participação em seguros e atividade bancária, disse Stefano Gatto. Hoje, para um banco estrangeiro comprar uma participação no Brasil, por exemplo, precisa ter a assinatura do presidente da República. ■

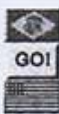
A Notícia

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 1999

AN English

Select the page

Por Translate.go



AN Agora

PENSE globalmente

É NOS Nossos ANUNCIANTES SÃO A GARANTIA DE CONTEÚDO SEMPRE MELHOR E GRATUITO

PAÍSES

Cimeira quer ampliar combate contra crime

Países participantes da cúpula do Rio de Janeiro aprovam repressão ao tráfico internacional

Rio - Os chefes de Estado e de governo de 48 países da América Latina, Caribe e União Européia participantes da reunião de cúpula do Rio de Janeiro (Cimeira) aprovaram ontem um plano de ação de 54 pontos, destinado "à consolidação de uma parceria estratégica". Foi decidido estabelecer na Declaração do Rio de Janeiro, documento político sobre a Cimeira que será assinado amanhã, a adoção de um conjunto de medidas de combate aos chamados crimes transnacionais.

O documento deverá prever o estabelecimento de jurisdição internacional para narcotráfico, tráfico de armas e lavagem de dinheiro, além de ações conjuntas para enfrentar a corrupção e o tráfico internacional de mão-de-obra imigrante, de crianças e de mulheres. O documento, que ainda pode sofrer alterações, deverá propor que a Organização das Nações Unidas (ONU) crie uma legislação para armas comum aos países signatários.

Além da Declaração do Rio, será assinado um plano de ação, que apresentará uma lista de ações conjuntas, relacionadas aos tópicos da agenda. Mais detalhado, esse texto terá três partes: uma política, que tratará do combate a drogas e terrorismo, uma econômica sobre investimentos, comércio e uma sócio-cultural.

Os representantes da América Latina conseguiram incluir no texto da declaração a proposta de divisão de responsabilidades pelo tráfico internacional entre países produtores e consumidores de drogas.

A reunião de altos funcionários envolvidos na redação final do documento começou no início da noite de sábado e só terminou na madrugada de ontem. A demora deveu-se a divergências em alguns pontos. Um deles era a menção ao respeito ao direito das minorias, que não era aceita por alguns países latino-americanos, como o Peru.

Também houve divergências em relação à participação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) na formulação de políticas públicas - um ponto visto com desconfiança pelos latino-americanos.

PONTOS APROVADOS

Alca

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que a aproximação do Mercosul com a União Européia não prejudicará os entendimentos para a criação da área de Livre Comércio das Américas (Alca). "Nada do que é feito aqui é em detrimento de outros compromissos que os nossos países têm na questão hemisférica, notadamente na Alca". O objetivo é buscar "consenso global". disse FHC.

Tempo (28/03/2002)

Fonte: Climerh

Predomínio de sol, com possibilidade de chuva no final do dia.

Máx: 35 °C

Min: 15 °C

Câmbio (28/03/2002)

	Compra	Venda
Paralelo	R\$ 2,430	R\$ 2,457
Comercial	R\$ 2,322	R\$ 2,324
Turismo	R\$ 2,290	R\$ 2,410

Indicadores (28/03/2002)

ÍNDICE	VALOR
Poupança 28/3	0,6913%
Bovvapa 27/3	13,42% (-1,07%)
CDI 27/3	18,13% a.a.
Taxa TULP	10,0% a.a.
INFLAÇÃO	
IPCA (IBGE)	0,36% (fev)
IGM-M (FGV)	0,09% (mar)
ICV (Dieese)	0,13% (fev)

Comentário do dia

Conjuntura Econômica é com:

ECONOMIA@Online

AN Classificados

Publique ou Consulte

VEÍCULOS	IMÓVEIS
EMPREGOS	INFORMÁTICA
TECNOLOGIA	FINANÇAS
MÁQUINAS	EDUCAÇÃO
UTILIDADES	COMUNICADOS
TURISMO	DIVERSOS

A Notícia NOTICIÁRIO

Capa
Opinião
Economia
Política
País
Mundo
Polícia
Geral
Esporte
Fórmula 1
Fórmula Indy
COLUNAS
Alça de Mira
Informal
Moacir Pereira
Raul Sartori
Espaço Virtual
Cláudio Prisco
AN Brasília
Livre Mercado
CADERNOS

Anexo
Cinema
AN Cidade
AN Informática
AN Veículos
AN Economia
AN Tevé
AN Turismo
ESPECIAIS

Copa 98
Grandes
Entrevistas
Cruz e Sousa
Joinville 148
anos
Festival de

Dança
Recicle

SERVIÇOS

AN Pergunta
AN Pesquisa
Como anunciar
Classificados
Assinatura
Mensagem
Edições 1999
Edições 1998
Edições 1997
AN Chat
Loterias

INFO

Índice
Expediente
Institucional

AN Capital

NOTICIÁRIO

Capa
Geral
Última Página

COLUNAS

Ricardinho
Machado
Fala Mané

Os chanceleres dos 48 países participantes da reunião de cúpula (cimeira) do Rio de Janeiro aprovaram ontem um plano de ação de 54 pontos. Entre as prioridades estão:

- Trabalhar pela modernização da estrutura dos Estados, em particular no relacionado a sistemas eleitorais, administração da justiça, recolhimento de impostos e receitas geradas pelo desenvolvimento econômico.
- Cooperar na luta contra o crime organizado e atividades criminosas; elaborar instrumentos contra a corrupção.
- Intensificar a cooperação internacional para combater o terrorismo.
- Pôr em prática programas de cooperação durante a ocorrência de tragédias ambientais e naturais, com o objetivo de contribuir para a melhoria das capacidades dos países mais vulneráveis para prevenir e responder aos desastres.
- Respaldar a implementação prevista no Plano de Ação do Panamá para a Assistência antidrogas UE-América Latina, incluindo a cooperação inter-regional com o Caribe como uma das prioridades importantes para a ação.
- Fortalecer relações econômicas e comerciais.
- Implementar programas em áreas de saúde e educação para combater a marginalização, a exclusão social e a pobreza extrema.
- Implementar programas para promover identidades culturais e linguísticas, sensibilizando a população sobre a importância e a necessidade de sua preservação.
- Promover e facilitar iniciativas de cooperação no campo da ciência e da tecnologia.

Renovado acordo para agricultura

Rio - A renovação do acordo que permite a entrada de produtos agrícolas dos países andinos (Colômbia, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela) na Europa sem taxação foi acertada na madrugada de ontem na reunião do Comitê Diretor Latino-Americano e Caribenho com a União Européia. "Essa foi uma das principais decisões na área do combate ao narcotráfico" afirmou ontem o primeiro-secretário da delegação da comissão européia, Stefano Gatto.

A abertura do mercado europeu a produtos agrícolas provenientes destes países é uma tentativa de dar alternativa econômica viável ao produtor. "Não adianta recebermos verba para trocar o plantio da droga por outro se não houver mercado para isso", disse um alto funcionário da Bolívia. A renovação do acordo deverá ser citada no plano de ação - documento anexo à Declaração do Rio, a ser assinada pelos chefes de governo e estado que participam da Cimeira América Latina, Caribe e União Européia.

A inclusão, na Declaração do Rio de Janeiro, do

PUBLIQUE ou CONSULTE

AN Pergunta

Você acha que é possível acabar com a "indústria do desmanche" em Santa Catarina?

Responder

AN Manchetes

AN Manchetes

Insira seu e-mail:

e seu nome:

OK

Busca em A Notícia

Para busca exata digite frase entre aspas

20 reg

Em A Notícia

Pesquisar

Edições 2002 | 2001 | 2000 | 1999 | 1998 | 1997

Junho 1999

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

Edições 1999 | Edição de hoje

Importante: Atualize o dia, mês, ano e hora do seu computador para visualizar o calendário corretamente.

Agora
Globalmente local

princípio da co-reponsabilidade em relação ao tráfico internacional de drogas - que coloca em igualdade tanto os países produtores como os consumidores - foi apresentado por alguns países europeus como uma forma de marcar posição em relação ao governo dos Estados Unidos. Os americanos exigem medidas duras dos países produtores, arrogando-se o direito de intervir de forma direta no combate ao narcotráfico em países da América Latina. A co-reponsabilidade foi reivindicada pelos latino-americanos.

O papel da sociedade civil foi um dos temas que mais dividiram os representantes dos países da América Latina, Caribe e União Européia. Alguns países europeus insistiram no fortalecimento das sociedades em relação aos Estados nacionais, temendo que a excessiva força dos governos possa dar margem a ameaças à democracia e direitos individuais. No centro do debate estava o papel das Organizações Não-Governamentais (ONG). "Há países europeus em que se dá mais crédito a uma ONG do que aos governos", afirmou Gatto.

Manchetes AN

Das últimas edições de País

Mercosul, a difícil consolidação

FHC cobra união para lutar contra desemprego

FHC defende assessores no processo da Telebrás

MPF entra com ação contra Barros

ACM admite possibilidade de disputar presidência

A Notícia: Capa | Opinião | Economia | Política | País | Mundo | Polícia | Geral | Esporte | Fórmula 1 | Fórmula Indy | Alça de Mira | Informal | Moacir Pereira | Raul Sartori | Espaço Virtual | Cláudio Prisco | AN Brasília | Livre Mercado | Anexo | Cinema | AN Cidade | AN Informática | AN Veículos | AN Economia | AN Tevê | AN Turismo | Copa 98 | Grandes Entrevistas | Cruz e Sousa | Joinville 148 anos | Festival de Dança | Recicle | AN Pergunta | AN Pesquisa | Como anunciar | Classificados | Assinatura | Mensagem | Edições 1999 | Edições 1998 | Edições 1997 | AN Chat | Loterias | Índice | Expediente | Institucional

AN Capital: Capa | Geral | Última Página | Ricardinho Machado | Fala Mané

Copyright © 1998 *A Notícia* - Todos os direitos reservados - Telefone: 055-047 431 9000 - Fax: 055-047 431 9100
Rua Caçador, 112 - CEP 89203-610 - Caixa Postal: 2 - 89201-972 - Joinville - Santa Catarina - BRASIL



CIMEIRA II

Mercosul quer parcerias com UE e Alca

RIO - O Mercosul pretende avançar ao mesmo tempo na busca de um acordo com a União Européia e na formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), segundo o presidente Fernando Henrique Cardoso. "Não gostaríamos de terminar as negociações com um bloco sem ter chegado a uma definição sobre o outro", disse o presidente, hoje, ao comentar, em entrevista, a reunião dos governantes do Mercosul e do Chile e do bloco europeu.

Há apenas duas datas de referência, por enquanto, para as conversações com a União Européia. A primeira, é o mês de novembro, quando se começará a definir o formato das discussões. Os diplomatas deverão encontrar-se em Bruxelas para abrir o debate sobre estrutura, metodologia e calendário das negociações. Haverá reuniões do Conselho de Cooperação previsto no Acordo Quadro Interregional Mercosul-União Européia, assinado em dezembro de 1995, e do Conselho Conjunto definido no Acordo Quadro, firmado em junho de 1996 pelo Chile e pelos europeus.

A outra data é 1º de julho de 2001. A Comissão Européia só tem mandato para negociar tarifas a partir desse dia. Segundo o presidente Fernando Henrique Cardoso, 1º de julho de 2001 foi considerado, no encontro do Rio, um "limite final", quando já se deverá ter começado ou estar iniciando as negociações de tarifas. Para o exame das barreiras não-tarifárias, acrescentou, nem haverá limite.

Segundo Fernando Henrique, haverá de fato uma antecipação dos trabalhos, por causa da reunião marcada para novembro. Mas esse encontro será destinado ao debate de questões preliminares - embora importantes para a estratégia de cada lado. Além disso, ninguém fixou prazo para essa tarefa preparatória. As discussões iniciadas em novembro poderão estender-se por um ano e meio, segundo o diretor do Departamento de América Latina da Comissão Européia, Stefano Gatto.

Nesse caso, a preparação só terminará em meados de 2001. A negociação com a União Européia será balizada, de toda forma, pela Rodada do Milênio, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os mais otimistas prevêem resultados da rodada a partir de 2003, mas ninguém tem a mínima segurança para afirmações como essa.



Segunda-feira,
28 de junho de 1999

Europa renova isenção a produtos dos países andinos

RIO – A renovação do acordo que permite a entrada de produtos agrícolas dos países andinos (Colômbia, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela) na Europa sem taxaço foi acertada na madrugada de ontem na reunião do Comitê Diretor Latino-Americano e Caribenho com a Tróica da União Européia. “Essa foi uma das principais decisões na área do combate ao narcotráfico”, afirmou ontem o primeiro-secretário junto à delegação da Comissão Européia, Stefano Gatto.

A isenção é criticada pelo Brasil, cujos produtos perdem competitividade nos mercados europeus por causa do acordo. Um dos exemplos mais citados é o do café brasileiro, que acaba se tornando mais caro em relação ao colombiano, cujo ingresso na União Européia é estimulado. O produto brasileiro não tem a mesma isenção, já que o País não é considerado grande produtor de drogas, e entra em desvantagem, pois tem de pagar impostos.

O incentivo aos produtos agrícolas de países andinos pretende dar alternativas economicas ao cultivo de plantas que servem de matéria-prima para a produção de drogas, como a coca, abrindo o mercado europeu a produtos agrícolas provenientes desses países.

◀ [Índice de notícias](#) ▶

Meta do Brasil é diversificar dependência comercial e fortalecer participação nos diversos blocos por meio de acordos que reduzam as barreiras e assegurem o crescimento e fortalecimento do Mercosul. Fernando Henrique diz notar interesse dos franceses em discutir todos os assuntos ligados ao comércio exterior, sem restrição de setores. Chile negociará com UE em separado

Acordo com UE reforça política externa do País

Maria Helena Tachinardi e Livia Ferrari*
do Rio

A cúpula Mercosul/União Europeia (UE), que decidirá hoje iniciar em novembro as negociações para formar uma área de livre comércio entre as duas regiões, ratifica o eixo da política externa brasileira: a busca de paralelismo para diversificar as dependências. Haverá paralelismo entre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevista para funcionar a partir de 2005, o acordo com a UE (ainda sem prazo para terminar) e a Rodada do Milênio da Organização Mundial de Comércio (OMC), que começará em novembro, em Seattle, e deverá estar concluída em três anos, segundo expectativa expressa na declaração conjunta Mercosul/UE, a ser divulgada e assinada hoje pelos chefes de Estado e Governo.

O Brasil distribui seu comércio exterior de forma equilibrada por áreas geográficas. Não depende exclusivamente de um ou outro mercado. Com o compromisso europeu de negociar a redução de tarifas a partir de 1º de julho do ano que vem, o País reforçará o poder de barganha na Alca e tirará melhor proveito na Rodada do Milênio.

Falando na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou o interesse da política externa brasileira em "um mundo multipolar com maior número de participantes no cenário internacional". Uma alta fonte da União Europeia observou que, por trás da formação de uma rede de acordos comerciais, existe uma divisão estratégica do mundo na qual, de um lado, estão os países ricos, e de outro, os emergentes com potencial de participação no processo da globalização. Esse segundo grupo, na ótica europeia, é liderado pelo Brasil, na América Latina, Índia e China, na Ásia. A UE está negociando

acordos de livre comércio com a África do Sul e concluiu, no final deste ano, um tratado com o México.

O mandato negociador concedido à Comissão Europeia, na semana passada, autoriza o começo das negociações tarifárias e sobre serviços em julho de 2001, mas não especifica prazo para derrubar as barreiras não-tarifárias. Estas, poderão ter suas negociações iniciadas imediatamente e as expectativas são de que, em novembro, as partes já comecem entendimentos para a montagem do cronograma de negociações e formação de grupos de trabalho. Outra exigência do mandato, concedido pelos 15 países membros da UE, é que as negociações não terminem antes de concluída a Rodada do Milênio.

Isso permitirá um "tradeoff" (toma-lá-dá-cá) nas negociações. A declaração conjunta diz que os líderes concordaram na expansão do intercâmbio entre o Mercosul, o Chile e a UE "com vistas a uma liberalização

comercial bilateral, gradual e recíproca sem excluir nenhum setor, de acordo com as regras da OMC". O documento não menciona especificamente a expressão "acordo de livre comércio", mas o embaixador José Alfredo Graça Lima, subsecretário-geral para Assuntos de Integração do Itamaraty, lembra que, conforme o artigo 24 do GATT (atual OMC), uma área de livre comércio só se atinge com a liberalização de pelo menos 90% do fluxo comercial de mercadorias. As negociações Mercosul/UE terão essa meta.

Os entendimentos entre os dois blocos e entre a UE e o Chile deverão obedecer ao conceito de "single undertaking", isto é, nada será acordado até que tudo esteja acertado. Todos os acordos serão aprovados em bloco e não em partes, da mesma forma como na Alca.

O Conselho de Cooperação, criado pelo Acordo de Cooperação In-

terregional entre o Mercosul e a União Europeia, assinado em Madri, em dezembro de 1995, será o órgão articulador das negociações. O Chile e a UE têm mecanismo semelhante, só que no acordo que ambos firmaram, em 1996, criou-se um Conselho Conjunto e não de Cooperação.

Ontem, em reunião não prevista com o Mercosul, o Chile decidiu negociar em paralelo com a União Europeia. Os chilenos acreditam que será mais fácil e mais rápido chegar a um entendimento com os europeus do que em conjunto com o Mercosul, conforme admite o embaixador-diretor de estudos do Chile, Patricio Leiva Lavalle. Além disso, ele lembrou que juridicamente os mecanismos são separados. Os europeus têm interesse mais estratégico do que comercial na negociação com o Chile, pioneiro na abertura econômica latino-americana. A tarifa máxima de importação chilena, hoje de 10%, cairá a 6% em 2003. O Chile, que já exporta frutas e vinhos para a Europa, quer a associação com a UE para abrir mercados a produtos agroindustriais, cujas alíquotas atingem até 40%.

O acordo com o Mercosul envolverá a participação de dez "direções gerais" da Comissão Europeia, que cuidam de setores como transporte, agricultura e indústria. A Comissão, com sede em Bruxelas, será o órgão chave, mas os negociadores do Mercosul ficarão familiarizados com outros participantes que atendem por siglas como DG I (direção geral de assuntos comerciais) e DG IB (relações exteriores com a América Latina). Os países membros poderão acompanhar as negociações, mas sem direito a palavra. "A única forma de eles interferirem é nos contatos com a Comissão", explica Stefano Gatto, conselheiro econômico da UE em Brasília.

Em tempo de vacas magras e cortes na burocracia oficial, o lançamento da rodada com os europeus desafiará o governo brasileiro. Com três frentes negociadoras abertas — Alca, UE e OMC — o Brasil precisará ampliar seu quadro de funcionários qualificados. Para o vice-pre-

Destino/Origem	1997			1998		
	Export.	Import.	Balança	Export.	Import.	Balança
Aladi	13.599	13.312	287	13.322	12.358	964
Mercosul	9.044	9.618	-574	8.877	9.425	-548
Demais Alad	4.555	3.694	861	4.445	2.933	1.512
MCCA	199	8	191	252	14	238
Demais AL	412	57	355	297	39	258
Caricom	138	25	113	149	29	120
Canadá	584	1.453	-869	544	1.330	-786
EUA	9.407	14.335	-4.928	9.865	13.558	-3.693
Demais América	369	91	278	349	49	300
Europa Oriental	1.313	909	404	1.163	793	370
UE	14.513	16.349	-1.836	14.744	16.826	-2.082
AELC	378	1.150	-772	360	1.159	-799
Demais Eur. Ocíd.	382	85	297	459	72	387
Ásia	7.730	9.174	-1.444	5.613	7.836	-2.223
Japão	3.068	3.595	-527	2.202	3.253	-1.051
China	1.088	1.188	-100	905	1.023	-118
Demais Ásia	3.574	4.391	-817	2.506	3.560	-1.054
Oriente Médio	1.455	1.963	-508	1.611	1.246	365
África	1.520	2.068	-548	1.651	1.846	-195
Oceania	292	346	-54	210	372	-162
Outros	699	20	679	528	21	507

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

sidente da Comissão Europeia, o espanhol Manuel Marín, o acordo irá acelerar o processo de institucionalização do Mercosul.

Os dois eventos — a cúpula UE/Mercosul/Chile e a reunião de líderes europeus, da América Latina e do Caribe — reforçam o peso da região no cenário internacional. Pela primeira vez a América Latina, e sobretudo o Mercosul, jogará um papel ativo em um conjunto de nego-

ciações multilaterais de comércio, reforça Gatto. "A América Latina terá um peso específico importante. A região já não é o Sul do mundo. É um continente com grande potencial, um mercado em expansão. Nosso acordo com os latino-americanos é de longo prazo e a cúpula é uma demonstração disso", atesta o funcionário da Comissão Europeia. A UE também realiza reuniões de cúpula com a Ásia — a primeira foi

em Bangcoc (1996) e a segunda em Londres (1997). Mas, "pela herança cultural, para nós é mais fácil a relação com a América Latina do que com a Ásia", diz ele.

A cúpula América Latina/UE terá um mecanismo de segmento com a mesma formação do que organizou a reunião do Rio, informou o embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, coordenador geral do evento. Para a diplomacia brasileira, o País está num jogo de xadrez em quatro planos: a construção do Mercosul, o seu aprofundamento rumo a um mercado comum, as associações com outros parceiros, como o Chile e a Bolívia, e os planos bi-regionais (Alca e UE). "Quando se move um peão, há repercussão em todos."

A Argentina e o Brasil têm interesses semelhantes no acordo com a Europa, mas "do ponto de vista comercial os argentinos têm visão estratégica diferente", observa Gatto. O peso dos itens industrializados daquele país na pauta de exportação para a UE é menor do que o peso dos agrícolas, ao contrário do que ocorre com as vendas brasileiras.

O presidente francês, Jacques Chirac, contestou as críticas de grande vilão do livre comércio. Em entrevista ontem à noite, afirmou que "é uma lenda o protecionismo francês na agricultura". O exemplo mais claro disso, segundo ele, é que a balança comercial agrícola da França com a Argentina e o Brasil é deficitária em US\$ 2 bilhões. Fernando Henrique disse ter notado "uma disposição da França para tratar de todas as áreas" do acordo comercial com o Mercosul.

(*Colaboraram Jamil Chade e Nicola Pamplona)

Brasil chega a acordo com andinos

Depois de três meses de duras negociações, Brasil e Comunidade Andina (CAN), formada pela Colômbia, Venezuela, Equador e Peru, chegaram a um acordo de preferências tarifárias fixas, que deverá ser assinado na próxima quarta-feira, em Lima, numa última reunião con-

região", explica Marcondes de Carvalho, lembrando que os acordos bilaterais de comércio, firmados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), datam da década 80.

De acordo com o negociador brasileiro, o novo acordo prevê amplia-

res reivindicações da indústria brasileira de aço, que reclama maior acesso ao mercado venezuelano.

O Equador, na condição de país com menor desenvolvimento relativo, terá tratamento mais favorável no âmbito do acordo transitório, sendo contemplado com uma lista

A Europa descobre o poder solidário

Descentralização de verbas dirigidas às comunidades diretamente interessadas, nas regiões, é a saída para crises econômicas

Pedro Paulo Rezende
Da equipe do Correo

Irlanda, Portugal e Espanha eram países com todos os males do subdesenvolvimento na década de 70. Vinte anos depois, deram um salto e hoje apresentam-se como países modernos, com um padrão de vida e um desempenho semelhante ao dos países do norte da Europa, que há mais de cem anos encontram-se entre as economias mais poderosas do mundo.

Qual o segredo? A criação de uma política regional da União Européia, concebida na formação do bloco em 1960. Para que o Mercado Comum Europeu vingasse e se transformasse

em algo além de uma área de livre comércio, era necessário reduzir as disparidades entre as regiões.

Por isso, criou-se um programa, o Fundo Social Europeu, para combater o desemprego, promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e a adaptação de mão-de-obra aos imperativos da reconversão e modernização industrial. A Bélgica sofria com a decadência da Valônia, com suas indústrias oriundas da Primeira Revolução Industrial, e a Itália mostrava uma enorme diferença entre o Sul subdesenvolvido e o Norte industrializado.

Em 1962, por pressão francesa, criou-se o Fundo Europeu de Orientação Agrícola, destinado exclusiva-

mente à reestruturação do campo. Com a entrada de Portugal e Espanha, países que não dispunham de infra-estrutura adequada, mais uma frente de atuação tornou-se necessária. Para atendê-la surgiu o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que hoje também beneficia a Grécia e a Turquia.

O Comissariado da Comunidade Européia vem investindo pesado nesse sistema. Ao todo, são aplicados anualmente 68 bilhões de euros (aproximadamente US\$ 70 bilhões), equivalentes a 1% do PIB comunitário e a 2% dos gastos públicos. Toda área que tenha uma renda inferior a 75% da média européia pode se candidatar.

GASTOS

O Fundo Social Europeu aplica anualmente no desenvolvimento das regiões

US\$ 70
bilhões

no mesmo patamar, mas haverá uma redução no número de objetivos a serem atendidos. O motivo é simples: os problemas herdados dos regimes comunistas são tantos que a totalidade dos recursos teriam de ser canalizados para lá.

DIRETO AO CONSUMIDOR

Os investimentos regionais não são transferidos aos governos nacionais para depois serem repassa-

dos às comunidades. Eles seguem direto para os locais onde serão aplicados. No momento, existe um sistema centralizado de controle, que está para ser modificado. As próprias populações beneficiadas se encarregarão de fiscalizar os gastos e os trabalhos executados.

A destinação final da verba não está restrita às fronteiras nacionais. Um programa pode envolver uma cidade holandesa e uma alemã. Basta atender a alguns critérios: a área deve ter uma renda inferior a 75% da média da Europa, deve estar incluída numa região que precise de reconversão industrial ou de uma reestruturação no modo de produção agrícola ou tenha focos de desemprego.

O sistema beneficia todos os países do continente. Na Espanha, recuperam-se áreas industriais degradadas e oferece-se programas de reciclagem de mão-de-obra para pessoas que estão desempregadas nos Países Baixos e desenvolvem-se tra-

balhos de desenvolvimento agrícola na Catalunha. Esse mesmo tipo de esforço pode ser verificado na Valônia (Sul da Bélgica), no Sul da Itália, nos territórios da extinta Alemanha Oriental e na Irlanda do Norte.

Programas de saneamento básico e construção de rodovias recebem a maioria dos recursos destinados à Grécia. O estabelecimento de prioridades e a maneira em que serão aplicadas as verbas fica por conta das administrações locais e dos conselhos municipais.

A maior concessionária Fiat do Centro Oeste.

BALI
AUTOMÓVEIS

362 6200 / 362 6230

Ajustes nos recursos comunitários

A França é a que mais resiste aos programas de desenvolvimento regional. Sua antiga tradição de poder central vem desde Luís XIV. Assim, vê a aplicação direta de recursos comunitários nas regiões como afronta aos interesses nacionais. Para evitar isso, os programas estabelecem como base a existência de uma contrapartida governamental.

A Alemanha, que mais investiu nesse sistema, possui um regime de governo federal, com grande autonomia para os estados. Lá, o foco de resistência era de outro ti-

po. Seu modelo de desenvolvimento tornou todas as suas áreas homogêneas, sem grandes disparidades entre elas. Por isso o país não usufruía de nenhum benefício dos três programas regionais comunitários. O movimento entre a opinião pública contrário à transferência de recursos alemães a esses projetos cresceu.

Com a reunificação do país e a queda do Muro de Berlim, em 1990, isso mudou. A antiga Alemanha Oriental era uma candidata nata aos recursos dos três fundos, atendendo a todos os pré-requisi-

tos da política de desenvolvimento regional do continente.

A União Européia procura administrar focos de rivalidade. Quando os países nórdicos, de alto nível de desenvolvimento econômico-social, aderiram ao bloco, criou-se mais um objetivo apenas para atendê-los: o povoamento de regiões pouco habitadas. Essa meta será abandonada, com a entrada dos países do Leste Europeu, e os fundos se concentrarão, apenas, na reconversão industrial e de mão-de-obra e na construção de uma infra-estrutura adequada.

Fujioka

A LINHA É DE GRAÇA,
A HABILITAÇÃO
É IMEDIATA

INTEGRANTES DO MERCOSUL TENTAM MOSTRAR QUE O BLOCO ECONÔMICO É MAIS FORTE QUE A CRISE

PARCERIA COM EUROPEUS

Arlete Salvador e Yone Simidzu
Da equipe do Correio

São Paulo — Os presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, da Argentina, Carlos Menem, do Uruguai, Júlio María Sanguinetti, e do Paraguai, Raúl Cubas, abrem hoje no Rio de Janeiro o Fórum Empresarial Mercosul-União Européia num encontro cheio de segundas intenções políticas. Todas no sentido de demonstrar que a crise econômica brasileira é conjuntural e passageira e que o Mercosul, o bloco comercial que reúne os quatro países, continua firme e forte, apesar de seus problemas.

"A vinda de grandes empresários europeus ao encontro é uma mensagem clara de que acreditamos na estabilidade do país, apesar de algumas dificuldades momentâneas, e reitera a importância do Mercosul para a União Européia (UE)", afirma Stefano Gatto, conselheiro econômico da delegação da União Européia no Brasil. Tanto é assim que o encontro dos empresários, todos do setor industrial, não tem caráter deliberativo. Eles discutirão as dificuldades nos negócios entre Mercosul e UE e apresentarão um documento com sugestões aos governos dos dois blocos para melhorá-las no futuro.

Para Fernando Henrique, o apoio dos parceiros do Mercosul é fundamental nesse momento para evitar retaliações comerciais, como a criação de novas barreiras contra a entrada de produtos brasileiros nos países vizinhos depois da desvalorização do real. Aos vizinhos também não interessa que a crise brasileira se aprofunde, porque todos, em menor ou maior escala, dependem dos negócios com o Brasil. Estão todos no mesmo barco.

"O Mercosul é a melhor maneira de enfrentar a globalização", insistiu

o presidente argentino Carlos Menem num encontro com Fernando Henrique na semana passada, em São José dos Campos, cidade a cerca de 150 quilômetros de São Paulo. O discurso de Menem, que também tratou a crise brasileira como passageira, já antecipava o tom que a reunião dos quatro presidentes no Rio deve adotar. Antes do presidente argentino, Fernando Henrique já havia se encontrado com Cubas e Sanguinetti em Brasília.

ESPERANÇA

A criação do fórum de empresários Mercosul-União Européia estava acertada desde o ano passado, mas não poderia ter vindo em melhor hora. Para os países do Mercosul, a Europa representa uma esperança a mais de mercado justamente no auge da crise brasileira e com a perspectiva de uma recessão profunda nos próximos meses. Do lado da União Européia é uma chance de fincar raízes mais profundas na América Latina, terreno historicamente sob influência política e econômica dos Estados Unidos.

"Não concordamos com essa divisão do mundo, que deixa a América Latina com os Estados Unidos", afirmou Damian Hernandez, chefe da divisão para a América Latina da UE durante um encontro do jornalistas da região em Bruxelas, há poucas semanas. "Entendemos que os laços culturais, históricos e os ideais democráticos que unem os europeus e os latino-americanos são muito fortes e profundos."

Há outras razões nem sempre tão óbvias. Com a abertura dos mercados latino-americanos, o fluxo comercial entre Mercosul e União Européia cresceu substancialmente, sempre em favor dos europeus. Em 1992, as exportações dos países do cone-sul para o bloco europeu fecharam em US\$ 15 bilhões e as importações em US\$ 9 bilhões. Em 1997, último ano

Paulo Whitaker/Reuters 12.2.99



FHC (D) com Menem: é hora de união entre os países-membros para evitar retaliações comerciais no Mercosul

em que os dados estão disponíveis, o Mercosul exportou US\$ 19,2 bilhões e importou US\$ 25,7 bilhões. Considerada como bloco, a União Européia também é o principal investidor estrangeiro no Mercosul. Em toda a América Latina, os investimentos europeus triplicaram entre 1990 e 1995.

CRISE

O Mercosul enfrenta a primeira grande crise depois de sua criação em 1991. Argentina, Uruguai e Paraguai alimentam expectativas sombrias quanto ao desempenho de

suas economias, no vácuo da crise enfrentada pelo Brasil, o maior parceiro do bloco, respondendo por dois terços do Produto Interno Bruto (PIB) da região.

Com o real desvalorizado, os vizinhos do cone-sul trabalham com a perspectiva do Brasil reduzir as importações e aumentar as exportações dentro do bloco, provocando uma recessão em cadeia nos três parceiros. Daí, as esperanças depositadas na integração com a União Européia, já que as negociações em torno da criação Área de Livre Comércio das Amé-

ricas (Alca) com os Estados Unidos estão paralisadas. "O namoro do momento é o do Mercosul com a União Européia", admite o consultor Mauro Laviola, conselheiro da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

O Mercosul se encontra em uma encruzilhada porque é formado por países economicamente instáveis, dependentes de investimento estrangeiro e, portanto, suscetíveis aos humores do mercado financeiro. Há que se contar também o fato de o Brasil, por ser o maior mercado da região, determinar as relações

econômicas entre os integrantes do bloco. Se a economia brasileira cresce, a argentina, a uruguaia e a paraguaia também se aquecem. Se entra em recessão, o resto do bloco também sofre.

Paradoxalmente, não há uma política econômica e monetária comum aos quatro países, criando dificuldades para a integração do bloco. A desvalorização do real, por exemplo, poderá fazer com que empresas estrangeiras que se dispunham a investir na Argentina direcionem suas atenções para o Brasil, onde os custos serão menores devido ao dólar valorizado. Essa situação poderá estimular uma guerra comercial entre ambos os países.

Para Laviola, o Mercosul enfrenta uma situação complexa porque "avançou mais do que as pernas podiam". Ele cita como exemplo a criação da União Aduaneira, pelo qual todos os países do Mercosul, mais o Chile e a Bolívia, adotam uma tarifa externa única. Mas quando um país como o Brasil adota a desvalorização de sua moeda, os outros parceiros buscam medidas de salvaguarda, criando barreiras tarifárias ou cotas de importação.

Uma pesquisa feita pelo jornal argentino *Clarín* junto a 222 executivos de empresas, por exemplo, indica que 77% deles querem medidas protecionistas contra o impacto de crises externas como a do Brasil. Além disso, 70% reclamam que o governo daquele país não tem adotado medidas para enfrentar as consequências negativas da crise brasileira sobre a Argentina.

As reivindicações dos empresários argentinos foram parcialmente atendidas no encontro entre Fernando Henrique e Menem, em São José dos Campos. Ficou acordado que o governo limitaria os financiamentos às exportações brasileiras ao Mercosul para satisfazer os parceiros argentinos.